

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	118
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	120
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	121
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	122
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.417.632.647
Preferenciais	0
Total	2.417.632.647
Em Tesouraria	
Ordinárias	795.889
Preferenciais	0
Total	795.889

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	13.750.699	13.324.099
1.01	Ativo Circulante	54.870	356.386
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.593	27.025
1.01.02	Aplicações Financeiras	1	43
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1	43
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1	43
1.01.06	Tributos a Recuperar	23.989	594
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	23.989	594
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Indiretos a Recuperar	0	2
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições Diretos a Recuperar	23.989	592
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.287	328.724
1.01.08.03	Outros	7.287	328.724
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	0	324.063
1.01.08.03.02	Outros Ativos	7.287	4.661
1.02	Ativo Não Circulante	13.695.829	12.967.713
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	34.900	29.106
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	138	246
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	138	246
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	34.762	28.860
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições Diretos a Recuperar	0	2.837
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	34.762	26.023
1.02.02	Investimentos	13.503.373	12.781.051
1.02.02.01	Participações Societárias	13.503.373	12.781.051
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	13.503.373	12.781.051
1.02.04	Intangível	157.556	157.556
1.02.04.01	Intangíveis	157.556	157.556

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	13.750.699	13.324.099
2.01	Passivo Circulante	47.313	333.749
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	199	80
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	199	80
2.01.02	Fornecedores	1.551	2.965
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.546	2.695
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	5	270
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.294	77
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.256	45
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.256	0
2.01.03.01.02	Outras obrigações Fiscais Federais	0	45
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	38	32
2.01.03.03.01	ISS a pagar	38	32
2.01.05	Outras Obrigações	42.269	330.627
2.01.05.02	Outros	42.269	330.627
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	35.908	326.348
2.01.05.02.04	Outros Passivos	6.361	4.279
2.02	Passivo Não Circulante	33.363	33.613
2.02.02	Outras Obrigações	29.773	29.781
2.02.02.02	Outros	29.773	29.781
2.02.02.02.03	Outros Passivos	29.773	29.781
2.02.04	Provisões	3.590	3.832
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.590	3.832
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	542	517
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.048	3.315
2.03	Patrimônio Líquido	13.670.023	12.956.737
2.03.01	Capital Social Realizado	9.839.770	9.839.770
2.03.02	Reservas de Capital	383.785	381.120
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	380.560	380.560
2.03.02.04	Opções Outorgadas	6.594	3.929
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.369	-3.369
2.03.04	Reservas de Lucros	2.505.211	2.735.847
2.03.04.01	Reserva Legal	290.909	290.909
2.03.04.10	Reserva para Expansão	2.215.779	2.444.938
2.03.04.11	Outras Reservas de Lucro	-1.477	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	941.257	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	317.127	922.828	315.027	877.044
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.296	-7.128	-1.693	-6.160
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-565	-3	-1.030
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	319.423	930.521	316.723	884.234
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	317.127	922.828	315.027	877.044
3.06	Resultado Financeiro	465	21.684	1.404	2.420
3.06.01	Receitas Financeiras	523	13.607	1.443	2.649
3.06.02	Despesas Financeiras	-58	8.077	-39	-229
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	317.592	944.512	316.431	879.464
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	439	-3.255	0	0
3.08.01	Corrente	439	-3.255	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	318.031	941.257	316.431	879.464
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	318.031	941.257	316.431	879.464
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,13159	0,38946	0,14276	0,39677
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,13158	0,38939	0,14276	0,39677

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	318.031	941.257	316.431	879.464
4.03	Resultado Abrangente do Período	318.031	941.257	316.431	879.464

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.277.359	521.779
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.197	-6.937
6.01.01.01	Lucro antes do IR e CSLL	944.512	879.464
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-930.521	-884.234
6.01.01.05	Passivo Atuarial	0	-189
6.01.01.07	Atualização Monetária sobre depósitos judiciais e contingências	-102	-97
6.01.01.09	Juros sobre Aplicações Financeiras	-1.459	-1.915
6.01.01.11	Provisão para contingências	-233	-278
6.01.01.12	Outros	0	312
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.265.162	528.716
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	-20.559	-194
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-8.645	-2.728
6.01.02.06	Dividendos recebidos	1.296.251	530.000
6.01.02.07	Outros ativos circulantes e não circulantes	-2.623	-2.212
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	118	-51
6.01.02.09	Fornecedores	-1.414	785
6.01.02.10	Impostos, Taxas e Contribuições	-39	-118
6.01.02.11	Outros passivos circulantes e não circulantes	2.073	3.234
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-761.190	2.284
6.02.01	Aplicações Financeiras	1.609	2.284
6.02.02	Integralização de capital - Intelig	-762.799	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-519.601	-489.684
6.03.01	Ações em tesouraria	0	-3.369
6.03.02	Dividendos pagos	-519.601	-486.315
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.432	34.379
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.025	6.016
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.593	40.395

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.839.770	381.120	2.735.847	0	0	12.956.737
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.839.770	381.120	2.735.847	0	0	12.956.737
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.665	-230.636	0	0	-227.971
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.665	0	0	0	2.665
5.04.06	Dividendos	0	0	-229.159	0	0	-229.159
5.04.08	Outros	0	0	-1.477	0	0	-1.477
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	941.257	0	941.257
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	941.257	0	941.257
5.07	Saldos Finais	9.839.770	383.785	2.505.211	941.257	0	13.670.023

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.149.096	396.129	1.760.778	0	0	10.306.003
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.149.096	396.129	1.760.778	0	0	10.306.003
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.569	-18.938	0	0	0	-3.369
5.04.01	Aumentos de Capital	15.569	-15.569	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-3.369	0	0	0	-3.369
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	879.464	0	879.464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	879.464	0	879.464
5.07	Saldos Finais	8.164.665	377.191	1.760.778	879.464	0	11.182.098

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.048	-6.110
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.048	-6.110
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.048	-6.110
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.048	-6.110
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	944.128	886.882
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	930.521	884.234
7.06.02	Receitas Financeiras	13.607	2.648
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	939.080	880.772
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	939.080	880.772
7.08.01	Pessoal	1.704	491
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.792	1.157
7.08.01.02	Benefícios	103	9
7.08.01.03	F.G.T.S.	44	0
7.08.01.04	Outros	-235	-675
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.078	498
7.08.02.01	Federais	4.059	486
7.08.02.02	Estaduais	7	12
7.08.02.03	Municipais	12	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-7.959	319
7.08.03.01	Juros	-8.087	223
7.08.03.02	Aluguéis	128	96
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	941.257	879.464
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	941.257	879.464

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	23.517.490	23.468.617
1.01	Ativo Circulante	7.810.021	8.285.816
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.945.075	3.262.855
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.726	1.872
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.726	1.872
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.726	1.872
1.01.03	Contas a Receber	3.955.782	3.285.782
1.01.03.01	Clientes	3.955.782	3.285.782
1.01.04	Estoques	325.179	273.171
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.051.397	1.224.260
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.051.397	1.224.260
1.01.06.01.01	Impostos Indiretos a Recuperar	675.546	608.025
1.01.06.01.02	Impostos Diretos a Recuperar	375.851	616.235
1.01.07	Despesas Antecipadas	310.732	113.192
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	220.130	124.684
1.01.08.03	Outros	220.130	124.684
1.01.08.03.01	Operações com derivativos	110.919	55.889
1.01.08.03.02	Outros ativos	109.211	68.795
1.02	Ativo Não Circulante	15.707.469	15.182.801
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.893.726	2.752.738
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	22.350	25.873
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	22.350	25.873
1.02.01.03	Contas a Receber	77.268	59.712
1.02.01.03.01	Clientes	77.268	59.712
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.326.402	1.488.235
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.326.402	1.488.235
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	95.399	92.874
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.372.307	1.086.044
1.02.01.09.03	Operações com Derivativos	77.421	65.315
1.02.01.09.04	Outros Ativos Não-Circulantes	13.832	13.884
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	806.845	607.627
1.02.01.09.06	Impostos Indiretos a Recuperar	452.839	376.479
1.02.01.09.07	Impostos Diretos a Recuperar	21.370	22.739
1.02.03	Imobilizado	7.034.164	6.624.081
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.498.478	5.991.963
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	535.686	632.118
1.02.04	Intangível	5.779.579	5.805.982
1.02.04.01	Intangíveis	4.119.337	4.145.740
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.566.500	1.811.001
1.02.04.01.02	Licença de Uso de Software	2.408.528	2.260.770
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	144.309	73.969
1.02.04.02	Goodwill	1.660.242	1.660.242

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	23.517.490	23.468.617
2.01	Passivo Circulante	6.131.057	6.826.026
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	173.517	145.803
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	173.517	145.803
2.01.02	Fornecedores	3.461.999	3.709.301
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.343.865	3.582.124
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	118.134	127.177
2.01.03	Obrigações Fiscais	792.449	1.147.769
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	268.679	605.502
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	129.224	367.962
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Taxas	139.455	237.540
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	465.982	489.734
2.01.03.02.01	ICMS	465.982	489.734
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	57.788	52.533
2.01.03.03.01	ISS	57.788	52.533
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.243.591	1.090.174
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.243.591	1.090.174
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	744.352	1.043.398
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	499.239	46.776
2.01.05	Outras Obrigações	459.501	732.979
2.01.05.02	Outros	459.501	732.979
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	35.908	326.348
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	48.401	77.055
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	28.298	42.420
2.01.05.02.06	Outros Passivos	346.894	287.156
2.02	Passivo Não Circulante	3.716.410	3.685.854
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.337.309	2.570.409
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.337.309	2.570.409
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.290.428	1.405.710
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.046.881	1.164.699
2.02.02	Outras Obrigações	650.118	546.633
2.02.02.02	Outros	650.118	546.633
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	55.369	89.078
2.02.02.02.04	Impostos Taxas e Contribuições Indiretos a Recolher	242.544	142.953
2.02.02.02.05	Impostos Taxas e Contribuições Diretos a Recolher	174.209	167.447
2.02.02.02.06	Outros Passivos	177.996	147.155
2.02.03	Tributos Diferidos	123.728	77.055
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	123.728	77.055
2.02.04	Provisões	605.255	491.757
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	315.836	229.521
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	144.694	126.530
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	54.568	56.083
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	76.408	42.482
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	40.166	4.426
2.02.04.02	Outras Provisões	289.419	262.236
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	289.101	261.918

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e outros Benefício Pós Emprego	318	318
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	13.670.023	12.956.737
2.03.01	Capital Social Realizado	9.839.770	9.839.770
2.03.02	Reservas de Capital	383.785	381.120
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	380.560	380.560
2.03.02.04	Opções Outorgadas	6.594	3.929
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.369	-3.369
2.03.04	Reservas de Lucros	2.505.211	2.735.847
2.03.04.01	Reserva Legal	290.909	290.909
2.03.04.10	Reserva para expansão	2.215.779	2.444.938
2.03.04.11	Outras Reservas de Lucro	-1.477	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	941.257	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.722.425	13.738.034	4.371.388	12.375.409
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.533.508	-7.199.983	-2.220.581	-6.262.875
3.03	Resultado Bruto	2.188.917	6.538.051	2.150.807	6.112.534
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.643.868	-4.930.808	-1.637.929	-4.720.531
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.182.189	-3.577.475	-1.236.615	-3.531.171
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-242.630	-786.600	-241.001	-728.111
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.722	20.691	12.261	33.499
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-231.771	-587.424	-172.574	-494.748
3.04.05.01	Amortização de Concessão	-83.336	-251.478	-82.290	-246.515
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-148.435	-335.946	-90.284	-248.233
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	545.049	1.607.243	512.878	1.392.003
3.06	Resultado Financeiro	-28.930	-134.696	-61.450	-138.040
3.06.01	Receitas Financeiras	209.159	814.570	271.176	541.892
3.06.02	Despesas Financeiras	-238.089	-949.266	-332.626	-679.932
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	516.119	1.472.547	451.428	1.253.963
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-198.088	-531.290	-134.796	-373.894
3.08.01	Corrente	-145.568	-322.783	-59.161	-195.646
3.08.02	Diferido	-52.520	-208.507	-75.635	-178.248
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	318.031	941.257	316.632	880.069
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	318.031	941.257	316.632	880.069
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	318.031	941.257	316.632	880.069
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,13159	0,38946	0,14285	0,39704
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,13158	0,38939	0,14285	0,39704

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	318.031	941.257	316.632	880.069
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	318.031	941.257	316.632	880.069
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	318.031	941.257	316.632	880.069

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.863.877	2.028.197
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.979.287	3.630.868
6.01.01.01	Lucro Antes dos Impostos	1.472.547	1.253.963
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.977.749	1.948.945
6.01.01.04	Passivo Atuarial	0	-189
6.01.01.05	(Lucro)/Prejuízo na baixa de bens	9.788	11.370
6.01.01.06	Juros das obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos	1.093	-951
6.01.01.07	Provisão para Contingências	183.342	109.661
6.01.01.08	Atualização Monetária Depósitos Judiciais e Contingências	30.275	-27.056
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária e cambial sobre Empréstimos	222.900	258.284
6.01.01.10	Juros sobre aplicações financeiras	-112.033	-127.921
6.01.01.11	Outros ajustes financeiros	-7.738	35.684
6.01.01.12	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	198.699	169.078
6.01.01.13	Opção de compra de ações	2.665	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.115.410	-1.602.671
6.01.02.01	Contas a receber de Clientes	-829.260	-547.737
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	140.685	-272.670
6.01.02.03	Estoques	-52.007	-124.537
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-200.064	-220.362
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-173.969	-155.845
6.01.02.07	Outros ativos circulantes e não circulantes	-38.198	14.852
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	27.714	34.347
6.01.02.09	Fornecedores	-275.309	-216.009
6.01.02.10	Impostos, Taxas e Contribuições	-584.280	-59.010
6.01.02.12	Provisão para contingências	-152.550	-131.048
6.01.02.13	Autorizações a pagar	-14.122	60.647
6.01.02.14	Outros	35.950	14.701
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.229.425	-1.736.596
6.02.01	Aplicações Financeiras	115.703	140.351
6.02.02	Adições ao Ativo imobilizado e Intangível	-2.371.217	-1.876.930
6.02.04	Outros	26.089	-17
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-952.232	-537.964
6.03.01	Novos Empréstimos	520.768	757.333
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-895.659	-745.462
6.03.03	Dividendos Pagos	-519.601	-486.315
6.03.04	Operações com derivativos	-57.191	-60.151
6.03.05	Ações em tesouraria	0	-3.369
6.03.06	Efeito grupamento de ações TIM Fiber RJ	-549	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.317.780	-246.363
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.262.855	2.376.232
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.945.075	2.129.869

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.839.770	381.120	2.735.847	0	0	12.956.737	0	12.956.737
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.839.770	381.120	2.735.847	0	0	12.956.737	0	12.956.737
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.665	-230.636	0	0	-227.971	0	-227.971
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.665	0	0	0	2.665	0	2.665
5.04.06	Dividendos	0	0	-229.159	0	0	-229.159	0	-229.159
5.04.08	Outros	0	0	-1.477	0	0	-1.477	0	-1.477
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	941.257	0	941.257	0	941.257
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	941.257	0	941.257	0	941.257
5.07	Saldos Finais	9.839.770	383.785	2.505.211	941.257	0	13.670.023	0	13.670.023

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.149.096	396.129	1.755.584	0	0	10.300.809	0	10.300.809
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.149.096	396.129	1.755.584	0	0	10.300.809	0	10.300.809
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.569	-18.938	0	0	0	-3.369	0	-3.369
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	15.569	-15.569	0	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-3.369	0	0	0	-3.369	0	-3.369
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	880.069	0	880.069	0	880.069
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	880.069	0	880.069	0	880.069
5.07	Saldos Finais	8.164.665	377.191	1.755.584	880.069	0	11.177.509	0	11.177.509

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	17.968.868	16.184.253
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	18.167.567	16.353.331
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-198.699	-169.078
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.173.494	-7.302.535
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.599.177	-4.787.790
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.574.317	-2.514.745
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.795.374	8.881.718
7.04	Retenções	-1.977.749	-1.948.945
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.977.749	-1.948.945
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.817.625	6.932.773
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	814.570	541.892
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.632.195	7.474.665
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.632.195	7.474.665
7.08.01	Pessoal	438.131	382.629
7.08.01.01	Remuneração Direta	297.735	268.953
7.08.01.02	Benefícios	101.948	79.006
7.08.01.03	F.G.T.S.	28.789	24.999
7.08.01.04	Outros	9.659	9.671
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.028.459	5.313.668
7.08.02.01	Federais	2.379.863	2.024.889
7.08.02.02	Estaduais	3.638.669	3.279.969
7.08.02.03	Municipais	9.927	8.810
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.224.348	898.299
7.08.03.01	Juros	934.469	674.887
7.08.03.02	Aluguéis	289.879	223.412
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	941.257	880.069
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	941.257	880.069

Comentário do Desempenho

PARTICIPAÇÕES S.A. Divulga seu Resultado Consolidado para o Terceiro Trimestre de 2012

BOVESPA¹

(lote = 1 ação)
TIMP3: R\$ 7,30

NYSE¹

(1 ADR = 5 ações ON)
TSU: US\$16,88

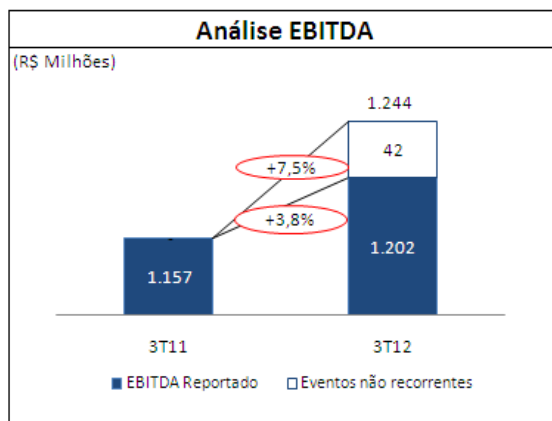
(1) preços de fechamento em 30 de Outubro de 2012

Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 2012 - TIM Participações S.A. (BOVESPA: TIMP3; e NYSE: TSU), a empresa que controla diretamente TIM Celular S.A. e Intelig Telecomunicações Ltda., anuncia seus resultados para o terceiro trimestre de 2012. TIM Participações S.A. ("TIM Participações" ou "TIM") fornece serviços de telecomunicações com uma presença em âmbito nacional no Brasil.

As seguintes informações financeiras e operacionais consolidadas, salvo quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com as *Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)* e em Reais (R\$), de acordo com a legislação societária brasileira. Todas as comparações referem-se ao terceiro trimestre de 2011 (3T11) e segundo trimestre de 2012 (2T12), salvo indicação em contrário.

Destaques 3T12: Fundamentos intactos, apesar de danos à imagem

- **A empresa que mais cresce:** *Market share* incremental acumulado no ano de 32% (ou 5,3 mi de linhas);
- **Liderando o crescimento do mercado de voz pós pago:** Crescimento anual de 24,8% para 8,2 mi de linhas, **confirmando também a liderança no segmento pré-pago (17% de crescimento A/A)**;
- **MOU total atingiu 139 minutos:** +7% A/A, estabelecendo um novo recorde para a Companhia, motivado principalmente por um aumento sólido de linhas pós-pagas de voz;
- **ARPU alcançou R\$18,9:** Queda de 11% A/A (contra 15,3% no 2T12). Na comparação trimestral, o ARPU cresceu 3,5%;
- **Crescimento de dados permaneceu sólido:** crescimento anual em 35% com penetração de *smart/webphones* atingindo 39% da base total;
- **Crescimento da receita líquida** foi de 8% A/A atingindo R\$4.722 mi;
- **EBITDA ajustado** (por eventos não recorrentes) foi R\$1.244 mi, +7,5% A/A e em aceleração contra +6% no 2T12. **O EBITDA reportado alcançou R\$1.202 mi** (ou 4% A/A);
- **Margem EBITDA ajustada foi 26,3%** (contra 26,5% no 3T11), enquanto a margem EBITDA reportada foi 25,5%;



3T12 Teleconferência

Teleconferência em português:

31 de Outubro de 2012 às:
09:30 Horário de Brasília
07:30 AM US EST [horário da costa leste dos EUA]

Teleconferência em inglês:

31 de Outubro de 2012 às:
12:00 Horário de Brasília
10:00 AM US EST [horário da costa leste dos EUA]

Para mais informações, acesse o site da empresa:

www.tim.com.br/ri

Contatos de Relações com Investidores

ri@timbrasil.com.br
(+55 21) 4109-3360 / 4109-4017 / 4109-3751 / 4109-3446

Avenida das Américas, 3434
Bloco 1, 6º Andar – Barra da Tijuca
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 22640-102
Fax: +55 21 4109-3990

Mensagem da Administração

Prezados analistas e acionistas,

O terceiro trimestre foi bem duro, marcado por uma severa suspensão de vendas, alegação de queda proposital de chamadas, retomada de discussões relacionadas a pagamento de impostos e contingências. Esses eventos, embora não sejam necessariamente relacionados com os fundamentos do negócio, acabaram tendo pesado impacto na nossa imagem e em menor escala, na parte financeira. Durante este período, o qual eu julgo estar superado, a TIM tomou todas as ações necessárias para assegurar que os fundamentos do negócio não fossem impactados e a administração permaneceu focada na estratégia principal. É óbvio que tais eventos representaram uma grande oportunidade para tomarmos algumas lições. Seguindo a nossa divulgação dos resultados do terceiro trimestre, vocês verão que nosso forte time de administração está obtendo sucesso na manutenção do negócio no caminho certo.

Lições Aprendidas

É natural que depois de um período de forte crescimento alguns ajustes finos e correções sejam necessários. Ao longo de nosso caminho de sucesso nós nos deparamos com alguns percalços. Tomamos os eventos recentes como uma oportunidade para reunirmos o time e repensarmos nossa estratégia quanto à rede e à qualidade, fazendo mudanças relevantes, começando por algumas mudanças na administração, até revisão de processos (planejamento, implementação e controle).

Plano de Rede Agressivo

A TIM se comprometeu a um plano de rede bastante agressivo junto às Anatel e ao Mercado para o período de 2012-2014 o qual foi entregue à Anatel. Em relação a 2012, o compromisso é de aumentar a capacidade de Voz e Dados em 31% e 136%, respectivamente, com base nos números de 2011. O projeto *Fiber-to-the-Site* (FTTS), crucial para o transporte de dados, deve atingir 38.000 km até o final desse ano, a TIM está em velocidade acelerada para cumprir com esses compromissos. Nossos investimentos totais devem chegar a R\$9,5 bilhões até 2014, sendo ~86% em infraestrutura.

Fundamentos Continuam Extremamente Sólidos

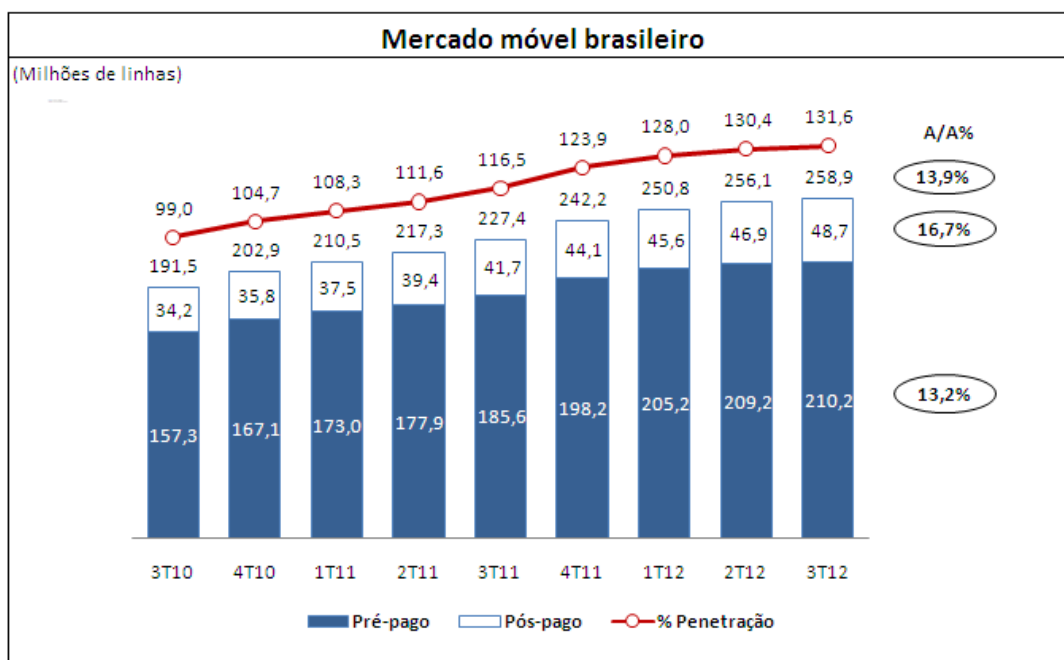
Nós estamos trabalhando duro para assegurarmos que os fundamentos do negócio continuem intactos. Embora modesto, o ambiente macro-econômico mostrou algumas melhoras nesse terceiro trimestre, e a competição continua racional. A TIM está conseguindo manter o foco nos pilares essenciais do negócio: liderando o crescimento da base de clientes, forte crescimento nos serviços de dados, e acelerando o negócio TIM Fiber.

Andrea Mangoni
CEO

Desempenho Operacional

Visão Geral do Mercado Brasileiro

O mercado celular Brasileiro alcançou 258,9 milhões de linhas ao fim do 3º trimestre, representando um crescimento anual de 13,9% (contra 18,7% no 3T11) e uma taxa de penetração de 131,6%, contra 116,5% no 3T11. O crescimento do mercado de telefonia celular foi sustentado por: i) estímulo de chamadas locais e de longa distância *on net* (que criam o efeito de venda de múltiplos Chips (SIM-Card) no segmento pré-pago), ii) segmento *machine-to-machine* e iii) demanda crescente por serviços de dados, especialmente em smart/webphones.

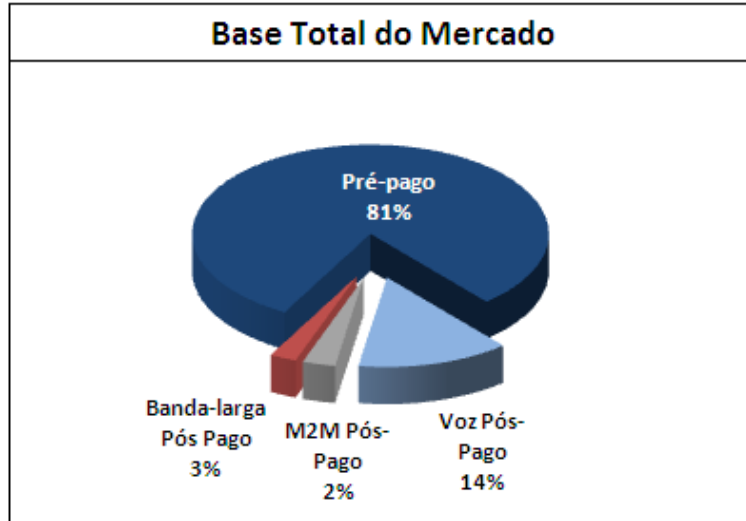


Fonte: Anatel

Desaceleração das adições líquidas do mercado

As adições líquidas mensais do mercado desaceleraram no 3T12 para um total de 2,7 milhões, uma diminuição de 73% contra 10,0 milhões registrados no mesmo período do ano passado, principalmente por conta da proibição de vendas imposta pela Anatel de 23 de julho a 3 de agosto e do processo de *clean-up* da Companhia.

- O mercado pré pago alcançou 210,2 milhões de linhas (+13,2% A/A), representando 81,2% do mercado brasileiro total.
- O mercado pós pago alcançou 48,7 milhões de linhas (aumento de 16,7% contra setembro 2011). É importante destacar que o segmento pós pago de uso humano (excluindo *machine-to-machine*) chegou a 42,4 milhões de linhas (87% do total), enquanto o segmento *machine-to-machine* permaneceu em 6,3 milhões.



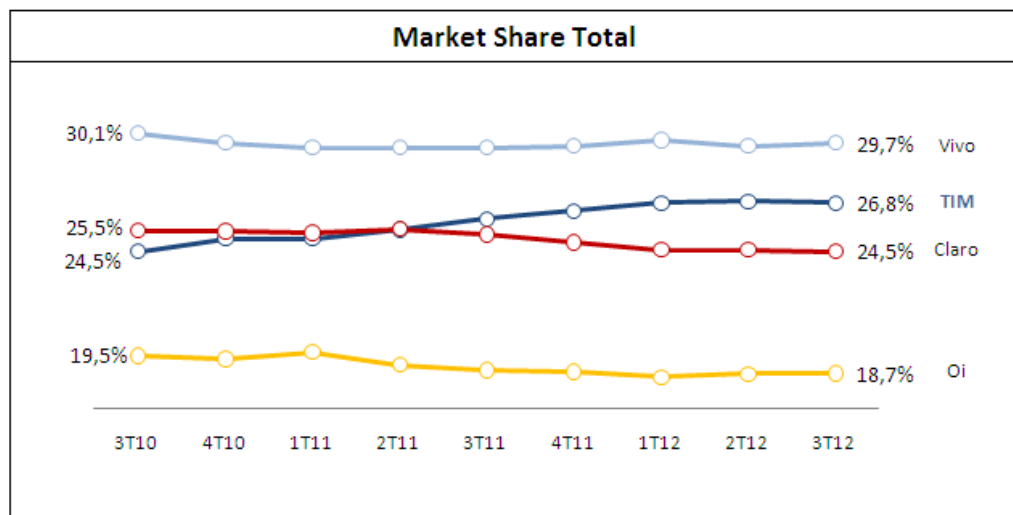
Fonte: Anatel

Desempenho da TIM

A base total de assinantes terminou o terceiro trimestre com **69,4 milhões de linhas**, aumento de **17,2% contra o 3T11**, acima do crescimento do mercado de 13,9% e representando um *market share* de 26,8% (contra 26,0% no ano anterior).

As **adições líquidas totais foram de 535 mil linhas** com 19,6% de *market share* incremental (contra 36,8% no 3T11). Tais números foram impactados pela proibição de vendas e pela desconexão de linhas M2M.

Embora a medida cautelar da Anatel tenha gerado um impacto importante nas adições líquidas no período, a **TIM conseguiu manter seu *market share* estável**. Para a TIM, essa foi uma mensagem muito clara dos clientes mostrando que nossa proposta de valor permanece intacta, e é uma das melhores no mercado.



Fonte: Anatel

Churn impactado por Desconexão de M2M

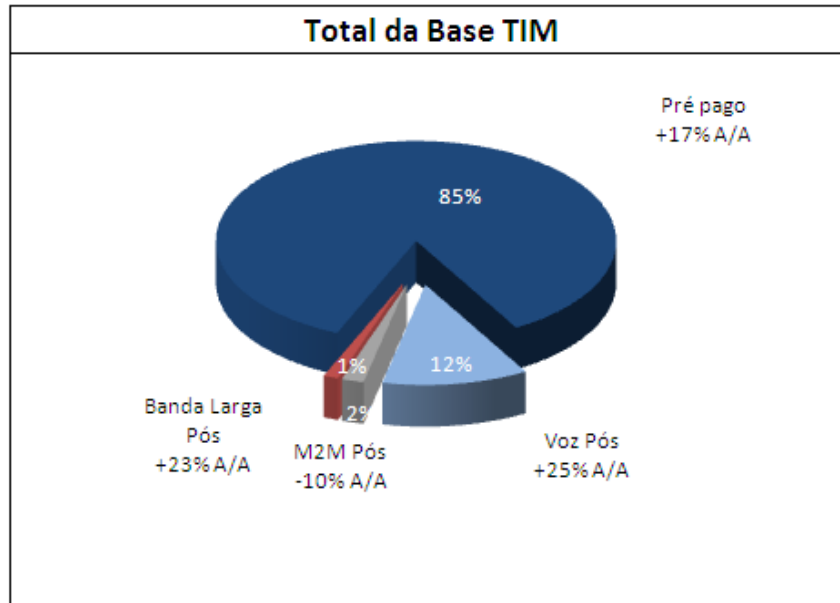
As desconexões alcançaram 8,2 milhões de linhas no trimestre, com uma taxa de *churn* de 11,9%, melhorando em comparação com 12,1% do 2T12 e estável versus o 3T11. A taxa de *churn* no 3T12 foi impactada por desconexões de M2M (279,8 mil linhas no trimestre) e por nossa política de desconexão austera para o segmento pré-pago, que se aplica para usuários sem recargas por 180 dias e sem tráfego por 90 dias.

Pós pago de uso humano cresceu 24% A/A

A base de clientes de pós-pago atingiu 10,3 milhões de usuários, um crescimento de 18,6% A/A contra +19,6% no 3T11. Neste trimestre, a TIM adicionou 261 mil clientes no segmento pós-pago (contra 632 mil no 3T11). É importante destacar que, **Considerando somente linhas de uso humano, a TIM adicionou 541 mil, um crescimento de 24% na comparação anual versus 13,9% de crescimento do mercado.**

Separando nossa base pós-paga em acessos M2M e Humanos (Voz e Banda Larga), o primeiro alcançou 1,2 milhões de usuários e os acessos Humanos de Voz alcançaram 8,2 milhões de usuários, enquanto os acessos de Banda Larga alcançaram 836 mil usuários.

Quanto ao segmento pré-pago, os usuários totalizaram 59,1 milhões, crescimento de 17,0% A/A alavancado em grande parte pelo plano Infinity Pré, que alcançou mais de 57 milhões de usuários ou 98% da base nesse segmento. A TIM continua a liderar o segmento pré pago no Brasil, devido à oferta original e transparente. Ainda, a empresa adicionou continuamente ofertas com características inovadoras à sua família Infinity (isto é: "Infinity Torpedo", "Infinity Web Modem", "Infinity Mais" e "Infinity Torcedor"), permanecendo, assim, a melhor escolha de valor no mercado.



Fonte: TIM

Atualização sobre Rede & Live TIM

TIM
estabeleceu
um plano de
rede muito
agressivo

Rede & Qualidade: O terceiro trimestre foi um período muito severo com relação ao ambiente regulatório e dos consequentes danos à imagem. A Anatel impôs proibição de vendas em 18 estados além do Distrito Federal, alegando problemas de qualidade, que a TIM considerou uma ação desproporcional que não representa a realidade da Companhia. Para superar tal situação, a TIM apresentou um plano de rede completo, visando a aumentar a capacidade da voz (TRX) em ~75% de 2011 a 2014 e aumento da capacidade de dados (nodeB) em 433% no mesmo período, além de 53.000 km de *back-bone / backhaul* de fibra até o final de 2014.

Nossa cobertura GSM alcançou 94,5% da população urbana, atendendo 3.320 cidades. Quanto à cobertura de dados, a TIM fornece tecnologia GPRS a 100% de sua área de cobertura, sendo aproximadamente 99% coberta pela tecnologia EDGE. A tecnologia de terceira geração (**3G**) **teve o seu lançamento acelerado com 74 novas cidades neste trimestre. A tecnologia 3G está presente em 629 cidades - alcançando praticamente 70% da população urbana no Brasil.** Esperamos continuar acelerando a cobertura 3G nos próximos trimestres.

O projeto *Fiber-To-The-Site* (FTTS) está ativo e já alcançou 80% dos locais conectados com fibra nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, seguindo a grande capilaridade do *backhaul* da TIM Fiber.

O projeto Wi-Fi continua a sua fase de lançamento. Até setembro, a TIM incluiu mais três aeroportos, totalizando 15, em uma parceria com a Infraero. Em seguida ao projeto da comunidade da Rocinha lançado no Rio de Janeiro no ano passado, a TIM trouxe conectividade Wi-Fi ao bairro de Paraisópolis, uma das regiões com maior densidade populacional em São Paulo.

Projeto
Paraisópolis
Wi-Fi em São
Paulo

LIVE TIM

Depois do lançamento comercial do serviço ultra banda larga em São Paulo e recentemente no Rio de Janeiro, Live TIM já conectou 3.026 edifícios (de 7.101 autorizados) e já possui 120.500 clientes potenciais registrados no website.

Seguindo a fase de lançamento e com a intenção de chamar a atenção do cliente, Live TIM realizou uma promoção muito agressiva, reduzindo os preços de pacotes de R\$89,90 (para 35Mbps) para R\$35,00 e de R\$129,90 (para 50 Mbps) para R\$50,00, e o pacote inclui ainda um modem Wi-Fi grátis e não há taxa de instalação. Definitivamente a melhor proposta em termos de valor. Esses preços serão válidos até a Copa do Mundo no Brasil em 2014. Esta oferta estará disponível até o final de 2012, logo após essa data deverá retornar a um valor próximo ao original.

Banda larga
fixa com
lançamento
acelerado

Lançamento
e oferta Live
TIM



Em consequência da promoção acima, as vendas diárias de Live TIM aceleraram quase 5x após sua introdução.

A TIM também está antecipando o novo regulamento de qualidade da banda larga da Anatel, que aumentará o limite mínimo de velocidade média entregue de 10%, praticado pelo mercado, para 60% efetiva.

Desempenho de Marketing

Aumentando Campanhas Institucionais

No terceiro trimestre de 2012, buscando reforçar sua imagem, a TIM lançou uma campanha institucional baseada em histórias de clientes. Os filmes mostram emocionalmente como os planos Infinity e Liberty estão trazendo mais oportunidades para as pessoas, e terminam enfatizando que a TIM continuará "revolucionando" o mercado móvel e mantendo seu compromisso com a qualidade dos serviços, permitindo aos seus clientes se comunicarem mais, fazer mais e ir mais longe.

Além disso, a TIM manteve sua abordagem inovadora de marketing:

No segmento de consumidor, a TIM reforçou os conceitos Infinity e Liberty para pré-pago e pós-pago, respectivamente, com foco em aumentar uso de voz e dados.

Os clientes Infinity e Liberty Controle ganharam um serviço pioneiro, permitindo recarga através do próprio celular. Pelo *244#, o cliente compra créditos através de qualquer cartão de crédito pré-cadastrado, sem nenhum custo adicional.

Mantendo o caminho da inovação

No segmento pós-pago, a TIM lançou a campanha "**Liberte Seu Amigo**", uma abordagem "assinante busca assinante" na qual clientes atuais ganham prêmios como descontos em aparelhos e seis meses de Internet grátis ao indicar amigos para adquirir o plano TIM Liberty. Os indicados ganharão dois meses do plano Liberty + 50 grátis.

Em Julho, a TIM assinou um contrato de patrocínio com o Vasco da Gama (time de futebol do Rio de Janeiro) e agora tem seu logo na camisa do time que já conquistou o Campeonato Brasileiro por 4 vezes. A parceria traz também um benefício original para os torcedores que vão ao estádio do Vasco: a TIM instalará uma moderna rede Wi-Fi no estádio, que oferecerá acesso a Internet de alta qualidade aos torcedores e jornalistas. Atualmente a TIM patrocina 9 times de futebol do Campeonato Brasileiro.

O TIM BETA, plano pré-pago do segmento jovem, além de voz, dados e SMS ilimitados por dia de uso, segue dando benefícios. Depois do sucesso da primeira edição do show BETA Live, a TIM repetiu a dose e apresentou um segundo evento, que aconteceu dia 27 de setembro. Graças à parceria com a Google, o show BETA Live foi transmitido também ao vivo pelo canal da TIM beta no YouTube.

39% dos usuários já utilizam web/smartphones

Com relação a aparelhos, a TIM continua a promover o aumento do número de clientes com acesso a Internet, alcançando 39% da base total no 3T12, versus 19.5% no 3T11. A TIM disponibilizou o melhor portfólio de aparelhos do mercado, mantendo a política de subsídio zero. Para a campanha do dia dos pais, os clientes que compraram o plano Liberty +50 ou planos pós-pagos superiores tiveram preços promocionais para certos aparelhos. Por exemplo, o iPhone 4 8GB teve o preço reduzido para R\$1.399 e o Samsung S II Lite, que é vendido exclusivamente pela TIM, para R\$999. Todos os aparelhos podem ser comprados em até 12 prestações usando cartões de crédito.



No segmento corporativo, a Intelig, em linha com a estratégia da TIM Intelligence, reposicionou o plano **TIM Flex** focado em grandes corporações. Nesta oferta, os clientes têm chamadas locais ilimitadas para números móveis da TIM e para três membros da família. O TIM Flex oferece também serviço e suporte personalizados.

Ainda com relação a negócios corporativos, a Empresa fortaleceu o uso do código DDD 41 e lançou a oferta **41 Imbatível**, que tem baixo custo para chamadas interurbanas. A empresa é também a primeira a oferecer conectividade IPv6 em grande escala, para suporte a serviços de acesso a Internet.

O projeto TIM Wi-Fi ganhou suporte adicional com a parceria com a Linktel, uma empresa especializada em serviços de comunicação multimídia, para compartilhamento da infraestrutura de rede wireless por todo o país. Com o acordo, a TIM expandirá sua cobertura Wi-Fi em mais de 1.500 hotspots. A rede da Linktel está disponível em 16 estados e abrange diversos shopping centers, hotéis, aeroportos e restaurantes. Assim como a rede existente da TIM Wi-Fi, o serviço fornecido em parceria com a Linktel não terá custo adicional para clientes Infinity e Liberty Web.

Em setembro, a TIM lançou um novo centro de distribuição no Ceará (nordeste do Brasil) com 577 m². Esta instalação melhorará a logística de chips/aparelhos para os estados do Ceará e do Piauí, que serão os únicos dois estados atendidos por este centro de distribuição. Antes desta nova instalação, todos os produtos vinham do centro de distribuição de Pernambuco, que faz a distribuição para outros 6 estados da região nordeste do Brasil. A logística em um país de dimensões continentais como o Brasil é certamente um fator que pode gerar uma vantagem competitiva.

*Novo centro
de distribuição
no Ceará*

A TIM também fez algumas importantes campanhas sociais, mantendo a parceria com a Pastoral da Criança, uma entidade focada na redução da mortalidade infantil e melhora da qualidade de vida para crianças e suas famílias. A TIM desenvolveu um aplicativo que permite que voluntários enviem relatórios por SMS para a Pastoral da Criança para monitoramento de cidades do interior do Brasil. O aplicativo aumentará a agilidade da resposta aos problemas em tais municípios.

*Zelandando por
todas os
stakeholders*

A TIM, participa do projeto do governo federal chamado "Banda Larga 0800" (banda larga gratuita). Esta é uma iniciativa pioneira que permite que os clientes acessem a Internet usando um telefone celular sem ter que pagar pelo serviço. Ela funciona da mesma maneira que serviços de voz gratuitos existentes: quem paga a conta é o proprietário da página acessada. A parceria com o Ministério das Comunicações neste projeto reforça o compromisso da TIM em trabalhar para promover a inclusão digital para o maior número possível de consumidores.

Desempenho Financeiro

Dados financeiros selecionados - Receitas

DESCRIÇÃO	3T12	3T11	% A/A	2T12	%T/T	YTD 2012	% A/A
R\$ Milhares							
Receita Bruta	7.023.138	6.381.506	10,1%	6.780.536	3,6%	20.414.115	13,6%
Receita Bruta de Serviços	6.122.330	5.669.667	8,0%	5.924.891	3,3%	17.984.420	11,7%
Serviços Móvel e Outras Receitas	5.783.084	5.293.621	9,2%	5.511.726	4,9%	16.815.955	12,3%
Assinatura e Utilização	2.800.713	2.606.041	7,5%	2.705.363	3,5%	8.210.719	10,2%
VAS - Serviços adicionais	1.121.694	833.623	34,6%	1.030.655	8,8%	3.151.892	42,7%
Longa Distância	808.359	829.403	-2,5%	766.462	5,5%	2.377.399	1,6%
Interconexão	996.439	974.291	2,3%	948.318	5,1%	2.912.883	3,5%
Outras Receitas	55.879	50.262	11,2%	60.928	-8,3%	163.062	5,4%
Serviços Fixo e Outras Receitas	339.246	376.046	-9,8%	413.165	-17,9%	1.168.465	3,7%
Receita Bruta de Produtos	900.808	711.839	26,5%	855.644	5,3%	2.429.695	29,5%
Impostos e descontos s/ receita total	(2.300.713)	(2.010.118)	14,5%	(2.233.230)	3,0%	(6.676.081)	19,3%
Impostos e descontos s/ receita de serviços	(2.022.081)	(1.783.050)	13,4%	(1.940.743)	4,2%	(5.884.620)	17,6%
Impostos e descontos s/ venda de produtos	(278.632)	(227.068)	22,7%	(292.487)	-4,7%	(791.461)	33,1%
Receita Líquida Total	4.722.425	4.371.388	8,0%	4.547.306	3,9%	13.738.034	11,0%
Receita Líquida de Serviços	4.100.249	3.886.617	5,5%	3.984.148	2,9%	12.099.800	9,1%
Receita Líquida de Produtos	622.176	484.771	28,3%	563.158	10,5%	1.638.234	27,8%

Receita Operacional

Receita bruta com crescimento de 10,1% A/A

A receita bruta total alcançou R\$ 7.023 milhões no trimestre, um aumento de 10,1% A/A, sustentada por um crescimento da receita bruta de serviços de 8,0% A/A e por um crescimento de receita bruta de produtos de 26,5% A/A (crucial para o crescimento de dados). Em relação ao acumulado do ano, o crescimento dos 9 meses foi de 13,6% A/A.

Os principais destaques e detalhamentos de receita bruta no 3T12 são apresentados a seguir:

O volume de tráfego sainte teve um excelente crescimento anual de +31,4% neste trimestre, com aceleração em comparação ao trimestres recentes. O detalhamento da receita bruta é o seguinte:

- **A receita bruta de assinatura e utilização** alcançou R\$ 2.801 milhões neste trimestre, um crescimento anual de 7,5% suportado pelo crescimento de assinantes de 17,2% e tráfego sainte mais elevado.
- **A receita bruta móvel de longa distância** alcançou R\$808 milhões no trimestre, uma queda de 2,5% quando comparada ao 3T11, mas um aumento de 5,5% contra o 2T12, impactado pela finalização da migração das receitas da Intelig e pela comoditização do serviço de LD, especialmente no segmento pré pago. No 2T12, a queda anual foi de 6,6%.



SMS entrante compensa a redução de VU-M

A receita bruta de interconexão aumentou 2,3% A/A para R\$996 milhões. A oferta Torpedo Infinity contribuiu para compensar o impacto de corte de VU-M (iniciado em março), oferecendo aos clientes SMS ilimitado para qualquer operadora móvel e resultando em aumento de SMS entrante e receita.

Crescimento anual de dados de 35%

A receita bruta de VAS alcançou R\$ 1.122 milhões, um crescimento estável e forte de 34,6% A/A. Tal crescimento é resultado da forte adesão aos planos de dados Infinity e Liberty Web, incluindo o Infinity Web Modem que foi lançado no último mês de dezembro (nesse plano os clientes pagam R\$ 1,99 por dia), e também da contribuição positiva do Infinity Torpedo. Neste trimestre **a receita bruta de VAS alcançou 19,4% da receita bruta de serviços móveis** contra 15,7% no 3T11. **Os usuários únicos diários do Infinity Web alcançaram 4,1 milhões** ao final do trimestre.

Smartphones já representam 39,0% da base total

A receita bruta de aparelhos totalizou R\$901 milhões, um aumento de 26,5% em comparação ao 3Q11. Este aumento foi determinado principalmente pela melhora do mix de aparelhos, com **72% das vendas totais sendo smartphones ou webphones (contra aprox. 71% há um ano)** um crescimento do preço médio de 59% por conta de telefones mais sofisticados. Além disso, o mix de vendas somente de smartphones está aumentando significativamente. Vale a pena destacar que a penetração de **web /smartphones alcançou 39,0%** da base total (contra 19,5% no 3Q11). Tal desempenho em aparelhos dá sustentação ao crescimento contínuo de dados.

Desempenho no segmento fixo abaixo da expectativa

A receita bruta no segmento fixo, que inclui Intelig, TIM Fixo e TIM Fiber, totalizou R\$339 milhões no 3T12, queda de 9,8% quando comparado ao mesmo período do ano passado. Os principais fatores para este resultado foram o fraco desempenho operacional principalmente impactado pela migração do código de longa distância. A empresa mudou a diretoria da Intelig durante o 3T12, com o objetivo de retomar o ritmo de crescimento da Intelig e melhorar a operação.

A receita líquida total alcançou R\$ 4.722 milhões no trimestre, um aumento de 8% A/A, retomando a aceleração em comparação aos 7% A/A registrados no 2T12. Para o acumulado de 9 meses de 2012, a receita líquida alcançou 11% A/A.

ARPU cresceu 3,5% na comparação trimestre a trimestre.

ARPU (receita média por usuário) alcançou R\$18,9 no 3T12, um aumento de 3,5% trimestre a trimestre e caindo 11% A/A (contra -15% no 2T12), impactado pelo corte de VU-M e pela comoditização de chamadas interurbanas.

MOU recorde de 139

MOU (minutos de uso) alcançou 139 minutos no 3T12, 7% maior quando comparado ao 3T11, um novo recorde para a Companhia, principalmente devido a um forte aumento do tráfego sainte de 31,4% A/A, seguindo a plataforma Infinity e Liberty.

- **MOU sainte** foi de 127 minutos no 3T12, alcançando nível recorde e aumentando em 9,3% contra 3Q11. Este desempenho é explicado por um aumento sólido de 25% da base de clientes do segmento de voz pós-pago.

- **MOU entrante** alcançou 11 minutos no 3T12, queda acentuada de 15,9% quando comparado ao mesmo período do ano passado. O tráfego entrante total aumentou 1,1% A/A.

Despesas e Custos Operacionais

DESCRIÇÃO	3T12	3T11	% A/A	2T12	%T/T	YTD 2012	% A/A
R\$ Milhares							
Custos da Operação	(3.520.489)	(3.213.950)	9,5%	(3.332.903)	5,6%	(10.153.043)	12,4%
Custo de pessoal	(170.138)	(158.351)	7,4%	(186.441)	-8,7%	(532.576)	13,8%
Comercialização	(938.184)	(1.010.953)	-7,2%	(922.302)	1,7%	(2.878.445)	0,9%
Rede e interconexão	(1.353.194)	(1.197.827)	13,0%	(1.309.694)	3,3%	(3.961.773)	15,1%
Gerais e administrativas	(152.854)	(110.262)	38,6%	(126.310)	21,0%	(410.972)	11,4%
Custo dos produtos vendidos	(690.398)	(597.708)	15,5%	(631.464)	9,3%	(1.855.321)	22,2%
Provisão para devedores duvidosos	(80.009)	(60.825)	31,5%	(62.050)	28,9%	(198.699)	17,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(135.713)	(78.024)	73,9%	(94.641)	43,4%	(315.256)	46,8%
Outras receitas (despesas) operacionais ajustadas*	(93.582)	(78.024)	19,9%	(94.641)	-1,1%	(273.125)	27,2%

*Ajustado para eventos não recorrentes

Despesas e Custos Operacionais totais aumentaram 9,5% na comparação ano a ano, chegando a R\$3.520 milhões no 3T12, **impactado por eventos não recorrentes para provisão de perdas com créditos de publicidade e para procedimentos administrativos da Anatel entre 2007 e 2009, que totalizam R\$42,1 milhões.** Sem tais eventos, Opex total teria crescido 8,2% para R\$3.478 milhões.

O detalhamento de custos e despesas no 3T12 é apresentado a seguir:

Aumento do custo de mão de obra devido à expansão dos negócios

As despesas com pessoal alcançaram R\$170 milhões no 3T12, um crescimento de 7,4% quando comparadas ao mesmo período do ano passado, em consequência de um aumento de lojas próprias e expansão dos negócios.

As despesas com Vendas & Marketing atingiram R\$ 938 milhões, queda de 7,2% quando comparadas ao mesmo período do ano passado. Este desempenho é resultado de uma despesa menor com FISTEL e despesas de comissão mais baixas devido ao período de proibição de vendas.

Os custos de rede e interconexão alcançaram R\$1.353 milhões no 3T12, um aumento de 13,0% quando comparado ao mesmo período do ano passado, principalmente devido a um aumento no tráfego de voz sainte de 31% A/A. Ainda que tenhamos tido uma economia de custo pela redução de VU-M neste trimestre, o aumento em SMS sainte (resultado de nossa oferta Infinity Torpedo) compensou este impacto. Quanto às linhas alugadas, este custo foi incrementado em 5% A/A.

As despesas gerais e administrativas (G&A) atingiram R\$152,9 milhões no 3T12, um aumento de 38,6% quando comparadas ao 3T11, principalmente devido a um aumento dos custos relacionados ao projeto de lojas próprias e serviços de terceiros.



Smart/web phones representam 72% das vendas totais

O Custo dos Bens Vendidos alcançou R\$690,4 milhões no trimestre, um aumento de 15,5% em comparação com o mesmo período do ano passado, seguindo o crescimento da receita de aparelhos mencionado acima. A TIM continua seguindo a estratégia de aumentar a penetração de aparelhos com acesso a Internet como uma maneira de fortalecer o uso dos dados sem oferecer subsídios.

Dívidas de recuperação duvidosa em 1,1% da receita bruta

As despesas com devedores duvidosos como % da receita bruta ficaram em 1,1% (contra 0,95% no 3T11) alcançando R\$ 80 milhões (contra R\$ 61 milhões no 3T11). O principal fator para tal foi o crescimento da base de pós pago aliada a um nível maior de inadimplência de dívidas antigas.

Outras despesas operacionais alcançaram R\$135,7 milhões no 3T12, ou +73,9% em comparação ao mesmo período do ano passado, principalmente devido ao aumento de FUST/FUNTEL e aos dois eventos não recorrente, totalizando R\$42 milhões (provisão de perda de crédito de propaganda no valor de R\$16,1 milhões e a provisão para os processos administrativos da ANATEL, totalizando R\$26 milhões).

Abordagem eficiente de Go-to-market

O custo de aquisição por assinante (SAC = subsídio + comissão + despesas totais de publicidade) caiu para R\$33,6 no 3T12, uma queda consistente de 7,1% A/A. O desempenho reflete a eficiência continuada na aquisição de clientes pré-pago e pós-pago, contribuindo para um melhor desempenho de resultado P&L em um cenário de competição mais acirrada. A relação SAC/ARPU ficou em 1,8x (contra 1,7x no 3T11).

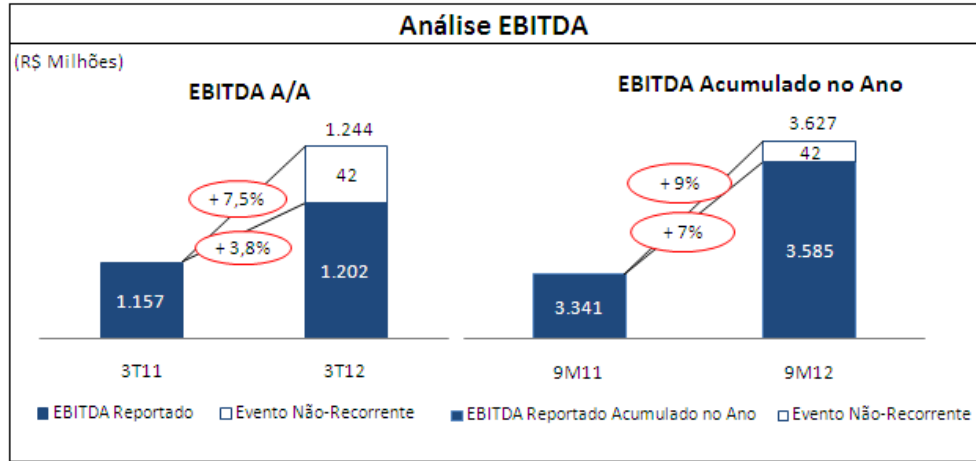
EBITDA

Eventos não recorrentes impactando o EBITDA

EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) alcançou R\$1.202 milhões no 3T12, representando uma expansão de 3,8% em comparação com o 3T11.

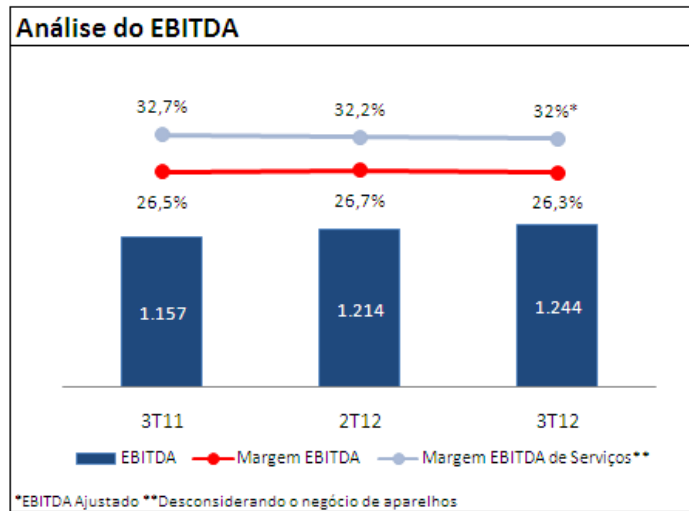
Ajustando EBITDA para os eventos não recorrentes de R\$42,1 milhões, o EBITDA orgânico alcançou R\$1.244, ou um crescimento de 7,5% A/A, retomando o crescimento em comparação com os 6% no 2T12 principalmente devido ao bom desempenho de serviços de dados, crescimento da base de clientes e de tráfego, ainda afetado pelo corte da VU-M.

O quadro abaixo mostra o impacto dos eventos não recorrentes no EBITDA.



Fonte: TIM

A margem EBITDA no 3T12 foi de 25,5%, impactada pelos eventos não recorrentes mencionados acima. **A margem ajustada de EBITDA permaneceu estável na comparação anual em 26,3%.** **A margem de EBITDA em serviços** (excluindo negócios com aparelhos) foi de 32% (versus 32,7% no 3T11), excluindo o negócio de aparelhos.



Fonte: TIM

Depreciação e amortização representaram R\$ 657 milhões no 3T12, um aumento de 1,9% A/A. Separadamente, a depreciação caiu 0,8% A/A, enquanto a amortização aumentou 5,2% A/A.

DESCRIÇÃO	3T12	3T11	% A/A	2T12	%T/T	YTD 2012	% A/A
R\$ Milhares							
EBITDA	1.201.936	1.157.438	3,8%	1.214.403	-1,0%	3.584.992	7,3%
EBITDA Ajustado*	1.244.066	1.157.438	7,5%	1.214.403	2,4%	3.627.122	8,6%
Margem EBITDA	25,5%	26,5%	-1,0p.p.	26,7%	-1,3p.p.	26,1%	-0,9p.p.
Margem EBITDA ajustada*	26,3%	26,5%	-0,1p.p.	26,7%	-0,4p.p.	26,4%	0,0p.p.
Depreciação & Amortização	(656.887)	(644.560)	1,9%	(664.233)	-1,1%	(1.977.749)	1,5%
Depreciação	(351.936)	(354.599)	-0,8%	(366.887)	-4,1%	(1.079.588)	3,7%
Amortização	(304.952)	(289.961)	5,2%	(297.346)	2,6%	(898.160)	-1,0%
EBIT	545.048	512.878	6,3%	550.171	-0,9%	1.607.243	15,5%
Margem EBIT	11,5%	11,7%	-0,2p.p.	12,1%	-0,6p.p.	11,7%	0,5p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(28.930)	(61.450)	-52,9%	(63.588)	-54,5%	(134.696)	-2,4%
Despesas financeiras	(139.687)	(124.046)	12,6%	(78.452)	78,1%	(324.429)	13,9%
Receitas financeiras	58.107	69.675	-16,6%	95.179	-38,9%	232.596	14,6%
Variações cambiais, líquidas	52.649	(7.079)	-843,8%	(80.315)	-165,6%	(42.863)	-23,6%
Lucro antes dos impostos	516.118	451.429	14,3%	486.583	6,1%	1.472.547	17,4%
Imposto de renda e contribuição social	(198.088)	(134.796)	47,0%	(139.796)	41,7%	(531.290)	42,1%
Lucro Líquido	318.030	316.632	0,4%	346.787	-8,3%	941.257	7,0%
Lucro Líquido ajustado*	369.285	316.632	16,6%	346.787	6,5%	992.512	12,8%

*Ajustado para eventos não recorrentes

EBIT

EBIT (Lucros antes de juros e impostos) totalizou R\$ 545,0 milhões no 3T12, um aumento de 6,3% A/A, representando uma expansão de R\$ 32,2 milhões na sequência de um aumento em Amortização de 5,2%. A margem de EBIT alcançou 11,5%.

Resultado Financeiro Líquido

O **resultado financeiro líquido** totalizou -R\$28,9 milhões, uma diminuição de 52,9% se comparado ao resultado de -R\$61,5 milhões no mesmo período do ano passado.

No 3T12, as despesas financeiras cresceram 12,6%, alcançando R\$139,7 milhões, impactadas por um aumento no ajuste monetário, enquanto a receita financeira teve queda de 16,6%, alcançando R\$58,1 milhões, explicada por uma diminuição nos juros sobre investimentos devido a uma queda na taxa de CDI e a uma posição de caixa 8,6% menor ano contra ano.

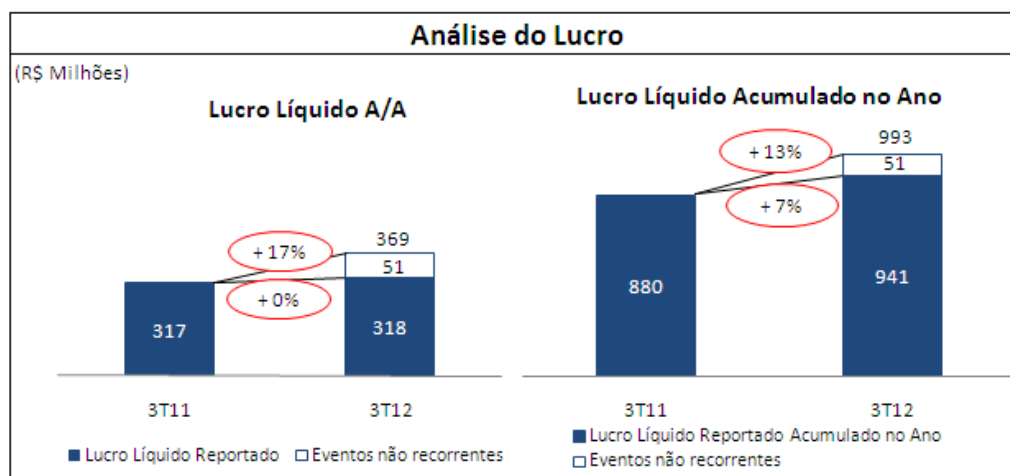
A variação cambial líquida foi positiva em R\$52,6 milhões (contra -R\$7,1 milhões no 3Q11) justificado por um efeito contábil positivo devido a "cupom cambial" usado para calcular a posição *mark-to-market* de nossas operações de *hedge*.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro representaram R\$ 198,1 milhões no 3T12, um aumento de 47,0% em comparação aos R\$ 134,8 milhões no 3Q11, principalmente devido ao aumento do lucro tributável na TIM Celular e a outros impactos de cálculo dos incentivos regionais de redução do IRPJ – SUDENE/SUDAM

Lucro Líquido

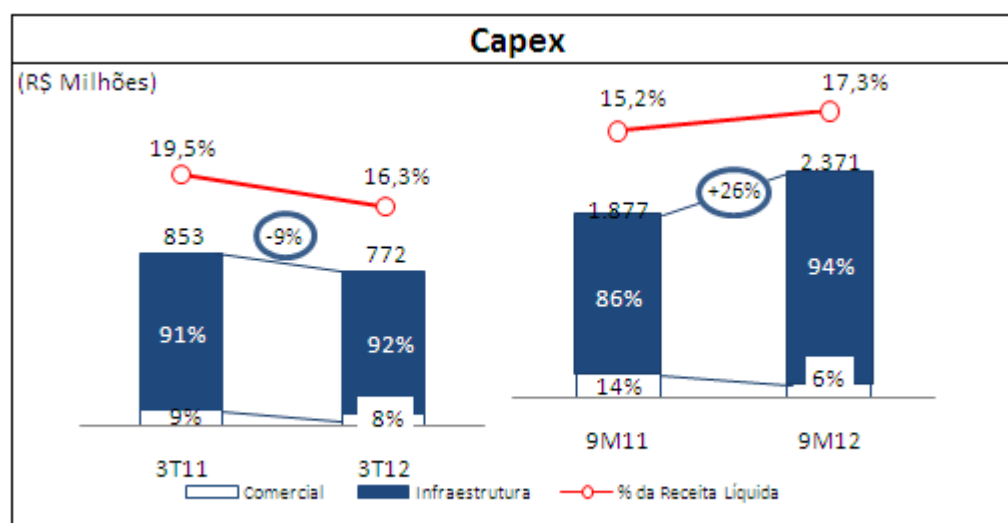
O **Lucro Líquido Consolidado** alcançou R\$318,0 milhões no 3T12, +0,4% em comparação aos R\$ 316,6 milhões no 3Q11. Se ajustássemos a receita líquida para os eventos não recorrentes de R\$42,1 milhões mais R\$9,1 milhões referente a correção monetária deste valor, o resultado final seria R\$369,3 milhões (ou 16,6% em comparação ao 3T11).



Fonte: TIM

CAPEX

Os **Investimentos** totalizaram R\$ 772 milhões no 3T12, uma diminuição de 9,6% em comparação com o mesmo período do ano passado. **É importante destacar que 92% do Capex total foi alocado em infraestrutura.** No acumulado dos 9 meses, o Capex totalizou R\$2,4 bilhões, um crescimento de 26,3% A/A.



Fonte: TIM

Posição financeira líquida e fluxo de caixa livre

A Dívida Bruta somou R\$ 3.496 milhões, uma diminuição de 2,6% se comparado aos R\$3,588 milhões no 3T11. A dívida da Companhia está concentrada em contratos de longo prazo (66% do total) compostos principalmente de financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), EIB (Banco de Investimento Europeu), Santander e BNP Paribas, bem como empréstimos de outras instituições financeiras locais e internacionais.

Aproximadamente 43% da dívida total está contratada em moeda estrangeira (USD), com 100% de hedge em moeda local. O custo médio da dívida totalizou 7,81% no 3T12 comparado a 10,52% no 3T12.

Caixa e equivalentes de caixa alcançaram R\$ 1.947 milhões, levando a posição líquida de dívida para R\$ 1.550 milhões ou 6,2% mais elevada que no 3T11. **Dívida líquida/EBITDA acumulado de 12 meses resulta em uma proporção de 0,3x.**

O Fluxo de Caixa Operacional Livre, no 3T12, ficou positivo em R\$ 827 milhões, um aumento de 21,0% quando comparado ao 3T11. Esse resultado é explicado principalmente por um Capex mais baixo (-9,6%), uma margem operacional maior e a uma maior variação positiva do capital de giro.

Eventos Não Recorrentes

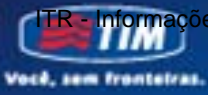
No terceiro trimestre, a TIM adicionou uma provisão para procedimentos administrativos da Anatel instaurados entre 2007 e 2009 no valor de R\$ 26,1 mi. Desde que o assunto passou pela avaliação administrativa e é agora está sendo analisada pelo Conselho Diretor da Anatel, a probabilidade de perda mudou de possível para provável.

O segundo evento não recorrente do trimestre refere-se à não-utilização de créditos para anúncios no Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil (empresas controladas pela CBM, uma subsidiária do grupo Docas). Com a falência dos jornais e as tentativas frustradas de recuperar esse valor, o crédito de publicidade de R\$ 16,1 mi tornou-se inútil. A Companhia tomará medidas judiciais visando o reembolso de crédito.

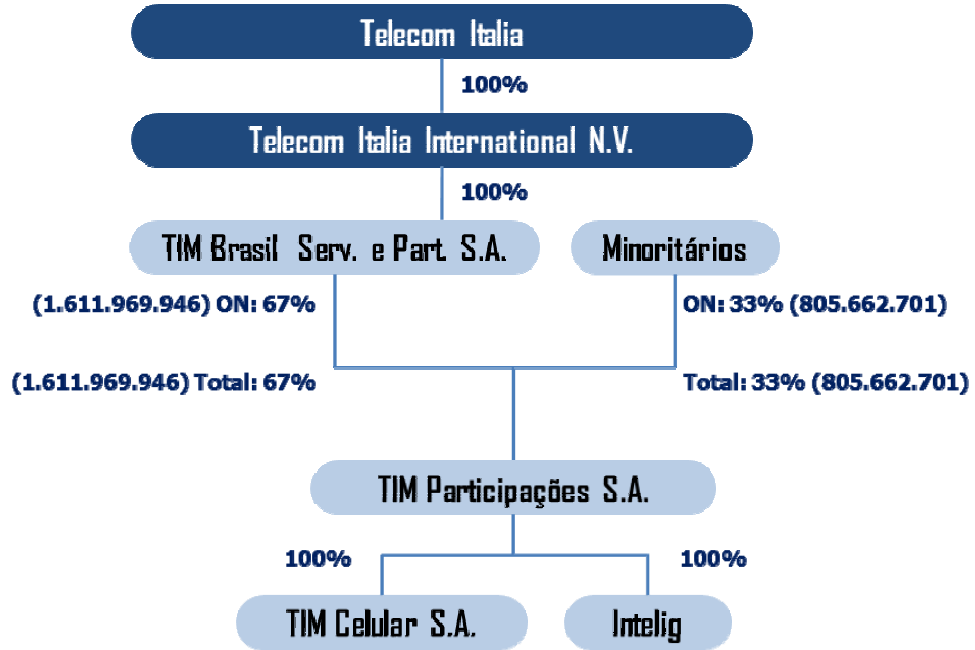
Contingências e Provisões

TIM esclarece que todos as premissas de avaliação de risco adotadas pela Companhia, que resultaram em provisões para contingências relatados nas suas demonstrações financeiras, incluindo as relacionadas com a tributos, foram realizados em estrita conformidade com todas as normas contábeis aplicáveis, designadamente as emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis através de "CPC 25" (equivalente ao IAS 37), aprovado pela Resolução CVM n ° 594/2009.

É importante notar também que, desde 2006, a Companhia está sujeita a controles e procedimentos listados na Lei Federal dos EUA conhecido como "Sarbanes-Oxley" (SOX), e tem os controles internos submetidos a auditores independentes. Não houve um único ano em nossa história, que perdas efetivas ultrapassaram o nível de provisão realizada até agora, servindo como um indicador de que as decisões tomadas pela empresa, com base também em informações de consultores externos e sujeitos a revisão pelos auditores independentes foram adequadas.



Composição Acionária



Sobre a TIM Participações S.A.

A TIM Participações S.A. é uma holding que presta serviços de telecomunicação em todo o Brasil através de suas subsidiárias, TIM Celular S.A., Intelig Telecomunicações LTDA. TIM Participações é uma subsidiária da TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma empresa do grupo Italia Telecom. TIM lançou suas operações no Brasil em 1998 e consolidou sua presença nacional em 2002, tornando-se a primeira operadora sem-fio presente em todos os estados brasileiros.

A TIM fornece serviços de telefonia móvel, fixa e de longa distância, além de transmissão de dados, voltados sempre para a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes. Graças à tecnologia GSM, a TIM tem um alcance nacional de aproximadamente 94.5% da população urbana – a mais ampla cobertura GSM no Brasil, presente em 3.320 cidades. A TIM também presta serviços de cobertura de dados extensivos no país, 100% dos quais usando GPRS, aproximadamente 99% usando EDGE, além de possuir uma sofisticada rede de Terceira Geração (3G) atendendo 69% da população urbana do país. A Empresa possui 391 contratos de roaming internacional para clientes TIM disponíveis em mais de 208 países, em seis continentes.

A marca TIM está fortemente associada a inovação e qualidade. Durante sua presença no país, ela tornou-se pioneira em diversos produtos e serviços, como MMS e Blackberry no Brasil. Continuando essa tendência, ela renovou sua carteira em 2009, posicionando-se como operadora que cria “Planos e Promoções que Revolucionam”. A TIM lançou duas famílias de planos - 'Infinity' e 'Liberty'. A nova carteira baseia-se em um conceito inovador, com muito incentivo ao uso (cobrança por chamada, uso ilimitado), explorando constantemente o conceito de comunidade TIM com 69,4 milhões de linhas no Brasil.

Em dezembro de 2009, a empresa concluiu a incorporação de 100% da Intelig, que fornece serviços de telefonia fixa e longa distância e de transmissão de dados no Brasil. Tal incorporação sustenta a expansão da infraestrutura TIM, numa combinação que permite acelerar o desenvolvimento da rede 3G, otimizando custos de locação de instalações, e melhorando nosso posicionamento competitivo no mercado de telecomunicações.

Em conformidade com sua estratégia comercial de expansão das atividades e fortalecimento da infraestrutura da Empresa, a sua subsidiária integral TIM Celular, adquiriu a TIM Fiber RJ e SP. Ambas são provedoras de infraestrutura e soluções para comunicação de alta performance, que atendem os principais municípios das regiões metropolitanas dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, abrangendo um mercado potencial de aproximadamente 8,5 milhões de domicílios e mais de 550 mil empresas em 21 cidades, através de uma rede de fibra óptica de 5,5 mil Km.

A TIM Participações é uma sociedade aberta, cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) e com ADRs (American Depositary Receipts) negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). A TIM também faz parte do seletor grupo de empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e é única empresa de telecomunicações no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA.



- » **Companhia integrada com presença nacional desde 2002**
- » **Rede: excelente cobertura GSM e qualidade reconhecida**
- » **Ofertas inovadoras: novos conceitos alavancando a comunidade TIM**
- » **Marca: associada a inovação**
- » **Sustentabilidade: Mantida no índice ISE para 2011/2012**
- » **Listada no Novo Mercado desde Agosto 2011**

Limitação de Responsabilidade

Este documento pode conter declarações prospectivas. Tais declarações não são declarações de fatos históricos e refletem crenças e expectativas da administração da Empresa. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "objetiva" e palavras similares pretendem identificar tais declarações, que envolvem necessariamente riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Empresa. Portanto, os resultados operacionais futuros da Empresa podem ser diferentes das atuais expectativas e os leitores não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui contidas. As declarações prospectivas refletem somente opiniões na data em que foram feitas e a Empresa não é obrigada a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros.

Anexos

Anexo 1: Indicadores Operacionais

As Demonstrações Financeiras Completas, incluindo Notas Explicativas, estão disponíveis no Site de Relações com Investidores da Empresa: www.tim.com.br/ri

Anexo 1
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
Indicadores operacionais

DESCRIÇÃO	3T12	3T11	% A/A	2T12	%T/T
Base Celular Brasil (milhões)	258.861	227.352	13,9%	256.131	1,1%
Penetração Total estimada	131,6%	116,5%	15,1p.p.	130,4%	1,1p.p.
Municípios Atendidos - TIM GSM	3.320	3.259	1,9%	3.312	0,2%
Market share	26,8%	26,0%	0,8p.p.	26,9%	-0,1p.p.
Total de Clientes ('000)	69.408	59.210	17,2%	68.874	0,8%
Pré-pago	59.146	50.559	17,0%	58.873	0,5%
Pós-pago	10.262	8.651	18,6%	10.001	2,6%
Adições Brutas ('000)	8.727	10.186	-14,3%	9.814	-11,1%
Adições Líquidas ('000)	535	3.685	-85,5%	1.656	-67,7%
Churn ('000)	8.193	6.501	26,0%	8.158	0,4%
ARPU (R\$)	18,9	21,2	-11,0%	18,3	3,5%
MOU	139	130	6,7%	127	8,8%
SAC (R\$)	34	36	-7,1%	26	31,4%
Aparelhos vendidos ('000)	2.512	3.164	-20,6%	2.511	0,1%
Investimentos (R\$ milhões)	772	853	-9,6%	1.057	-27,0%
Empregados	11.333	10.248	10,6%	10.948	3,5%

Notas Explicativas

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A TIM Participações S.A. (“TIM Participações” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa do Grupo Telecom Itália e detinha, em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, 66,68% do capital social da TIM Participações. A Companhia tem como principal objetivo exercer o controle de empresas exploradoras de serviços de telecomunicações e os serviços prestados por suas controladas são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“Anatel”).

As ações da Companhia são negociadas na BM&F/Bovespa. Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósito americanos (*American Depositary Receipts* – ADR), nível II, negociados na Bolsa de New York – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando a atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Através do Ato nº. 4.634, de 11 de agosto de 2009, a Anatel aprovou a aquisição da Intelig Telecomunicações S.A. (“Intelig”) pela TIM Participações. Este ato também concedia um prazo de 18 meses para a eliminação da sobreposição geográfica de outorgas de STFC pelas controladas TIM Celular S.A. (“TIM Celular”) e Intelig. O prazo concedido tinha como marco inicial a efetivação da transferência do controle societário da Intelig de acordo com a legislação brasileira, ou seja, 30 de dezembro de 2009. A data inicialmente prevista para conclusão deste processo foi prorrogada por mais 12 meses, com a publicação, pela Anatel, do Ato nº. 4.559, de 29 de junho de 2011.

Em 30 de dezembro de 2011, a Companhia comunicou oficialmente à Anatel que as licenças de STFC da Intelig que permitem a prestação dos serviços de voz de longa distância nacional e internacional seriam descontinuadas. Sendo assim, o “código 23” deixou de existir em 30 de junho de 2012. Concomitantemente, foi comunicada a descontinuidade da prestação de STFC Local na TIM Celular para a mesma data. Tendo sido eliminada a sobreposição de outorgas neste prazo, a Anatel convocou as controladas TIM Celular e Intelig para assinatura de novos Termos de Autorização, adequados ao novo cenário de prestação do STFC. Tais instrumentos foram assinados ao final de outubro de 2012.

Notas Explicativas

Controladas diretas

(a) TIM Celular S.A.

A Companhia detém a totalidade do capital da TIM Celular. Até 30 de junho de 2012 esta controlada atuava como prestadora dos seguintes serviços, em todos os estados brasileiros:

- Serviço Móvel Pessoal (“SMP”);
- Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional; e
- Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”).

Conforme descrito anteriormente, a partir do terceiro trimestre de 2012, esta controlada passou a prestar serviços de STFC apenas nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional. Os demais serviços (SMP e SCM) não sofreram alterações.

• **Aquisição e incorporação de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ**

A TIM Celular adquiriu, no quarto trimestre de 2011, a participação de 100% do capital da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (atual TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e de 98,3% do capital da AES Communications Rio de Janeiro S.A. (atual TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”), prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. Esta aquisição teve como principal objetivo a ampliação da atuação da Companhia no negócio de comunicação de dados de alta velocidade, propiciando às controladas a oferta de novos produtos aos seus clientes, redução do custo com aluguel de infraestrutura, assim como a obtenção de outras importantes sinergias relacionadas à rede de fibra ótica.

Após a aquisição de participação na AES Communications Rio de Janeiro S.A., a TIM Celular estendeu aos acionistas minoritários desta entidade a oferta de compra de suas ações, ao mesmo valor oferecido ao antigo controlador da empresa. Ao final desta oferta, em 27 de fevereiro de 2012, a TIM Celular havia adquirido uma participação adicional de 1,4% na entidade.

Em 18 de julho de 2012, em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas da TIM Fiber RJ aprovaram o grupamento das ações desta controlada na proporção de 50.000 ações ordinárias para 1 ação da mesma espécie. Como resultado deste processo, a TIM Celular passou a ser detentora da totalidade do capital da TIM Fiber RJ. As frações de ações resultantes deste grupamento foram canceladas, ficando os valores referentes a tais frações disponíveis aos respectivos acionistas por um período de 3 anos contados da publicação da ata da AGE. O reembolso das frações deve ocorrer de acordo com as proporções detidas por cada acionista no momento imediatamente anterior ao grupamento de ações.

Em 29 de agosto de 2012, a TIM Fiber RJ e a TIM Fiber SP apresentaram renúncia de suas outorgas de SCM à Anatel. No mesmo dia, foram realizadas (i) Reunião dos Sócios da TIM Fiber SP e (ii) Assembléias Gerais da TIM Fiber RJ e da TIM Celular, deliberando sobre a incorporação das duas primeiras entidades na estrutura da última. Em decorrência desta operação, toda a base de clientes da TIM Fiber RJ e da TIM Fiber SP migrou para a TIM Celular.

(b) Intelig Telecomunicações Ltda.

A Companhia detém a totalidade do capital da Intelig. Até o dia 30 de junho de 2012, esta controlada atuava como prestadora dos seguintes serviços, em todos os estados brasileiros:

- STFC nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional; e
- SCM.

Notas Explicativas

Conforme mencionado anteriormente, a partir do terceiro trimestre de 2012 a Intelig passou a prestar o serviço de STFC apenas na modalidade Local. O serviço SCM não sofreu alterações.

Suspensão de vendas de chips emitida pela Anatel

Em 18 de julho de 2012, a Anatel emitiu Medida Cautelar determinando a suspensão da comercialização de chips e da ativação de novos usuários da TIM Celular em 18 estados brasileiros e no Distrito Federal, a partir de 23 de julho de 2012.

Em 24 de julho de 2012, a TIM Celular apresentou seu Plano Nacional de Melhoria do SMP à Anatel, o qual foi objeto de diversas reuniões com a Agência resultando nas complementações apresentadas nos dias 25 de julho e 01 de agosto de 2012. Em 02 de agosto de 2012, foi emitido Despacho que liberando novamente a comercialização e ativação de novos chips.

2. Autorizações

As autorizações que prevêem o direito de uso de radiofrequência para prestação do SMP são por prazo determinado. Elas possuem as seguintes datas de expiração, com possibilidade de renovação única por mais 15 anos. No caso de renovação, a mesma deve ser confirmada a cada 2 anos, devendo ser pago ao Poder Concedente o valor percentual de 2% sobre a receita líquida do primeiro ano a cada biênio. Tal pagamento leva em consideração apenas a receita líquida da região coberta pela licença que foi renovada. As autorizações de SMP vigentes em 30 de setembro de 2012 são demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de expiração		
	800MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 e 2100 MHz (3G)
1 Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2016	Abril, 2023	Abril, 2023
2 Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2016	-	Abril, 2023
3 Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2016	-	Abril, 2023
4 São Paulo	Março, 2016	-	Abril, 2023
5 Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023
6 Santa Catarina	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023
7 Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	Abril, 2024*	-	Abril, 2023
8 Pernambuco	Maio, 2024*	-	Abril, 2023
9 Ceará	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023
10 Paraíba	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023
11 Rio Grande do Norte	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023
12 Alagoas	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023
13 Piauí	Março, 2024*	-	Abril, 2023
14 Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	Abril, 2013	Abril, 2023	Abril, 2023
15 Bahia e Sergipe	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023

*Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

Notas Explicativas

Em dezembro de 2011, a TIM Celular participou do Edital de Licitação n.º 001/2011/PVCP/SPV – Anatel, onde adquiriu 9 lotes de radiofrequência na faixa de 1.800MHz. Esta aquisição complementa a capacidade de transmissão nos estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo (interior) e nos estados que compõem a região Centro Oeste. Ao vencer o processo licitatório, a controlada assumirá o compromisso com o pagamento do valor total de R\$80.000 pelo período remanescente das outorgas nesses Estados. A adjudicação desses lotes está prevista para acontecer no último trimestre de 2012, razão pela qual o valor do intangível ainda não se encontra registrado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, em junho de 2012, a TIM Celular e a Intelig participaram do leilão de aquisição das radiofrequências destinadas à chamada 4ª Geração do SMP (Edital n.º 004/2012/PVCP/SPV - Anatel). As Companhias controladas sagraram-se vencedoras de 6 lotes (1 lote de âmbito nacional + 5 lotes regionais) pelo valor de R\$ 382.000. Estes lotes permitem o uso da frequência 2,5 GHz em todo território nacional por 15 anos, com possibilidade de renovação por mais 15 anos. A assinatura dos Termos de Autorização ocorreu em outubro de 2012, razão pela qual o valor do intangível ainda não se encontra registrado nas demonstrações financeiras da Companhia. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 48.

Em relação aos termos de autorização para o STFC e SCM detidos pelas controladas da TIM Participações, os mesmos possuem prazo indeterminado.

3. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a. CrITÉRIOS gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21/IAS 34 – “Demonstrações Intermediárias”. Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 21/IAS 34, a Companhia também adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela CVM e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

As informações trimestrais individuais foram preparadas de acordo com o CPC 21 – “Demonstrações Intermediárias” e são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, que devem sempre ser classificados como não circulante, de acordo com o IAS 1.

Notas Explicativas

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais, estão divulgadas na Nota 5.

b. Comparabilidade das Informações Trimestrais

A Companhia e suas controladas visam melhorar continuamente o seu nível de governança corporativa, a apresentação das informações trimestrais e, principalmente, o alinhamento às práticas contábeis exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às práticas internacionais especificamente aplicáveis ao seu ramo de atividade. Nesse sentido, a Companhia e suas controladas promoveram uma análise das melhores práticas contábeis aplicáveis ao seu ramo de atividades, o que resultou nas mudanças cujos efeitos estão apresentados a seguir, bem como nas informações trimestrais substancialmente diferentes daquelas anteriormente publicadas e disponibilizadas aos seus acionistas.

Conforme mencionado na nota 2, após a data de expiração das autorizações que prevêm o direito de uso de radiofrequência para prestação do SMP é concedido pela ANATEL o direito de renovação por mais 15 anos. Neste caso, a cada dois anos deverá ser pago ao Poder Concedente o valor de 2% da receita líquida do ano anterior de cada região atendida.

A Companhia adotava o procedimento de efetuar o registro do valor desta renovação no resultado do exercício na linha de “Custo dos Serviços Prestados” proporcional ao período correspondente. No segundo trimestre de 2012, a Companhia decidiu por modificar o tratamento contábil, capitalizando o valor integral da renovação de determinada licença e amortizando-a no prazo determinado. Referido tratamento contábil foi adotado retroativamente aos exercícios anteriores e efetuados os devidos ajustes e/ou reclassificações conforme abaixo:

- (i) Representa a capitalização da renovação das licenças, líquida de amortização;
- (ii) Reclassificação do saldo passivo existente em 31 de dezembro de 2011 que era apresentado como “Impostos, taxas e contribuições indiretos” para linha de “Autorizações a pagar”;
- (iii) Representa a constituição do passivo referente à renovação das licenças a pagar;
- (iv) Reclassificação da despesa de renovação das licenças de “Custos dos serviços prestados” para “Outras despesas operacionais” no subgrupo “Amortização de concessão”.
- (v) Representa a capitalização dos seguros sobre as licenças, líquida de amortização, que antes eram classificados como “Despesas antecipadas”;
- (vi) Reclassificação da despesa de seguros s/ licenças “Custos dos serviços prestados” para “Outras despesas operacionais” no subgrupo “Amortização de concessão”.

Notas Explicativas

Ativo	Consolidado			Ajustado
	Original	(i)	(v)	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.262.855	-	-	3.262.855
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.872	-	-	1.872
Contas a receber	3.285.782	-	-	3.285.782
Estoques	273.171	-	-	273.171
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	608.025	-	-	608.025
Impostos e contribuições diretos a recuperar	616.235	-	-	616.235
Despesas antecipadas	114.502	-	(1.310)	113.192
Operações com derivativos	55.889	-	-	55.889
Outros ativos	68.795	-	-	68.795
	<u>8.287.126</u>	<u>-</u>	<u>(1.310)</u>	<u>8.285.816</u>
Não Circulante				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	25.873	-	-	25.873
Contas a receber	59.712	-	-	59.712
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	376.479	-	-	376.479
Impostos e contribuições diretos a recuperar	22.739	-	-	22.739
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.488.235	-	-	1.488.235
Depósitos judiciais	607.627	-	-	607.627
Despesas antecipadas	92.874	-	-	92.874
Operações com derivativos	65.315	-	-	65.315
Outros ativos	13.884	-	-	13.884
Imobilizado	6.624.081	-	-	6.624.081
Intangível	5.774.276	30.396	1.310	5.805.982
	<u>15.151.095</u>	<u>30.396</u>	<u>1.310</u>	<u>15.182.801</u>
Total do ativo	<u>23.438.221</u>	<u>30.396</u>	<u>-</u>	<u>23.468.617</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			Ajustado
	31 de dezembro de 2011			
	Original	(ii)	(iii)	
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	3.709.301	-	-	3.709.301
Empréstimos e financiamentos	1.090.174	-	-	1.090.174
Operações com derivativos	77.055	-	-	77.055
Obrigações trabalhistas	145.803	-	-	145.803
Impostos, taxas e contribuições indiretos	705.669	(12.024)	-	693.645
Impostos, taxas e contribuições diretos	454.124	-	-	454.124
Dividendos a pagar	326.348	-	-	326.348
Autorizações a pagar	-	-	42.420	42.420
Outros passivos	287.156	-	-	287.156
	<u>6.795.630</u>	<u>(12.024)</u>	<u>42.420</u>	<u>6.826.026</u>
Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	2.570.409	-	-	2.570.409
Operações com derivativos	89.078	-	-	89.078
Impostos, taxas e contribuições indiretos	142.953	-	-	142.953
Impostos, taxas e contribuições diretos	167.447	-	-	167.447
Imposto de renda e contribuição social diferidos	77.055	-	-	77.055
Provisão para contingências	229.521	-	-	229.521
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	318	-	-	318
Provisão para futura desmobilização de ativos	261.918	-	-	261.918
Outros passivos	147.155	-	-	147.155
	<u>3.685.854</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.685.854</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	9.839.770	-	-	9.839.770
Reservas de capital	384.489	-	-	384.489
Reservas de lucros	2.735.847	-	-	2.735.847
Ações em tesouraria	(3.369)	-	-	(3.369)
	<u>12.956.737</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.956.737</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>23.438.221</u>	<u>(12.024)</u>	<u>42.420</u>	<u>23.468.617</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011			
	<u>Original</u>	<u>(iv)</u>	<u>(vi)</u>	<u>Reclassificado</u>
Receita operacional líquida	12.375.409	-	-	12.375.409
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	<u>(6.280.642)</u>	<u>16.135</u>	<u>1.632</u>	<u>(6.262.875)</u>
Lucro bruto	6.094.767	16.135	1.632	6.112.534
Receitas (despesas) operacionais:				
Comercialização	(3.531.171)	-	-	(3.531.171)
Gerais e administrativas	(728.111)	-	-	(728.111)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(443.482)</u>	<u>(16.135)</u>	<u>(1.632)</u>	<u>(461.249)</u>
	<u>(4.702.764)</u>	<u>(16.135)</u>	<u>(1.632)</u>	<u>(4.720.531)</u>
Lucro operacional	1.392.003	-	-	1.392.003
Receitas (despesas) financeiras:				
Receitas financeiras	541.892	-	-	541.892
Despesas financeiras	<u>(679.932)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(679.932)</u>
	<u>(138.040)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(138.040)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.253.963	-	-	1.253.963
Imposto de renda e contribuição social	<u>(373.894)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(373.894)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>880.069</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>880.069</u>

c. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de outubro de 2012.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis a seguir são adotadas tanto na preparação das informações trimestrais da controladora (BRGAAP) quanto do consolidado (IFRS).

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$) que também é a moeda funcional de todas as empresas consolidadas nestas informações trimestrais.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos a reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

b. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As seguintes empresas encontram-se consolidadas nas informações trimestrais:

Razão Social	Classificação	Participação	
		09/2012	12/2011
TIM Celular S.A.	controlada direta	100%	100%
Intelig Telecomunicações Ltda.	controlada direta	100%	100%
TIM Fiber RJ S.A. (*)	controlada indireta	-	100%
TIM Fiber SP Ltda. (*)	controlada indireta	-	100%

(*) Em 29 de agosto de 2012, as empresas TIM Fiber RJ e TIM Fiber SP foram incorporadas pela TIM Celular conforme mencionado na nota 1.

Utilizamos o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que juntamente com o Conselho de Administração são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

Notas Explicativas

A estratégia do Grupo é focada na maximização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários a vista e investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses após a data de aplicação, e com risco insignificante de mudança de valor.

e. Ativos e passivos financeiros

e.1 Ativos financeiros

e.1.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo através do resultado, (2) mantidos até o vencimento, (3) empréstimos e recebíveis e (4) mantidos para venda. Em todas as datas apresentadas nestas informações trimestrais, existem apenas ativos classificados na primeira e terceira categorias. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Por esta razão, geralmente encontram-se classificados no grupo de ativos circulantes. Contudo, caso estes ativos sejam dados em garantia ou haja qualquer outra restrição a seu uso no curto prazo, os mesmos podem ser classificados no grupo de ativos não circulantes.

Os derivativos de posse da Companhia também foram classificados nesta categoria, dada sua natureza. A Companhia não utiliza contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não-derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Nas informações trimestrais, encontram-se classificados como "contas a receber" ou "outros ativos".

e.1.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os custos de transação incorridos em investimentos mensurados ao valor justo através do resultado são debitados à demonstração do resultado, como despesas, na data da transação. Após esta data, as variações de seu valor justo são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras. Tais ativos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa relacionados ao ativo tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade.

Notas Explicativas

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados em seus preços de compra em cada data base de apresentação. Se o mercado de um ativo financeiro não for considerado ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a análise de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos.

e.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados por seu valor líquido quando há direito legal e intenção de compensá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e.1.4 Impairment de ativos financeiros

Ao final de cada período de apresentação, a Companhia avalia se há evidência objetiva de deterioração do valor de seus ativos financeiros. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e perdas são reconhecidas somente se houver evidência objetiva de *impairment*, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de *impairment* incluem verificar se há situações reais de:

- dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de recursos, garante ao mesmo uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- tornar-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que gere perdas aos credores;
- desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados de uma carteira de ativos financeiros, embora a diminuição não possa ser identificada através da análise individual dos ativos financeiros da carteira. Tais dados incluem:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Notas Explicativas

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o novo valor calculado considerando eventuais situações citadas anteriormente. Caso a perda por *impairment* seja constatada, a mesma é registrada diretamente no resultado do exercício. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como, por exemplo, uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* também é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

e.2 Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos e empréstimos e financiamentos. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento e derivativos. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Nas datas de apresentação destas informações trimestrais, nesta categoria encontram-se basicamente os instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: são representados, basicamente, por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. No reconhecimento inicial, tais passivos são registrados por seu valor justo. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. Neste método, os custos de transação impactam o valor inicial do passivo, gerando efeito na determinação da taxa efetiva de juros. Esta taxa é aquela que desconta exatamente todos os fluxos de caixa do instrumento financeiro. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras. Nas datas de apresentação destas informações trimestrais, nesta categoria encontram-se, principalmente, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar aos fornecedores da Companhia.

f. Contas a receber

As contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD” ou “impairment”).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas na realização de tais créditos.

Notas Explicativas

g. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma provisão é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável, quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

h. Impostos e contribuições indiretos e diretos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

i. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. São apropriadas ao resultado na medida em que incorrem.

j. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e corrigidos conforme a legislação vigente.

k. Investimentos

As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial somente nas informações trimestrais individuais.

l. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual (nota 17). A Companhia reconhece seus ativos por componente individualizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e amortizados pela vida útil desses bens. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. O registro desta obrigação é feito conforme o IFRIC 1.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Devido ao fato do Grupo não construir ativos que exijam longos prazos para sua conclusão, a Companhia não capitaliza juros de empréstimos e financiamentos.

m. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências, (ii) software em uso e/ou desenvolvimento e (iii) subsídio na venda de aparelhos e mini modems. O intangível inclui também ágio na aquisição de empresas.

Notas Explicativas

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil dos ativos. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição.

Conforme previsto no IFRS 3, quando a avaliação dos valores justos dos ativos e passivos identificados de uma combinação de negócios não está completa na data de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis os valores provisórios dos ativos e passivos ainda em análise. Neste caso, o término posterior do processo de *purchase accounting* pode suscitar o ajuste retrospectivo dos saldos contábeis de ativos e passivos, trazendo estes ajustes para a efetiva data de compra da entidade adquirida. Tais procedimentos podem afetar o valor do ágio e de outros ativos. A norma contábil vigente estabelece que todo o processo de contabilização de compra seja encerrado em até um ano após a data de aquisição.

Conforme previsto nas normas contábeis, o ágio não é amortizado e deve ser testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos estas perdas (se existirem). O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que se beneficiam da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os ganhos e as perdas apurados na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- a Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a estes critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Conforme citado anteriormente, devido ao fato do Grupo não construir ativos que exijam longos prazos para sua conclusão, a Companhia não capitaliza juros de empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

n. Impairment de ativos não financeiros

Os ágios têm seu teste de *impairment* realizado anualmente. Para os demais ativos, é realizada a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs). Os ativos, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment* podem ter esta provisão (ou parte dela) revertida, caso seja constatado que as razões (ou parte delas) que tenham levado à constituição da provisão não mais existam na data de apresentação das informações trimestrais.

o. Provisões

Provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la.

p. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

q. Benefícios a empregados

Participação no resultado

A Companhia e suas controladas provisionam mensalmente o valor estimado da participação de empregados em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores e aprovadas pelo Conselho de Administração. Tais valores são registrados como despesa de pessoal e alocados nas contas de resultado de acordo com o centro de custo de origem do empregado.

Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas possuem planos de benefício definido e contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor específico de benefício de aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Notas Explicativas

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Opções de compra de ações

A Companhia opera planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços de determinados empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) outorgados. O valor justo dos serviços do empregado é reconhecido como despesa, em contrapartida à reserva de capital, e é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas. Este último exclui o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente na reserva de capital.

Os valores pagos aos empregados, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

r. Imposto de renda e contribuição social

Os impostos sobre a renda do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, sendo suas movimentações reconhecidas na demonstração do resultado. Não foram reconhecidos saldos de imposto de renda e contribuição social no resultado abrangente. Os saldos de imposto de renda e contribuição social ativos e passivos são apresentados por seu valor líquido somente quando há direito e intenção de compensá-los em sua liquidação.

Saldos correntes

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos sobre a renda onde a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

Notas Explicativas

Saldos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados e sobre (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelos órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

s. Provisão para contingências

É constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia (internos e externos) e da Administração, por montantes julgados como suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação e as aquelas em que as perdas foram consideradas remotas não são divulgadas.

t. Patrimônio líquido

Os principais itens que movimentam o patrimônio líquido da Companhia seguem as seguintes práticas contábeis:

Capital social

Registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido.

Reservas

Constituídas e utilizadas com base nos preceitos da Lei das Sociedades e do estatuto social da Companhia.

Notas Explicativas

Distribuição de dividendos

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, calculada com base no estatuto social, é reconhecida como um passivo ao final de cada exercício. Qualquer outro valor a ser distribuído como dividendos intermediários, pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório, entre outros, somente é provisionado na data em que a distribuição adicional é aprovada pelos acionistas, em Assembléia Geral.

u. Reconhecimento das receitas

Em linhas gerais, as receitas somente são reconhecidas na medida em que seja provável que os benefícios econômicos das transações fluirão para a Companhia e que seus valores possam ser mensurados de forma confiável.

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, etc., pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. Os saldos são reconhecidos conforme sua utilização, líquidos de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

Os saldos são reconhecidos mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de saldos não faturados do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações.

Os minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador.

v. Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Notas Explicativas

w. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- . IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A Administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- . IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

- . IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . O IASB emitiu, em junho de 2012, um documento com alterações aos IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, ainda sem correlatos emitidos pelo CPC. Assim como os pronunciamentos, as alterações propostas são requeridas para os períodos contábeis posteriores a 1 de janeiro de 2013. A Companhia está estudando os futuros impactos desta alteração e não espera mudanças significativas nas demonstrações contábeis.
- . O IASB emitiu, em maio de 2012, um documento com atualizações de melhorias propostas para: IFRS 1 – Primeira adoção das IFRS; IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; IAS 16 – Ativo Imobilizado; IAS 32 – Instrumentos Financeiros – Apresentação; e IAS 34 – Demonstrações Contábeis Intermediárias. As alterações propostas são requeridas para os períodos contábeis posteriores a 1 de janeiro de 2013. A Companhia está estudando os futuros impactos desta alteração e não espera mudanças significativas nas demonstrações contábeis.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

5 Estimativas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) *Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

Notas Explicativas

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ativos imobilizados e os ativos intangíveis, incluindo ágios.

(b) Provisão para futura desmobilização de ativos

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e amortizados pela vida útil desses bens. A Companhia reconhece, através de estimativa, o valor presente destes custos e seu prazo de amortização. Estas estimativas envolvem tanto a avaliação sobre quais seriam os custos de desmobilização quanto a utilização de taxa de desconto para determinar o valor presente de tais custos. Tal estimativa é sensível a diversas condições econômicas que podem não ser confirmadas quando da efetiva desmobilização dos ativos.

(c) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações prudentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de

contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro e é baseado em premissas fiscais conservadoras.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas na realização de tais créditos.

(e) Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

(f) Valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia aplica a alteração ao IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do mesmo pelo nível seguindo a seguinte hierarquia:

Notas Explicativas

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); e
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

(g) Combinação de negócios

A Companhia utiliza o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Por outro lado, os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos são também mensurados pelo seu valor justo. Desta forma, a determinação do valor justo destes componentes de uma combinação de negócios envolve julgamentos da Administração. Especificamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou a aquisição das empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Communications Rio de Janeiro S.A. e procedeu a um exercício de identificação e valorização preliminar dos ativos identificáveis adquiridos, das contingências e passivos assumidos e, portanto, estão sujeitas a revisão futura dentro das regras existentes para este tipo de transação.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	09/2012	12/2011	09/2012	12/2011
Caixa e bancos	820	265	108.725	110.231
Aplicações financeiras:				
CDB	22.773	26.760	1.836.350	3.152.624
	<u>23.593</u>	<u>27.025</u>	<u>1.945.075</u>	<u>3.262.855</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) são títulos nominativos emitidos pelos bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos e podem ser negociados a qualquer momento dentro do prazo contratado.

7 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo

	Controladora		Consolidado	
	09/2012	12/2011	09/2012	12/2011
CDB	139	289	24.076	27.745
Parcela circulante	(1)	(43)	(1.726)	(1.872)
Parcela não circulante	138	246	22.350	25.873

A remuneração média das aplicações da Companhia é de 101,27% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem prejuízo significativo da rentabilidade reconhecida, exceto as aplicações classificadas como não circulante que se encontram restritas para utilização em virtude de processos judiciais.

Notas Explicativas**8 Contas a receber**

	Consolidado	
	09/2012	12/2011
Serviços faturados	1.123.499	999.908
Serviços a faturar	769.986	662.880
Uso de rede	787.579	779.227
Venda de mercadorias	1.730.279	1.221.680
Outras contas a receber	2.658	2.554
	<u>4.414.001</u>	<u>3.666.249</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(380.951)</u>	<u>(320.755)</u>
	4.033.050	3.345.494
Parcela circulante	<u>(3.955.782)</u>	<u>(3.285.782)</u>
Parcela não circulante	<u>77.268</u>	<u>59.712</u>

O valor justo do contas a receber é igual ao valor contábil registrado em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Parte das contas a receber foi apresentada como garantia para financiamentos (vide nota explicativa 20).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	Consolidado	
	09/2012	12/2011
	(9 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	320.755	369.043
Constituição de provisão	198.699	231.529
Baixas da provisão	(138.503)	(279.817)
Saldo final	<u>380.951</u>	<u>320.755</u>

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	09/2012	12/2011
A vencer	3.413.608	2.744.953
Vencidos até 30 dias	181.243	177.429
Vencidos até 60 dias	59.146	71.127
Vencidos até 90 dias	251.496	267.285
Vencidos a mais de 90 dias	508.508	405.455
	<u>4.414.001</u>	<u>3.666.249</u>

Notas Explicativas

9 Estoques

	<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2012</u>	<u>12/2011</u>
Aparelhos celulares	280.292	239.220
Acessórios e cartões pré-pagos	13.695	10.967
TIM chips	<u>39.766</u>	<u>38.875</u>
	333.753	289.062
Provisão para ajuste ao valor de realização	<u>(8.574)</u>	<u>(15.891)</u>
	<u>325.179</u>	<u>273.171</u>

10 Impostos e contribuições indiretos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>09/2012</u>	<u>12/2011</u>
ICMS	-	-	1.120.646	978.826
Outros	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>7.739</u>	<u>5.678</u>
	-	2	1.128.385	984.504
Parcela circulante	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>(675.546)</u>	<u>(608.025)</u>
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>452.839</u>	<u>376.479</u>

A parcela registrada no longo prazo refere-se basicamente ao ICMS sobre o ativo imobilizado das Companhias controladas.

11 Impostos e contribuições diretos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>09/2012</u>	<u>12/2011</u>
Imposto de renda e contribuição social	3.600	2.838	27.076	357.355
PIS / COFINS	20.185	-	347.778	261.583
Outros	<u>204</u>	<u>591</u>	<u>22.367</u>	<u>20.036</u>
	23.989	3.429	397.221	638.974
Parcela circulante	<u>(23.989)</u>	<u>(592)</u>	<u>(375.851)</u>	<u>(616.235)</u>
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>2.837</u>	<u>21.370</u>	<u>22.739</u>

Créditos fiscais de PIS e Cofins – Lei 9.718/98

A Companhia e a TIM Celular possuem ações contra a Lei nº 9.718/98, declarando a inconstitucionalidade do artigo 3º desta, no que tange, especificamente, ao alargamento da base de cálculo dos tributos ali tratados. Em síntese, a tese impede a cobrança de PIS e Cofins sobre receitas que não sejam decorrentes do efetivo faturamento, pelo conceito aceito pela jurisprudência firmada, da empresa.

Notas Explicativas

É importante ressaltar que a discussão sobre o tema já está definida e pacificada nos Tribunais Superiores de forma favorável aos contribuintes. Os processos, mesmo aqueles que já possuem decisão intermediária favorável, visto não haver efeito *erga omnes* ou mesmo repercussão geral neste tema, pendem do trâmite processual final para registro contábil e utilização financeira do ativo correspondente.

Em maio de 2012, ocorreu o trânsito em julgado da ação movida pela Companhia, bem como por algumas sociedades que, após processos de reestruturação foram sucedidas pela atual TIM Celular (especificamente a parte relacionada com a TIM Sul), respectivamente no montante de R\$ 20.185 e R\$ 45.049, valores contabilizados em junho do corrente, no resultado financeiro.

Ainda pendem de definição processos de outras empresas do grupo, que foram igualmente sucedidas pela atual TIM Celular, versando sobre o mesmo objeto. Os valores envolvidos ainda estão sendo calculados e a contabilização de tais créditos só ocorrerá após o trânsito em julgado das ações.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos é feito utilizando-se as alíquotas vigentes de cada imposto que, atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Considera também os incentivos fiscais apresentados na Nota 36.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	09/2012	12/2011	09/2012	12/2011
Prejuízo fiscal	9.840	10.438	1.429.885	1.514.183
Base negativa de contribuição social	3.607	3.822	528.482	558.845
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	127.551	107.893
Operações com derivativos	-	-	(28.754)	15.276
Provisão para contingências	1.221	1.303	107.297	77.886
Depreciação acelerada de equipamentos TDMA	-	-	240	264
Ajuste a valor presente – licença 3G	-	-	21.261	22.718
Imposto de renda diferido s/ajustes CPC's	53.570	53.569	160.705	172.784
Provisão FISTEL Lei 11.652	-	-	64.878	42.680
Combinação de negócios – Intelig	-	-	(121.889)	(75.015)
Provisão para participação dos empregados	-	-	14.865	12.607
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Outros	-	-	21.473	29.988
	<u>68.238</u>	<u>69.132</u>	<u>2.338.866</u>	<u>2.492.981</u>
Provisão para desvalorização de créditos fiscais	<u>(68.238)</u>	<u>(69.132)</u>	<u>(1.136.192)</u>	<u>(1.081.801)</u>
	-	-	1.202.674	1.411.180
Parcela imposto ativo diferido	-	-	1.326.402	1.488.235
Parcela imposto passivo diferido	-	-	<u>(123.728)</u>	<u>(77.055)</u>

Notas Explicativas

TIM Celular

A TIM Celular, fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base nestas projeções, a controlada possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos, excetuando-se os créditos relacionados às antigas controladas TIM Fiber RJ e TIM Fiber SP :

2012	208.788
2013	310.598
2014	388.975
2015	286.051
2016 em diante	120.299
	<u>1.314.711</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2011. Conforme citado na nota explicativa 5, tendo em vista as incertezas inerentes ao processo de estimativa, essas previsões podem não se confirmar no futuro.

A TIM Fiber RJ e a TIM Fiber SP, incorporadas pela TIM Celular (vide nota 1), possuíam imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias registrados no ativo nos montantes de R\$2.640 e R\$9.051 e no passivo nos montantes de R\$324 e R\$1.517 (R\$324 e R\$1.727 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente.

Intelig

Baseada nas projeções dos lucros tributáveis futuros e considerando seu histórico de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Intelig entende que, atualmente, não possui os requisitos mínimos para registro de imposto de renda e contribuição social diferidos. Sendo assim, a controlada manteve a provisão sobre a totalidade destes créditos fiscais. Em 30 de setembro de 2012, o montante total provisionado era de R\$1.067.954 (R\$1.012.082 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$934.401 refere-se a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$133.553 refere-se a diferenças temporárias. A Intelig possui imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no passivo no montante de R\$121.887 (R\$75.015 em 31 de dezembro de 2011), proveniente do processo de combinação de negócios.

TIM Participações S.A.

Por ser uma *holding*, a Companhia não possui atividades que normalmente possam compensar os prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias acumuladas. Em 30 de setembro de 2012, a provisão para perdas sobre tais créditos fiscais diferidos montava em R\$68.238 (R\$69.132 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

13 Despesas antecipadas

	Consolidado	
	09/2012	12/2011
Fistel (*)	217.848	-
Aluguéis e seguros	63.627	43.467
Propagandas não veiculadas	38.359	86.686
Swap de rede (**)	66.186	72.592
Outros	20.111	3.321
	<u>406.131</u>	<u>206.066</u>
Parcela circulante	(310.732)	(113.192)
Parcela não circulante	<u>95.399</u>	<u>92.874</u>

(*) A taxa Fistel, paga em março de 2012, refere-se ao exercício de 2012 e está sendo amortizada mensalmente de acordo com o respectivo fato gerador.

(**) Em 1º de abril de 2010, a controlada Intelig e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando a expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) em contrapartida à rubrica de outros passivos (circulante e não circulante) (Nota 24). Em 30 de setembro de 2012 os saldos de curto prazo eram de R\$8.742 (R\$8.742 em 31 de dezembro de 2011) e de longo prazo eram de R\$57.444 (R\$63.850 em 31 de dezembro de 2011). Ambos montantes são apropriados ao resultado na mesma proporção, durante um período de 10 anos.

14 Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	09/2012	12/2011	09/2012	12/2011
Cível	3.901	5.079	184.760	153.253
Trabalhista	30.730	20.821	194.228	153.653
Tributário (*)	131	123	427.752	300.616
Regulatório	-	-	105	105
	<u>34.762</u>	<u>26.023</u>	<u>806.845</u>	<u>607.627</u>

(*) Foi publicada, em abril de 2008, a Lei Federal nº. 11.652, que visa a cobrança da contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública à EBC – Empresa Brasil de Comunicação. O entendimento da Companhia é de que a Lei é inconstitucional uma vez que a contribuição instituída não se reveste das características necessárias à instituição válida de qualquer tributo previsto na Constituição Federal. Foi impetrado mandado de segurança para resguardar os interesses da TIM Celular. Nos meses de março dos anos de 2010, 2011 e 2012 foram realizados depósitos judiciais referentes à contribuição destes períodos, nos montantes, respectivamente, de R\$56.086; R\$ 69.445 e R\$ 87.049 que totalizam R\$ 212.580.

Para estes depósitos judiciais há passivo constituído de mesmo valor registrada no grupo de “impostos indiretos e contribuições a pagar”, no passivo não circulante, por tratar-se de obrigação legal existente.

Notas Explicativas**15 Outros ativos**

	Controladora		Consolidado	
	09/2012	12/2011	09/2012	12/2011
Adiantamentos a fornecedores	-	-	51.919	26.956
Adiantamentos a empregados	-	-	16.411	5.044
Incentivos fiscais	-	-	6.554	6.554
Outros direitos	7.287	4.661	48.159	44.125
	<u>7.287</u>	<u>4.661</u>	<u>123.043</u>	<u>82.679</u>
Parcela circulante	(7.287)	(4.661)	(109.211)	(68.795)
Parcela não circulante	-	-	13.832	13.884

16 Investimentos - Controladora**(a) Participações em empresas controladas:**

	09/2012		Total
	TIM Celular	Intelig	
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	12.294.521	1.212.633	
Lucros não realizados	-	(3.781)	
Patrimônio líquido ajustado	<u>12.294.521</u>	<u>1.208.852</u>	
Lucro líquido (prejuízo) do período	1.119.975	(190.059)	929.916
Lucros não realizados	-	605	605
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do período	<u>1.119.975</u>	<u>(189.454)</u>	<u>930.521</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>1.119.975</u>	<u>(189.454)</u>	<u>930.521</u>
Valor do investimento	<u>12.294.521</u>	<u>1.208.852</u>	<u>13.503.373</u>

Notas Explicativas

	<u>TIM Celular</u>	<u>12/2011 Intelig</u>	<u>Total</u>
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	12.145.770	639.667	
Lucros não realizados	-	(4.386)	
Patrimônio líquido ajustado	<u>12.145.770</u>	<u>635.281</u>	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.364.475	(78.063)	1.286.412
Lucros não realizados	-	807	807
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do exercício	<u>1.364.475</u>	<u>(77.256)</u>	<u>1.287.219</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>1.364.475</u>	<u>(77.256)</u>	<u>1.287.219</u>
Valor do investimento	<u>12.145.770</u>	<u>635.281</u>	<u>12.781.051</u>

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	<u>TIM Celular</u>	<u>Intelig</u>	<u>Total</u>
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2011	12.145.770	635.281	12.781.051
Resultado de equivalência patrimonial	1.119.975	(189.454)	930.521
Opções de compra de ações	2.439	226	2.665
Aumento de capital (*)	-	762.799	762.799
Dividendos complementares (**)	(972.188)	-	(972.188)
Reflexo das ações em tesouraria em controlada	(1.475)	-	(1.475)
Saldo do investimento em 30 de setembro de 2012	<u>12.294.521</u>	<u>1.208.852</u>	<u>13.503.373</u>

(*) Em 27 de abril de 2012, o Conselho de Administração da TIM Participações S.A. aprovou aumento de capital na controlada Intelig no valor de R\$762.799.

(**) Em 10 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária da TIM Celular S.A. aprovou o pagamento de dividendos complementares (acima do mínimo obrigatório) no valor de R\$972.188.

Notas Explicativas**17 Imobilizado****(a) Movimentação do imobilizado**

	Consolidado				Saldo em 30/09/2012
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferência	
<u>Custo do Imobilizado Bruto</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	10.872.717		(72.075)	968.887	11.769.529
Cabos de fibra ótica	587.994		-	25.132	613.126
Aparelhos em comodato	1.490.501		(29.063)	84.877	1.546.315
Infraestrutura	2.773.462		(62)	464.173	3.237.573
Bens de informática	1.256.535		(11.787)	57.547	1.302.295
Bens de uso geral	425.526		(18)	20.258	445.766
Terrenos	40.499		-	6	40.505
Obras em andamento	632.118	1.524.448		(1.620.880)	535.686
Total Imobilizado Bruto	18.079.352	1.524.448	(113.005)	-	19.490.795
<u>Depreciação acumulada</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	(7.144.863)	(621.319)	42.852	(61.142)	(7.784.472)
Cabos de fibra ótica	(99.918)	(182.727)	-	153.956	(128.689)
Aparelhos em comodato	(1.296.458)	(120.559)	18.742	1	(1.398.274)
Infraestrutura	(1.569.039)	(105.529)	4.828	(77.125)	(1.746.865)
Bens de informática	(1.095.969)	(27.050)	11.787	(10.400)	(1.121.632)
Bens de uso geral	(249.024)	(22.403)	18	(5.290)	(276.699)
Total Depreciação Acumulada	(11.455.271)	(1.079.587)	78.227	-	(12.456.631)
<u>Imobilizado Líquido</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	3.727.854	(621.319)	(29.223)	907.745	3.985.057
Cabos de fibra ótica	488.076	(182.727)	-	179.088	484.437
Aparelhos em comodato	194.043	(120.559)	(10.321)	84.878	148.041
Infraestrutura	1.204.423	(105.529)	4.766	387.048	1.490.708
Bens de informática	160.566	(27.050)	-	47.147	180.663
Bens de uso geral	176.502	(22.403)	-	14.968	169.067
Terrenos	40.499	-	-	6	40.505
Obras em andamento	632.118	1.524.448	-	(1.620.880)	535.686
Total	6.624.081	444.861	(34.778)	-	7.034.164

(b) Taxas de depreciação

	Taxa média anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 à 14,29
Cabos de fibra ótica	4 à 10
Aparelhos em comodato	50
Infraestrutura	4 à 10
Bens de informática	20
Bens de uso geral	4 à 10

Em 2011, em conformidade com o CPC 27, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

Notas Explicativas

18 Intangível

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como software, ágio e outros, são demonstrados como segue:

(a) Movimentação do Intangível

	Saldo em 31/12/2011				Saldo em 30/09/2012
	Reclassificado	Adições	Baixas	Transferência	
<u>Custo do Intangível Bruto</u>					
Direito de uso de softwares	7.935.769	-	-	764.454	8.700.223
Licenças de concessão	4.417.342	6.745	-	232	4.424.319
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	1.819.836	-	-	-	1.819.836
Bens e instalações em andamento	51.651	840.024	-	(764.686)	126.989
Ágio	1.660.242	-	-	-	1.660.242
Outros ativos	45.371	-	-	-	45.371
<u>Total Intangível Bruto</u>	15.930.211	846.769	-	-	16.776.980
<u>Amortização acumulada</u>					
Direito de uso de softwares	(5.674.999)	(641.686)	24.990	-	(6.291.695)
Licenças de concessão	(2.606.341)	(251.478)	-	-	(2.857.819)
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	(1.819.836)	-	-	-	(1.819.836)
Outros ativos	(23.053)	(4.998)	-	-	(28.051)
<u>Total Amortização Acumulada</u>	(10.124.229)	(898.162)	24.990	-	(10.997.401)
<u>Intangível Líquido</u>					
Direito de uso de softwares	2.260.770	(641.686)	24.990	764.454	2.408.528
Licenças de concessão	1.811.001	(244.733)	-	232	1.566.500
Bens e instalações em andamento	51.651	840.024	-	(764.686)	126.989
Ágio	1.660.242	-	-	-	1.660.242
Outros ativos	22.318	(4.998)	-	-	17.320
<u>Total Intangível Líquido</u>	5.805.982	(51.393)	24.990	-	5.779.579

(b) Taxas de Amortização

	Taxa média anual %
Direito de uso de softwares	20
Licenças de concessão	5 à 20
Outros ativos	20

(c) Ágios registrados em anos anteriores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, como resultado da avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Intelig na data de sua aquisição, os ativos líquidos adquiridos a valor justo totalizaram R\$529.714. Assim, o valor pago pela aquisição da Intelig no montante de R\$739.729 em 30 de dezembro de 2009 foi superior em R\$210.015 ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Referido valor excedente foi alocado como ágio (“goodwill”) e é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia, com base em projeções preparadas pela Companhia em conjunto com bancos de investimentos conectada também com as sinergias derivantes da utilização de rede da Intelig para o exercício do negócio (atividade operacional) do Grupo.

Notas Explicativas

A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários na TIM Sul e na TIM Nordeste Telecomunicações com ações emitidas pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil dessas ações nas informações trimestrais, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas. Para fins da primeira adoção de IFRS, em 2010, a Companhia optou por aplicar a isenção permitida pelo IFRS 1, e registrou o ágio no montante de R\$157.556, o qual foi apurado à época quando da elaboração das informações trimestrais em IFRS reportadas à sua controladora em 2005.

Teste de impairment de ativos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos ágios registrados com expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro esses cálculos foram efetuados com base no fluxo de caixa descontado que teve como parâmetro as premissas contidas no Plano Industrial da Companhia de 10 anos e utilizaram taxas de crescimento compatíveis com o mercado em que a Companhia opera e taxa de desconto de 10% a.a. Os resultados desses testes não indicaram nenhuma necessidade de provisão contábil.

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	09/2012	12/2011	09/2012	12/2011
Moeda nacional				
Fornecedores de materiais e serviços	1.546	2.695	2.891.571	3.168.538
Interconexão (a)	-	-	368.697	337.603
Roaming (b)	-	-	184	147
Co-billing (c)	-	-	83.413	75.836
	<u>1.546</u>	<u>2.695</u>	<u>3.343.865</u>	<u>3.582.124</u>
Moeda estrangeira				
Fornecedores de materiais e serviços	5	270	40.394	56.679
Interconexão (a)	-	-	1.744	1.416
Roaming (b)	-	-	75.996	69.082
	<u>5</u>	<u>270</u>	<u>118.134</u>	<u>127.177</u>
Parcela circulante	<u>1.551</u>	<u>2.965</u>	<u>3.461.999</u>	<u>3.709.301</u>

(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Notas Explicativas

20 Empréstimos e financiamentos

Descrição:	Moeda	Encargos	Vencimento	Garantias	Consolidado	
					09/2012	12/2011
BNDES	URTJLP	URTJLP + 1,72% à 4,80% a.a.	Jan/12 a Jul/18	Aval da TIM Part. e recebíveis da TIM Celular	1.144.312	1.575.385
BNDES	UMIPCA	UMIPCA + 2,62% a.a.	Jul/17	Aval da TIM Part. e recebíveis da TIM Celular	131.591	191.937
BNDES (PSI)	R\$	4,50% a.a.	Jul/18	Aval da TIM Part. e recebíveis da TIM Celular	243.943	139.591
BNB	R\$	10,00% a.a.	Abr/13 à Jan/16	Fiança Bancária e Aval da TIM Part.	46.260	73.735
Santander (CCB)	R\$	108,00% do CDI	Out/12	-	58.226	218.363
Banco do Brasil (CCB)	R\$	106,50% do CDI	Set/14	-	150.360	-
Santander (Res. 2770)	R\$	108,00% do CDI	Dez/12	-	170.748	159.354
Banco BNP Paribas	USD	Libor 6M + 2,53% a.a.	Dez/17	Aval da TIM Part.	269.660	267.774
Banco Europeu de Investimento (BEI)	USD	Libor 6M + 0,57% à 1,324% a.a.	Set/16 à Set/19	Fiança Bancária e Aval da TIM Part.	829.913	532.124
Bank of America (Res. 4131)	USD	Libor 3M + 1,25% a.a.	Set/13	-	243.390	223.382
JP Morgan (Res. 4131)	USD	1,56% a.a.	Set/13	-	203.157	187.196
Itaú (CCB)	R\$	CDI + 0,75%	Ago/14 à Set/14	-	89.340	91.742
Total:					3.580.900	3.660.583
Circulante					(1.243.591)	(1.090.174)
Não Circulante:					2.337.309	2.570.409

O empréstimo em moeda estrangeira contratado junto ao Banco BNP Paribas, com garantia do SACE possui cláusulas contratuais restritivas que prevêm o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados semestralmente. A controlada TIM Celular vem atendendo a todos os índices financeiros requeridos.

Os financiamentos da TIM Celular junto ao BNDES, obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel, também possuem cláusulas contratuais restritivas que prevêm o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados semestralmente. A controlada TIM Celular vem atendendo os índices financeiros definidos.

Notas Explicativas

Em fevereiro de 2012 a TIM Celular captou junto ao BNDES o montante de R\$123.000, referente ao 3º desembolso da linha de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento). Este programa possui taxas de juros subsidiadas (4,5% a.a.) quando comparadas às linhas de crédito disponíveis no mercado e mesmo quando comparada às taxas oferecidas pelo próprio BNDES, em outras operações, com finalidades e prazos similares. Desta forma, esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais. Portanto, utilizando-se do método de juros efetivos definido pelo IAS 39 - Instrumentos Financeiros, Reconhecimento e Mensuração, foram feitas as seguintes considerações: foi realizado um comparativo entre i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato e ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas médias praticadas pelo mercado (valor justo). Com base neste comparativo, a subvenção concedida pelo BNDES referente ao terceiro desembolso ajustada ao valor justo resultou em aproximadamente R\$18 milhões, sendo este montante registrado no grupo de “Receitas Antecipadas Subvenções Governamentais LP”, e será diferido pela vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “Outras Receitas de Subvenção”.

Em agosto de 2012 as empresas TIM Fiber RJ e TIM Fiber SP (incorporadas pela TIM Celular) renegociaram, junto ao Banco Itaú, o custo das Células de Crédito Bancário (CCB) que vencem até setembro de 2014, no valor de R\$90 milhões reduzindo a taxa de juros do empréstimo de CDI + 0,90% a.a. para CDI + 0,75% a.a.

Em dezembro de 2011 e julho de 2012 a controlada TIM Celular assinou contratos de financiamentos junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI) no valor de EUR 100 milhões cada, totalizando EUR 200 milhões. Apesar de a captação ser em euro, as condições contratuais permitem, no momento do desembolso dos recursos, que a Companhia opte pela captação em Euro, dólar ou reais. A Companhia optou pela utilização do dólar como moeda de desembolso..

Em agosto de 2012 a TIM Celular captou R\$ 248 milhões equivalentes a EUR 100 milhões, referente a linha de crédito obtida com o Banco Europeu de Investimento (BEI) em dezembro de 2011 com vencimento em setembro de 2019. Foi contratada, simultaneamente ao empréstimo, uma operação de swap com o intuito de proteger integralmente dos riscos de variação cambial e da taxa de juros até o vencimento da dívida.

Em setembro de 2012 a TIM Celular realizou a portabilidade da Cédula de Crédito Bancária no valor de R\$ 150 milhões contratado anteriormente com o Santander para o Banco do Brasil reduzindo o custo de 108% do CDI para 106,50% do CDI e prolongando seu vencimento para setembro de 2014.

A controlada TIM Celular possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se integralmente dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano e parcialmente de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixados e TJLP. Entretanto, não aplica a “contabilidade de *hedge*”.

Os empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2012 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	<u>Consolidado</u>
2013	80.627
2014	511.179
2015	303.579
2016	786.749
2017 em diante	655.175
	<u>2.337.309</u>

Notas Explicativas

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES e BNB. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de nossa análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos a interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis. As linhas de financiamento PSI contratadas junto ao BNDES possuem taxas de juros subsidiadas. O valor total captado com o BNDES nessa modalidade é de R\$ 295.000, o qual está registrado a valor justo em 30 de setembro de 2012 no montante de R\$ 244 milhões. No período findo em 30 de setembro de 2012 o montante reconhecido como receita na rubrica de “Outras Receitas de Subvenção” monta a R\$5.606 (R\$1.635 em 30 de setembro de 2011)

Outra operação contratada que possui características extremamente específicas é o empréstimo obtido junto ao BNP. Nesta operação, temos como garantidor a empresa SACE, seguradora italiana, que também tem atribuições de instituição de fomento. Dadas as características da operação, entendemos que seu valor justo é igual ao valor registrado no balanço da Companhia.

Com relação às captações realizadas junto aos bancos Santander, Banco do Brasil, Bank of America e JP Morgan e Itaú considera-se que as mesmas foram realizadas recentemente. Dado o curto espaço de tempo entre a data de captação e o encerramento o exercício social, as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

Seguindo o critério de avaliação que considera características de operações similares, a Companhia identificou diferenças entre o valor justo e contábil das captações efetuadas junto ao banco BEL. A operação teria um valor justo menor do que o saldo contábil em R\$ 17.647.

21 Obrigações trabalhistas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>09/2012</u>	<u>12/2011</u>
Encargos sociais	87	29	47.260	38.200
Salários e provisões a pagar	56	-	121.157	95.718
Retenções de empregados	56	51	5.100	11.885
	<u>199</u>	<u>80</u>	<u>173.517</u>	<u>145.803</u>

22 Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>09/2012</u>	<u>12/2011</u>	<u>09/2012</u>	<u>12/2011</u> <u>Reclassificado</u>
ICMS	-	-	465.982	489.734
Impostos e taxas Anatel	-	-	297.613	283.407
ISS	38	32	57.788	52.534
Outros	-	-	8.125	10.923
	<u>38</u>	<u>32</u>	<u>829.508</u>	<u>836.598</u>
Parcela circulante	<u>(38)</u>	<u>(32)</u>	<u>(586.964)</u>	<u>(693.645)</u>
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>242.544</u>	<u>142.953</u>

Notas Explicativas

Conforme Nota 3.b a Companhia reclassificou a taxa de renovação de licenças, no valor de R\$ 12.024, demonstrada em 31 de dezembro de 2011 na rubrica de “Impostos e taxas Anatel”. A reclassificação foi feita de “Impostos, taxas e contribuições a recolher” para “Autorizações a pagar”.

23 Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	09/2012	12/2011	09/2012	12/2011
Imposto de renda e contribuição social	3.256	-	254.637	486.612
PIS / COFINS	-	-	116.513	121.671
Outros	-	45	8.544	13.288
	<u>3.256</u>	<u>45</u>	<u>379.694</u>	<u>621.571</u>
Parcela circulante	<u>(3.256)</u>	<u>(45)</u>	<u>(205.485)</u>	<u>(454.124)</u>
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>174.209</u>	<u>167.447</u>

24 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	09/2012	12/2011	09/2012	12/2011
Serviços a prestar pré-pagos (*)	-	-	314.432	256.778
Grupamento de ações (**) e (*****)	23.274	23.282	24.201	23.282
Subvenções governamentais (***)	-	-	49.595	37.094
Receitas antecipadas (****)	-	-	116.161	93.136
Outras obrigações	<u>12.860</u>	<u>10.778</u>	<u>20.501</u>	<u>24.021</u>
	<u>36.134</u>	<u>34.060</u>	<u>524.890</u>	<u>434.311</u>
Parcela circulante	<u>(6.361)</u>	<u>(4.279)</u>	<u>(346.894)</u>	<u>(287.156)</u>
Parcela não circulante	<u>29.773</u>	<u>29.781</u>	<u>177.996</u>	<u>147.155</u>

(*) Refere-se aos minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(**) Em 30 de maio de 2007, a Assembléia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia na proporção de 1.000 (mil) ações existentes para cada 1 (uma) ação da respectiva espécie. No período compreendido entre 01 de junho de 2007 a 02 de julho de 2007, os acionistas ajustaram suas posições acionárias em lotes de múltiplos de 1.000 (mil) ações, por espécie, mediante negociação privada, no mercado de balcão ou na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, a seu livre e exclusivo critério. Portanto, o registro do passivo corresponde ao montante a ser pago aos acionistas decorrente das quebras do grupamento.

Em 18 de setembro de 2007 foi realizado leilão na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA para venda de 2.285.736 ações (1.185.651 ações ordinárias sob o código TCSSL3 e 1.100.085 ações preferenciais sob o código TCSSL4), correspondendo às frações resultantes deste grupamento. Os valores apurados na venda encontram-se à disposição dos acionistas detentores dessas frações a qualquer tempo.

Notas Explicativas

Adicionalmente, nos saldos de 2011, também encontram-se registrados os valores relacionados às ações em tesouraria mencionadas na nota 27-c.

(***) Em agosto de 2010, houve a liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI), sendo que, até junho de 2012, o montante desembolsado somava R\$295.000. Esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais. A subvenção concedida pelo BNDES ajustada a valor presente resultou em R\$59.732 e está sendo amortizada pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 33).

(****) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas.

(*****) Conforme mencionado na nota explicativa 1, em 18 de julho de 2012, em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas da TIM Fiber RJ aprovaram o grupamento das ações desta controlada na proporção de 50.000 ações ordinárias para 1 ação da mesma espécie. Como resultado deste processo, a TIM Celular passou a ser detentora da totalidade do capital da TIM Fiber RJ. As frações de ações resultantes deste grupamento foram canceladas, ficando os valores referentes a tais frações disponíveis aos respectivos acionistas por um período de 3 anos contados da publicação da ata da AGE. O reembolso das frações deve ocorrer de acordo com as proporções detidas por cada acionista no momento imediatamente anterior ao grupamento de ações.

25 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos administrativos e judiciais nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. Provisões são registradas quando a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem prováveis chances de perdas.

A provisão para contingências constituída está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	09/2012	12/2011	09/2012	12/2011
Cível	-	-	76.408	42.482
Trabalhista	3.048	3.315	54.568	56.083
Tributário	542	517	144.694	126.530
Regulatória	-	-	40.166	4.426
	<u>3.590</u>	<u>3.832</u>	<u>315.836</u>	<u>229.521</u>

As variações na provisão para contingências encontram-se resumidas a seguir:

	12/2011	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	09/2012
Cível (a)	42.482	133.442	(107.936)	8.420	76.408
Trabalhista (b)	56.083	1.010	(2.468)	(57)	54.568
Tributária (c)	126.530	17.544	(9.065)	9.685	144.694
Regulatória (d)	4.426	31.346	(4.329)	8.723	40.166
	<u>229.521</u>	<u>183.342</u>	<u>(123.798)</u>	<u>26.771</u>	<u>315.836</u>

Notas Explicativas

a. Contingências Cíveis

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A Administração analisa cada procedimento judicial ou administrativo com o intuito de fazer um julgamento a respeito de eventual contingência, classificando esse risco como provável, possível ou remoto. Essa avaliação sempre toma por base a opinião dos advogados contratados e responsáveis pela condução das causas. Referida avaliação está sujeita a revisões periódicas, podendo, portanto ser alterada no decorrer do andamento dos processos, à vista de fatos ou eventos supervenientes, tais como mudanças de orientação jurisprudencial.

a.1. Ações movidas por consumidores

As controladas são partes em 76.571 ações (66.533 em 31 de dezembro de 2011), que se referem a reclamações movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. Referidas ações tratam de matérias atinentes à relação entre as controladas e seus clientes, destacando-se, em relação à TIM Celular, os procedimentos por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida. Quanto às matérias vinculadas às demandas da Intelig, destacamos questionamentos de suposta cobrança indevida e negativação indevida.

a.2. Ações coletivas

Há quatro principais ações coletivas que merecem destaque envolvendo as controladas e cujo risco de perda é considerado como provável: (i) ação movida contra a TIM Celular, no estado da Bahia, visando à proibição da cobrança como longa distância das chamadas telefônicas originadas e recebidas entre as cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA em virtude da existência de “áreas fronteiriças”; (ii) ação movida contra a TIM Celular no estado do Rio de Janeiro, que envolve impossibilidade de cobrança de multa de fidelização nos casos de roubo e furto de aparelho; (iii) ação proposta pelo Procon Municipal de Chapecó-SC em face da Intelig, que questiona o descumprimento da Resolução 85 da Anatel, art. 61 (cobranças retroativas); e (iv) ação proposta pelo Ministério Público de Uberlândia, também questionando o descumprimento da Resolução 85 da Anatel, art.61 (cobranças retroativas).

Considerando que estas ações envolvem obrigações de fazer ou não-fazer e, tendo em vista a impossibilidade de quantificar de forma acurada eventuais saídas futuras de recursos dado o atual estágio processual das ações, a Administração não constituiu provisão com relação aos processos acima descritos.

b. Contingências Trabalhistas

São contingências envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de suas controladas por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 10.083 reclamações trabalhistas em 30 de setembro de 2012 (8.156 em 31 de dezembro de 2011), movidas contra a Companhia e suas controladas, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços.

Notas Explicativas

Parte destas demandas decorre de projetos específicos de revisão de contratos, os quais levaram, no ano de 2006, à rescisão de vários deles, com o consequente encerramento de atividades destas empresas e desligamentos.

Outra parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizados. Em 30 de setembro de 2012, o provisionamento destas causas totaliza R\$18.566 (R\$ 21.081 em 31 de dezembro de 2011).

A avaliação de chances de êxito e do valor de contingência está sujeita a revisões periódicas, motivadas por decisões proferidas no curso dos processos, em virtude de alterações normativas, ou de modificações em Orientações Jurisprudenciais e Súmulas proferidas pelos tribunais superiores.

c. Contingências Tributárias

A Companhia e suas controladas possuem autuações que seus assessores jurídicos externos julgam ser de risco provável de perda. Tais autuações, em suma, referem-se a questões pontuais, de natureza operacional, onde eventual documentação solicitada não foi integralmente, até a data deste posicionamento, obtida ou cujos procedimentos formais não foram estritamente observados.

Em relação aos Tributos Estaduais, as questões referem-se a suposto registro de crédito indevido do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Comunicação e Transporte Interestadual (ICMS) em operações pontuais em diversos Estados, bem como a outras questões operacionais, também pontuais, relativas a incorreções nos procedimentos formais de apuração e recolhimento do imposto. O valor provisionado para estas questões é de R\$ 8.868.

Pertinente aos tributos federais, a provisão suporta cinco processos específicos relativos a operações isoladas com suposta incorreção procedimental, seja em apuração dos tributos, seja nos procedimentos de compensação. O valor provisionado das cinco causas monta a quantia de R\$ 32.869.

d. Contingências Regulatórias

Em decorrência do suposto descumprimento de alguns dispositivos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (RSMP), do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (RSTFC) e das metas de qualidade definidas no Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ) para o SMP (PGMQ-SMP) e para o STFC (PGMG-STFC), foram instaurados pela Anatel alguns Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO contra as controladas.

Durante o mês de julho de 2012, foram provisionados valores referentes aos PADOs n.º 53500.013494/2008 e n.º 53500.016191/2009 por supostos descumprimentos de metas de qualidade previstas no Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal. O total provisionado destes PADOS, em conjunto com outros processos de menor relevância foi de R\$26.016.

Notas Explicativas

A Companhia tem envidado todos os seus esforços e apresentado as argumentações necessárias em todas as instâncias administrativas para que suas controladas não sejam sancionadas. Tais argumentos, que na maioria das vezes são técnicos e jurídicos, podem colaborar para uma redução significativa da sanção pecuniária (multa) inicialmente aplicada. A provisão reconhecida pela Companhia considera esta avaliação.

e. Contingências cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como possíveis para as quais não há provisão para contingências constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas informações trimestrais, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	09/2012	12/2011
Cível	603.554	441.586
Trabalhista	319.161	312.178
Tributária	6.399.644	5.669.726
Regulatória	140.543	146.901
	<u>7.462.902</u>	<u>6.570.391</u>

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

e.1.1. Ações Coletivas

Há algumas ações coletivas envolvendo as Companhias controladas cujo risco de perda é considerado como possível e merecem ser destacadas. As referidas ações podem ser sumarizadas como segue: (i) ação movida contra a TIM Celular, no estado de Pernambuco, questionando a política de troca de aparelhos defeituosos adotada pela Companhia, sustentando que a Companhia estaria em desacordo com os termos da garantia fornecida pelo fabricante; (ii) ação movida contra TIM Celular e outros, no estado do Rio de Janeiro, pela Defensoria Pública, que pleiteia que os aparelhos celulares sejam trocados face a essencialidade do produto; (iii) ação movida contra a TIM Celular no estado do Rio Grande do Sul, questionando a política de troca de aparelhos defeituosos e exigindo a criação de postos de arrecadação de aparelhos para assistências técnicas nas lojas da empresa no referido Estado; (iv) ação movida contra a TIM Celular, no estado do Rio Grande do Norte (Natal), questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no referido Estado; (v) ação movida contra a TIM Celular, no estado do Pará, questionando a qualidade da prestação do serviço de rede na localidade de São Felix do Xingu, Parauapebas, Marabá e Belém; (vi) ações movidas contra a TIM Celular, no estado do Maranhão, questionando a qualidade da prestação do serviço de rede nos seguintes municípios: Balsas, Grajaú, Coelho Neto, Vitorino Freire, São Luis, Magalhães de Almeida, Lago da Pedra, Eugênio Barros, Carolina e Buriti; (vii) ações movidas contra a TIM Celular, no Estado do Ceará, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede em Fortaleza, Iguatu, Monsenhor Tabosa, Icó, Quiterianópolis, Ibiapina e Icapuí; (viii) ações movidas contra a TIM Celular, no Estado do Piauí, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no referido estado; (ix) ações movidas contra a TIM Celular, no estado de Rondônia, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no município de Machadinho do Oeste (Vale do Anari); (x) ações movidas contra a TIM Celular, no estado do Amazonas, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no estado em Manaus, Tabatinga, Humaitá e Tefé;

Notas Explicativas

(xi) ações movidas contra a TIM Celular, no estado do Mato Grosso, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede em Novo São Joaquim, Campinópolis e Nova Xavantina; (xii) ação movida contra a TIM Celular, no estado de Pernambuco, em especial, nos Municípios de Araripina, Ouricuri e Tabira; (xiii) ações movidas contra a TIM Celular, no estado do Alagoas, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no referido estado, em especial nos municípios de Arapiraca e Maceió; (xiv) uma ação movida contra a TIM Celular e as outras operadoras, no estado de São Paulo, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede em Rio Claro (distrito de Ajapi), bem como uma ação movida em face da TIM Celular questionando a qualidade do serviço de dados prestado pela TIM em São Paulo; (xv) ação movida contra a TIM Celular no estado da Paraíba, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede em Pombal; (xvi) ação movida contra a TIM Celular em Minas Gerais questionando a qualidade na prestação dos serviços e da rede neste estado e também duas ações específicas questionando a qualidade da rede em Uberlândia e outra em Juiz de Fora; (xvii) ação movida contra a TIM Celular e outras operadoras no Estado do Rio Grande do Sul, requerendo uma perícia para verificar a qualidade na prestação dos serviços e da rede no referido Estado; (xviii) ação movida contra a TIM Celular no Estado de Santa Catarina, questionando a qualidade na prestação dos serviços e da rede no referido Estado, bem como a existência de setores de relacionamento em determinadas localidades; (xix) Duas ações movidas contra a TIM Celular no Estado do Paraná, questionando a qualidade na prestação dos serviços e da rede no referido Estado; (xx) ação movida contra a TIM Celular no Estado do Pará, questionando a qualidade na prestação dos serviços e da rede na cidade de Marabá; (xxi) ação movida contra a TIM Celular que questiona a cobrança de chamada de longa distância nas ligações realizadas no município de Bertiooga - SP e região; e (xxii) ação movida contra a TIM Celular no estado do Rio de Janeiro questionando o envio de SMS sem o consentimento prévio do consumidor.

e.1.2. Outras Ações e Procedimentos

A TIM Celular é ré, junto com outras empresas de telecomunicações, na ação proposta pela GVT, perante a 4ª Vara Federal do Distrito Federal. A ação visa à declaração de nulidade de cláusula contratual que trata do valor do VU-M praticado pelas rés, a título de interconexão, entendendo a autora ser abusiva e ilegal, fato que segundo a mesma enseja a restituição dos valores supostamente cobrados excessivamente desde julho de 2004. O juiz concedeu a liminar determinando provisoriamente o pagamento do VU-M na base de R\$ 0,2899 por minuto e determinou que a GVT depositasse judicialmente o montante referente à diferença entre este valor e o valor apontado pelas rés. A liminar foi confirmada no TRF da 1ª Região. A TIM recorreu desta decisão, através de Recurso Especial e foi parcialmente provida, para obrigar a GVT a pagar para TIM o valor fixado pela ANATEL no processo arbitral em tramite na Agência, em que são partes GVT e VIVO. Em setembro de 2011, o juiz desta ação deferiu o pedido de suspensão do feito, formulado pela GVT, até finalização dos trabalhos de apuração dos valores de referência VU-M pela ANATEL. Em fevereiro de 2012 a GVT apresentou contrarrazões nos autos do Agravo de Instrumento interposto pela Vivo (contra a decisão proferida pelo Juízo de origem, que havia determinado a suspensão do feito). Ao receber a decisão proferida pelo Relator do Agravo, o Juiz da Ação Ordinária proferiu decisão determinando que as partes se pronunciem sobre o regular andamento do feito. No Agravo de Instrumento interposto pela TIM contra a mesma decisão, ressaltamos a necessidade do prosseguimento do feito, inclusive para que haja determinação de levantamento dos depósitos judiciais já realizados pela GVT. Aguardando julgamento do Agravo de Instrumento e dos Embargos de declaração opostos pela TIM no STJ.

Notas Explicativas

Além da ação judicial, a GVT promoveu também representação perante a Secretaria de Direito Econômico (“SDE”), que entendeu por bem instaurar Processo Administrativo contra a Companhia e outras operadoras de telefonia móvel por suposta infração à ordem econômica, que foi julgado em março de 2010. A SDE opinou pela condenação por alegada prática do “Price Squeeze” e encaminhou o processo para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) para julgamento, opinando ainda pelo arquivamento da denúncia de conduta uniforme (“cartel”). Ainda não houve julgamento no CADE.

A TIM Celular é ré na ação de indenização proposta pela empresa prestadora de serviços GLÓRIA SOUZA & CIA LTDA perante a 9ª Vara Cível do município de Belém, estado do Pará, onde pleiteia a quantia de R\$6.119. A referida empresa prestava serviços de mão de obra terceirizada para a TIM, na região norte do país. Tendo em vista a decisão da TIM em promover a rescisão do contrato, aquela, inconformada, ingressou com a ação judicial para pleitear danos morais, alegando prejuízos e perdas em virtude de pagamentos de indenizações trabalhistas propostas por seus empregados. Foi apresentada a defesa da TIM e a réplica da Gloria Souza & Cia. Foi realizada audiência de Conciliação, que restou infrutífera. Ainda não há decisão de primeira instância.

Há ainda uma ação proposta pela empresa (distribuidora de recarga) INTEGRAÇÃO CONSULTORIA E SERVIÇOS TELEMÁTICOS LTDA. em face da TIM Celular, na 2ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis-SC no valor de R\$4.000 que visa à suspensão da exigibilidade de créditos já executados pela TIM, pleiteando em sua liminar que não sejam incluídos em cadastros restritivos, bem como indenizações oriundas da rescisão do contrato. A liminar foi deferida pelo juiz. Vale destacar que a TIM ingressou com ação de execução em face da referida empresa perante a 4ª Vara Cível de Florianópolis, no valor de R\$3.957. Neste processo houve interposição de Embargos à execução, com pedido de efeito suspensivo, pela Integração Consultoria, tendo sido indeferido pelo juiz, motivando a interposição de recurso agravo de instrumento, tendo sido deferido o efeito suspensivo da execução. A TIM se manifestou afirmando que os bens indicados pelo executado são insuficientes para garantir a execução. Atualmente a execução da TIM está suspensa em razão da interposição de um Agravo de Instrumento, cujo efeito suspensivo foi concedido, estando pendente de julgamento no Tribunal, ou seja, até que haja decisão em sentido contrário pelo Egrégio Tribunal, não haverá ordem a *quo* para constrição de bens nos autos da execução por quantia certa.

A MCS era o maior parceiro comercial da TIM em São Paulo (aproximadamente 40 lojas). Este parceiro comercial estava em operação desde 2003 e o contrato terminou em janeiro de 2010. O contrato foi encerrado em razão da discordância entre as partes em relação à determinação dos valores de compensação, o funcionamento do sistema, a criação e determinação de metas entre outras questões. A MCS procurou atribuir a causa de sua inadimplência e perdas para a TIM. Considera que a sua saúde financeira tem sido prejudicada por mudanças nas políticas de remuneração da TIM. Antes mesmo do término do contrato, a MCS ingressou com uma demanda de resolução contratual e pleiteia também o pagamento de R\$8.120. A TIM ingressou com uma Ação Inibitória, a fim de evitar que a MCS transferisse as lojas TIM para concorrente. Em março de 2010 a Ação Inibitória foi julgada procedente para determinar que a MCS se abstenha de transferir as lojas que antes eram da TIM pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 02/01/2010 (data do término do contrato). A ação de resolução contratual ainda está em curso e atualmente em fase pericial.

A SECIT propôs uma ação de indenização em face da TIM sustentando que a TIM descumpriu o contrato celebrado. A referida empresa foi contratada pela TIM para realizar trabalhos de infraestrutura visando a instalação de ERBs na área 4 (Minas Gerais). A TIM apresentou defesa e o caso está na fase inicial, atualmente em fase pericial. Logo, não há julgamento em primeira instância. O valor dado à causa foi de R\$9.758.

Notas Explicativas

A TIM Celular S/A propôs em dezembro de 2010, perante a 15ª. Vara da Justiça Federal do DF, uma ação de rito ordinário em face da ANATEL, com pedido de antecipação de tutela, com o objetivo de reconhecer e declarar a nulidade do PADO n.53500.025648/2005 e do Ato n.62.985/07. O referido Pado aplicado pela ANATEL impedia a participação da empresa na licitação da Banda “H”. A tutela antecipada não foi concedida de plano pelo juiz que facultou que a TIM realizasse o depósito de R\$3.595 em Juízo, para viabilizar a suspensão da dívida e a conseqüente participação da empresa no certame. O juiz deferiu a suspensão da cobrança até decisão. A TIM já protocolou Réplica e petição, juntando comprovante de complementação do depósito judicial. A ação foi julgada parcialmente procedente, a fim de afastar a incidência dos encargos moratórios antes do vencimento da multa. Foi interposto pela TIM o Recurso de Apelação, tendo a ANATEL também recorrido da parte da sentença que lhe foi desfavorável. Atualmente os autos estão no TRF da 1ª Região aguardando julgamento do recurso.

Além das ações acima mencionadas, constam oito autos de infrações aplicados pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon/SP - em face da TIM Celular fundamentados em: (I) descumprimentos das regras previstas no Decreto nº. 6.523/08, que trata do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC); (II) suposta abusividade de cláusulas previstas no Contrato de Pacote de Dados; (III) ausência de cobertura dos serviços TIM Web e TIM Casa em determinadas localidades; (IV) descumprimento de pedido de cancelamento de contrato; (V) consumidores foram cobrados, sem o recebimento do aparelho; (VI) suposto descumprimento da Lei Estadual n. 13.220/08, que trata do cadastro “Não Perturbe” (proibição de telemarketing); (VII) uma reportagem de jornal que afirmava que as empresas de telefonia estariam limitando o uso de internet em *tablet* para assinantes pré-pago. Os valores das multas aplicadas pelo Procon/SP variam entre R\$ 3.192 e R\$ 6.487.

A TIM apresentou defesa administrativa em todos os casos, mas, em grau de recurso administrativo, algumas multas foram mantidas e/ou ainda estão pendentes de julgamento. Para os casos em que ocorreu o esgotamento da discussão administrativa foram propostas demandas judiciais com o objetivo de anular as referidas multas. Ainda não há decisão final na esfera judicial em nenhum dos casos reportados.

Há também a aplicação de uma multa no valor de R\$3.595 por parte da Anatel. Esta multa refere-se ao suposto descumprimento dos indicadores de qualidade do Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ) e no Regulamento de Indicadores de Qualidade do SMP, no período de outubro de 2004 a setembro de 2006. A TIM ingressou com a medida judicial cabível para que seja declarada a nulidade da multa. Em abril de 2012, a ação foi julgada parcialmente procedente, a fim de afastar a incidência dos encargos moratórios antes do vencimento da multa. Em 24 de abril de 2012, a TIM interpôs Recurso de Apelação, tendo a ANATEL também recorrido da parte da sentença que lhe foi desfavorável. Em 15 de junho de 2012, a TIM apresentou contrarrazões à apelação da ANATEL. Atualmente, aguardamos a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Vale destacar ainda a Ação de Cobrança proposta pela Falkland Tecnologia em Telecomunicações S/A- “IPCorp”, que alega ser credora de valores pelo uso da sua rede de Serviço Móvel Especializado-SME (interconexão), no valor de R\$14.705. Nesta demanda a TIM já apresentou a sua defesa e atualmente os autos estão na fase de especificação de provas.

A TIM já solicitou a produção de prova pericial. Aguarda-se o deferimento da perícia. Ainda não há decisão de Primeira Instância neste caso.

Notas Explicativas

Dentre as demandas classificadas com risco possível da Intelig, destacamos a ação de cobrança proposta pela empresa OROLIX Desenvolvimento de Software Ltda, perante a 36ª. Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, que pleiteia um valor de R\$5.433, com fundamento em suposto inadimplemento contratual, A Intelig apresentou sua defesa e ainda não há decisão de primeira instância. Em fevereiro de 2012 a Orolix apresentou réplica. Ainda não foi proferida sentença de 1ª instância.

e.2. Trabalhistas

e.2.1. Reclamações Trabalhistas

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizados.

Nos autos do processo 01102-2006-024-03-00-0, ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho da 3ª Região, em Minas Gerais, que tem como objeto a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, houve sentença, publicada em 16.04.2008, na qual a Juíza substituta de primeiro grau julgou procedentes em parte os pedidos do Ministério Público, tendo reconhecido a terceirização irregular, o dano moral coletivo. Dessa decisão foi interposto recurso ordinário, o qual foi negado provimento em 13.07.2009. Anteriormente à interposição do referido recurso, a TIM Celular impetrou mandado de segurança com pedido de liminar para impedir o cumprimento imediato dos atos coativos impostos na mencionada sentença. Tendo em vista o recurso ordinário interposto, o mandado de segurança perdeu seu objeto.

Para obter efeito suspensivo ao apelo, a TIM Celular propôs medida cautelar inominada, a qual foi julgada extinta sem julgamento do mérito. Para reverter a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a TIM Celular propôs reclamação correcional perante o Tribunal Superior do Trabalho, tendo obtido decisão favorável aos seus interesses, revertendo-se a decisão do Tribunal de segunda instância. Foram opostos embargos de declaração, porém lhes foram negado provimento. Em 16.09.2009, foi interposto recurso de revista, que está pendente de julgamento pelo TST.

Em decorrência da Ação Civil Pública de Minas Gerais acima exposta, o Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal ajuizou o processo 1218-2009-007-10-00-8 (Ação Civil Pública), que possui como objeto a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos. A sentença foi julgada improcedente, dispondo que, em decorrência da Lei Geral de Telecomunicações, toda terceirização no setor de telecomunicações é lícita. O Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário em Março/2010, sendo mantida a decisão de 1º grau que julgou improcedente a pretensão do Ministério Público do Trabalho. Insatisfeito com a decisão, o Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso de Revista, o qual encontra-se pendente de julgamento pelo TST.

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos indenização por previsão contratual formalizada em “carimbos” nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista.

Notas Explicativas

Cumpra ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo, de ex-empregados da Gazeta Mercantil requerendo em Juízo a inclusão no pólo passivo da Holdco ou TIM Participações, com posterior pagamento de condenação. Informamos que os reclamantes foram empregados da empresa Gazeta Mercantil, não tendo qualquer vínculo empregatício com a Holdco ou TIM Participações. Importante esclarecer que a Holdco, antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil é parte.

e.2.2. Previdenciária

A TIM Celular recebeu em São Paulo Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$ 4.713. A controlada apresentou defesa administrativa, no entanto, em 16.09.2009 foi proferida decisão, a qual manteve a autuação em discussão. Em 05.10.2009 foi interposto recurso administrativo, que manteve a autuação. Em razão da decisão final na esfera administrativa da autuação houve o ajuizamento de Ação Judicial para a reversão da autuação.

Em maio de 2006, a TIM Celular sofreu autuação fiscal na qual foi lavrado auto de infração nº 35611926-2 acerca de supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre os seguintes títulos: (i) gratificação de contratação; (ii) gratificação não ajustada; (iii) contraprestação por atividades de autônomos e (iv) incentivos a vendas. Foi apresentada defesa administrativa, sendo o resultado negativo (decisão-notificação) à desconstituição do lançamento. Para reformar essa decisão, a TIM Celular interpôs recurso ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, o qual se encontra pendente de julgamento.

A Intelig recebeu no Rio de Janeiro Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre os seguintes títulos: (i) participação nos lucros e resultados; (ii) retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; (iii) falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e (iv) falta de preenchimento adequado da GFIP. Foi apresentada defesa administrativa, sendo o resultado negativo (decisão-notificação) à desconstituição do lançamento. Para reformar essa decisão, a Intelig interpôs recurso ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, que manteve a autuação. Em razão da decisão final na esfera administrativa da autuação que envolve discussão de retenção de 11% em contratos de prestação de serviços houve o ajuizamento de Ação Judicial para a reversão da autuação.

e.3. Tributárias

e.3.1. IR E CSLL

Em 30 de outubro de 2006, a TIM Celular recebeu autos de infração que inicialmente compunham um valor total de R\$331.171. Em março de 2007, a Delegacia da Receita Federal em Recife/PE intimou a controlada, apresentando um Relatório de Informação Fiscal, que informou à empresa a exclusão do auto de infração de parte dos valores, parte esta referente a exigências de IRPJ, CSLL e multa isolada, que totalizaram uma redução de R\$73.027 (débito principal e multa isolada). Desta forma, o valor final autuado foi firmado em R\$258.144.

Notas Explicativas

Os autos de infração compõem o mesmo processo administrativo e foram lavrados com exigências de suposta falta de recolhimento de IRPJ, CSLL e multa isolada, por diferentes razões. A maior parte daqueles refere-se à amortização do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás e correspondentes deduções para fins tributários. O art. 7º da lei nº. 9.532/97 autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da controlada resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma delas detenha investimento na outra, adquirido com fundamento na perspectiva de rentabilidade futura da investida. Ainda, trata-se de operação usual de mercado e que obedece às prescrições da Instrução CVM nº. 319/99.

O Relatório de Informação Fiscal mencionado, promoveu, de fato, um deslocamento de parte das infrações contidas no auto de infração que discutia a adequação temporal da dedutibilidade do ágio para 159 processos de compensações de tributos federais, específicos que totalizam o valor de R\$85.771, estes decorrentes de compensações conectadas a tal reconhecimento. Em setembro de 2009 e abril de 2011, para alguns processos de compensação houve decisão parcialmente favorável à TIM Celular, reduzindo parte do crédito compensado pela controlada. Atualmente, a controlada continua defendendo o restante dos processos de compensação parte na esfera administrativa com o valor de total de R\$ 67.404 e parte na esfera judicial no valor de R\$ 18.916.

Em dezembro de 2010 a TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal de São Paulo, no valor de R\$ 164.102 que trata da (i) suposta não adição na base de cálculo do IRPJ e da CSL do valor correspondente à amortização do ágio na aquisição das ações da Tele Nordeste Celular Participações; (ii) exclusão do ágio amortizado; e (iii) dedução de IRPJ a título de incentivo fiscal de redução do imposto e adicionais supostamente não restituíveis, em vista de suposta falta de formalização na Receita Federal de incentivo concedida pela SUDENE. A referida autuação foi tempestivamente impugnada pela controlada e aguarda decisão na esfera administrativa em 2ª instância.

Em março de 2011 a TIM Celular, como sucessora da TIM Nordeste (nova denominação da Maxitel após incorporação da TIM Nordeste Telecomunicações), recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal de Pernambuco, no valor de R\$1.265.346 que trata de IRPJ e CSSL relativo a: (i) dedução de despesas de amortização de ágio; (ii) exclusão da reversão do ágio da antiga BITEL; (iii) compensação indevida de prejuízos fiscais e bases negativas por descon sideração da incorporação da TIM Nordeste Telecomunicações pela Maxitel; (iv) uso indevido do benefício fiscal de redução do IR (Sudene) no ano de 2006, por suposta falta de formalização do benefício perante à Receita Federal; (v) deduções de IRRF cujo pagamento não foi comprovado; (vi) dedução de estimativas cujo pagamento não foi comprovado; (vii) multa isolada pelo recolhimento a menor de estimativas; (viii) multa regulamentar pela omissão de informações e falta de entrega de arquivos digitais e (ix) lançamento complementar ao Processo Administrativo mencionado no parágrafo acima. A referida autuação foi tempestivamente impugnada.

O primeiro julgamento em nível administrativo aconteceu e a autuação foi integralmente confirmada. Também tempestivamente a Companhia apresentou seu recurso ao CARF e, baseada em jurisprudência relativa a empresas que possuem causas similares, onde o julgamento foi favorável a tais empresas, a Companhia mantém sua estimativa de perda como possível.

Notas Explicativas

e.3.2. IRRF, CSLL e CIDE

Em fevereiro de 2003 a TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pela Receita Federal que trata da não homologação de compensação de débitos de PIS e COFINS com o saldo do Imposto de Renda Negativo apurado na DIPJ/2003 (ano-calendário 2002), no valor total de R\$ 72.499. Aguarda-se julgamento em 2ª instância administrativa.

Em março de 2005 a TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pela Receita Federal que trata da imposição de multa isolada, decorrente de falta de recolhimento da IRPJ sobre a renda devida pelo regime de estimativa, referente ao período-base de 2002, no valor total de R\$ 14.582. Aguarda-se julgamento em 2ª instância administrativa.

Em março de 2005 a TIM Celular ajuizou ação judicial visando a anulação parcial do auto de infração de IRPJ, ano calendário de 2002, sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap e recomposição do saldo negativo do imposto de renda apurado na DIPJ 2003 no valor de R\$ 33.175. Aguarda-se julgamento em 2ª instância administrativa.

Em dezembro de 2006, a controlada Intelig recebeu autuação pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$49.652, decorrente do suposto não recolhimento do IRF e CIDE sobre remessas efetuadas ao exterior a título de remuneração do tráfego saínte. A referida autuação está sendo defendida na esfera administrativa, tendo ocorrido julgamento mantendo a autuação sob argumento de que a empresa havia optado pela discussão na esfera judicial. Foi protocolizado pedido administrativo requerendo a baixa dos valores por forçada decisão final favorável do Mandado de Segurança que discutia a matéria.

Em maio de 2010, a TIM Celular recebeu 03 autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal em São Paulo, no montante de R\$50.026 que tratam de: (i) falta de recolhimento de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior remetidos a título de *roaming* internacional e pagamento a beneficiários não identificados; (ii) falta de recolhimento de CIDE sobre pagamento de *royalties* em remessas para o exterior bem como sobre remessas relativas a *roaming* internacional; e (iii) redução de prejuízo fiscal (IRPJ/CSLL) referente a dedução de despesas não comprovadas a título de serviços técnicos. As referidas autuações foram tempestivamente impugnadas pela controlada e aguardam decisão na esfera administrativa. Parte destes autos, no montante de R\$1.029, foram avaliados como contendo a probabilidade de perda provável e, portanto, foram provisionados em novembro de 2011.

Em novembro de 2010 a TIM Celular ajuizou ação judicial visando assegurar o direito de não sofrer a cobrança da CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap, no valor total de R\$ 35.662. Aguarda-se julgamento em 2ª instância judicial.

Em fevereiro de 2012 a TIM Celular recebeu 02 autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal em São Paulo, no montante de R\$ 151.972 classificados como perda possível, que tratam de: (i) CIDE, sobre remessas ao exterior; e (ii) Rendimentos de residentes ou domiciliados no exterior; Imposto de Renda na Fonte sobre Royalties e pagamentos de assistência técnica de residentes ou domiciliados no exterior. As referidas autuações foram tempestivamente impugnadas pela controlada e aguardam decisão de 1ª instância administrativa.

Notas Explicativas

e.3.3. ICMS

A TIM Celular recebeu autuações das autoridades fiscais do estado de Santa Catarina nos anos de 2003 e 2004, as quais se relacionam principalmente com disputas quanto à aplicabilidade da tributação do ICMS sobre serviços de telecomunicações prestados pela Controlada e supostamente não recolhidos, bem como comercialização de aparelhos celulares. O valor atualmente em discussão é de R\$29.058, considerando diversos êxitos obtidos nos processos administrativos (valor inicialmente autuado era de R\$95.449). A controlada mantém em discussão nas esferas administrativa e judicial tais autos de infração e, com base na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, a administração concluiu que os processos ainda em discussão foram avaliados com expectativa de perda possível para a controlada.

A controlada TIM Celular recebeu em outubro de 2009 e junho de 2011 dois autos de infração lavrados por autoridades fiscais dos estados da Bahia e do Ceará relativos a supostos (i) a lançamentos em duplicidade; ausência de documentos fiscais comprobatórios do direito ao crédito de ICMS; aplicação de alíquota incorreta; lançamentos de serviços sujeitos a tributação como não tributáveis; (ii) falta de recolhimento de ICMS em razão da não comprovação documental do estorno de débito. As autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa e montam a quantia de R\$ 64.931.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração de ICMS lavrados pelas autoridades fiscais dos estados do Rio de Janeiro por suposta ausência de recolhimento do imposto na prestação de serviços de *roaming* internacional, e na Bahia pela falta de recolhimento do adicional referente ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais supostamente incidentes sobre a prestação de serviços na modalidade pré-paga. Referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa e judicial e totalizam o valor de R\$ 68.240.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos estados da Bahia e São Paulo nos respectivos valores de R\$16.406 e R\$ 46.923, sob a alegação de falta de estorno proporcional dos créditos de ICMS relativos a saídas isentas e não tributadas. Referidas autuações estão sendo impugnadas pela controlada na esfera administrativa.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos estados de São Paulo e Minas Gerais nos valores de R\$329.471e R\$ 24.771, respectivamente, tendo como objeto a suposta não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos condicionais oferecidos a clientes. Um dos processos do Estado São Paulo teve a autuação mantida na esfera administrativa e está sendo discutida a cobrança na esfera judicial, no valor de R\$ 82.390 o que majorou para R\$ 368.400 a quantia em discussão em São Paulo. A controlada pretende defender-se contra tais cobranças até instância superior do Poder Judiciário.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração com o valor total de R\$ 146.769 lavrados pelas autoridades fiscais dos estados do Ceará, Pernambuco, São Paulo e Paraná, tendo como objeto suposto débito decorrente de aproveitamento de crédito de ICMS na aquisição de energia elétrica. Referidas autuações estão sendo defendidas pela controlada nas esferas administrativa (R\$ 47.805) e judicial (R\$ 98.964).

A TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos Estados de Paraná e Paraíba, nos valores respectivamente de R\$24.047 e R\$28.668 que tratam de suposta falta de recolhimento de ICMS incidentes sobre a prestação de serviço de telecomunicação (modelo pré-pago) - operações de saídas de cartões telefônicos. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

Notas Explicativas

Em setembro de 2007, novembro de 2010, junho, novembro e dezembro de 2011 e julho de 2012 a TIM Celular recebeu 09 autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraíba, Paraná e Bahia no montante total de R\$ 433.876 que tratam de questionamentos fiscais relacionados com suposto estorno de crédito de ICMS relativo a aquisições de ativo permanente supostamente sem comprovação da procedência de tais lançamentos do livro CIAP - Controle de Créditos de ICMS no Ativo Permanente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa (R\$ 314.586) e na esfera judicial (R\$ 119.290).

Em março de 2011 a TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pelo Estado de Goiás que trata de exigência de multa isolada decorrente de suposta omissão de escrituração de notas fiscais de serviços de telecomunicações (interconexão) cujas entradas ocorreram entre janeiro e dezembro de 2007, nos Livros de Registro de Entradas de 2007 e de janeiro e fevereiro de 2008, no valor total de R\$ 43.197.

Em maio de 2011 a TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pelo Estado de São Paulo no valor de R\$ 367.860 que trata de (i) multa, por suposto descumprimento de obrigação acessória, sob a alegação da não apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA de 2007 e 2008; e, (ii) suposta falta de recolhimento de ICMS sobre descontos tidos pelo fisco como condicionais. A referida autuação está sendo defendida pela controlada na esfera administrativa.

Em julho de 2011 a TIM Celular propôs medida judicial visando a discussão de auto de infração lavrado pelo Estado de São Paulo que trata de suposto creditamento indevido de ICMS por conta de anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição no período de março a dezembro de 2008 bem como suposto creditamento indevido e em duplicidade de ICMS no período de agosto e setembro de 2008, no valor de R\$ 19.165.

Em julho, setembro e outubro de 2011 a TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo e Mato Grosso no montante de R\$233.179 que trata de (i) suposta falta de recolhimento de ICMS em razão da falta da inclusão na base de cálculo do imposto de serviços de comunicação referentes à prestações tributadas como “não tributadas/isentas”; e (ii) suposta falta de recolhimento de ICMS pela inclusão nas notas fiscais de base de cálculo negativas a título de créditos financeiros concedidos a clientes relativos a contestação de serviços, gerando estorno de débitos sem atender o disposto na legislação. As referidas autuações estão sendo impugnadas pela controlada na esfera administrativa.

Em dezembro de 2011 a TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pelo Estado do Paraná que totaliza R\$ 63.101, sob o argumento de creditamento indevido de ICMS referentes aos períodos de maio/2010 a agosto/2011. A referida autuação está sendo discutida pela controlada na esfera administrativa.

Em dezembro de 2011, a Intelig propôs medida judicial visando a discussão de auto de infração lavrado pelo Estado de São Paulo, no valor de R\$ 20.285 que trata do suposto aproveitamento indevido de crédito de ICMS, referente ao estorno de débitos declarados nas obrigações acessórias do Estado. A referida autuação está sendo defendida pela controlada na esfera judicial.

Em janeiro de 2012 a TIM Celular ajuizou medida judicial visando a discussão de débito cobrando pelo Estado de São Paulo que trata suposta falta de recolhimento de ICMS averiguado pelo confronto do Livro de Apuração com a obrigação acessória bem como falta de entrega do arquivo eletrônico – Convênio 115, com valor de R\$ 34.638, relacionado com cobrança administrativa efetivada no ano de 2009.

Notas Explicativas

Em março de 2012 a TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 15.603, relacionado com créditos extemporâneos oriundos da aquisição de bens para ativo imobilizado. A controlada discute tal débito também na esfera judicial, através de Mandado de Segurança.

Em maio de 2012 a TIM Celular recebeu um auto de infração lavrado pelo Estado de São Paulo no valor de R\$ 56.082 que trata de diferença de ICMS sobre o valor dos estoques existentes em 31.05.2009 antes da data de início de vigência da ST no Estado de São Paulo no período de 2009. A referida autuação está sendo discutida pela controlada na esfera administrativa.

Em maio e julho de 2012 a TIM Celular recebeu dois autos de infração, pelos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia, por supostamente realizar creditamento indevido de ICMS relativo ao estorno de débitos do imposto referente à prestação de serviço de comunicação, nos valores respectivos de R\$ 21.159 e R\$ 16.463 que totalizam R\$37.622. A controlada defende os processos em 1ª instância administrativa.

Em junho de 2012 a TIM Celular foi autuada no valor de R\$ 23.571 pelo Estado de São Paulo por suposta falta de recolhimento ou sua efetivação em atraso de ICMS devido sobre as operações de entradas de mercadorias sujeitas ao Regime de Substituição Tributária. A controlada impugnou o processo.

e.3.4. Municipal

Em 20 de dezembro de 2007, a controlada TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pelo município do Rio de Janeiro no valor total de R\$ 94.359, que trata de suposto não recolhimento de ISS relativo aos seguintes serviços: programação técnica, serviço administrativo de cancelamento de plano, auxílio à lista telefônica, fornecimento de dados e informações e compartilhamento de infraestrutura de rede. A referida autuação está sendo impugnada pela controlada na esfera administrativa.

Em março de 2011 a TIM Celular ajuizou ação judicial visando a discussão de 71 autos de infração lavrados pelo Município de São Paulo que tratam de ISS com multa de diversas contas de receita da Empresa no valor total de R\$ 31.447.

A TIM Fiber, incorporada pela TIM Celular, discute através de mandado de segurança a cobrança da exação tributária intitulada de “Retribuição Pecuniária”, instituída pelo Decreto Municipal nº 18.627/2000, imposta às concessionárias e permissionárias integrantes do sistema nacional de telecomunicações, pelo uso das vias públicas, inclusive do espaço aéreo, subsolo e obra de arte de domínio municipal. O valor em discussão é de R\$ 21.000.

e.3.5. FUST - Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações

Foi emitida pela ANATEL em 15 de dezembro de 2005, a Súmula nº. 07, visando entre outros à cobrança da contribuição para o FUST sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998. O entendimento da controlada continua sendo no sentido de que as receitas acima mencionadas não estão sujeitas à incidência do FUST, tendo em vista as disposições contidas na legislação pertinente (inclusive o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei nº. 9.998/00). A administração vem adotando as medidas cabíveis para resguardar os interesses da controlada. Neste sentido, foi impetrado Mandado de Segurança para resguardar os interesses da controlada sobre o não recolhimento de FUST sobre receitas de interconexão. A pretensão da ANATEL de cobrança de FUST sobre tais receitas encontra-se suspensa, em razão de sentença judicial favorável à controlada. O Mandado de Segurança está pendente de julgamento em segunda instância judicial.

Notas Explicativas

Desde outubro de 2006, a ANATEL vem lavrando autos de infração contra a controlada TIM Celular, que se referem a valores de FUST sobre receitas de interconexão supostamente devidas entre os anos de 2001 e 2009, bem como multa moratória em razão da Súmula n.º 07/05. Tais autos de infração desse período somam o valor de R\$524.893 em perda possível.

A controlada Intelig recebeu diversos autos de infração lavrados pela ANATEL totalizando o montante de R\$ 59.902, que se referem a valores de FUST sobre receitas de interconexão supostamente devidas nos períodos de janeiro a dezembro de 2001 à 2007, respectivamente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

e.3.6. FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

O Ministério das Comunicações lavrou autos de infração contra a controlada TIM Celular no montante total de R\$294.228, que se referem a valores de FUNTTEL sobre receitas de interconexão relativas aos anos de 2001 a 2009, bem como multa moratória. O entendimento da Companhia é no sentido de considerar que as receitas acima mencionadas não estão sujeitas à incidência do FUNTTEL. Foi impetrado Mandado de Segurança para resguardar os interesses da Companhia sobre o não recolhimento de FUNTTEL sobre receitas de interconexão com base nos mesmos argumentos defendidos na ação do FUST. A pretensão de cobrança de FUNTTEL sobre receitas de interconexão encontra-se suspensa em razão de sentença judicial obtida no Mandado de Segurança favorável à controlada.

A controlada Intelig recebeu autos de infração lavrados pelo Ministério das Comunicações no montante de R\$22.001, que se referem a valores de FUNTTEL sobre receitas de interconexão supostamente devidas para os períodos 2002 a 2009. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

e.4. Regulatórias

A TIM Celular é detentora de autorizações para prestação do SMP, em todos os estados brasileiros, por prazo indeterminado, e de correlatas autorizações de uso das radiofrequências associadas, tendo obtido as prorrogações dessas autorizações de uso das radiofrequências por meio de Termos de Autorização pela ANATEL, pelo prazo de 15 (quinze) anos a contar do vencimento do prazo original de vigência dessas autorizações.

Em fevereiro de 2011, a ANATEL, por meio de Despachos, determinou a cobrança do percentual de 2% sobre a receita de interconexão, cumulativamente ao pagamento das prorrogações do direito de uso de renovações das radiofrequências, e cujas decisões são objeto de Recursos Administrativos (Processo n.º 53500.008519/2012), Pedido de Reconsideração (Processo n.º 53500.009876/2009) e Medida Judicial (Ação de Consignação em Pagamento e Mandado de Segurança), apresentados pela TIM Celular, em função do entendimento de que não existe a obrigação regulatória sobre valores outros, que não os associados exclusivamente às receitas auferidas por seus planos de serviço. A Anatel, por meio de Despachos do Gabinete da Presidência, emitidos em setembro de 2011, denegou o efeito suspensivo requerido pela TIM Celular em sede recursal. Diante deste fato, em novembro de 2011, a Companhia impetrou Mandado de Segurança em face da Anatel para o qual obteve êxito em suspender a exigibilidade dos débitos associados a esta cobrança.

Ainda em novembro de 2011 a Anatel editou a Súmula n.º 11/2011, por meio da qual o Conselho Diretor da Agência exarou seu entendimento acerca de incidirem, no cálculo do ônus decorrente da prorrogação dos contratos de Concessão do STFC (de 2% sobre a receita), as receitas de interconexão das Concessionárias de STFC. Este entendimento provavelmente será o aplicado no caso da prorrogação do direito de uso de radiofrequência do SMP.

Notas Explicativas

Em 30 de abril de 2012, a TIM Celular apresentou a Ação de Consignação em Pagamento n.º 0020904-41.2012.4.01.3400, no âmbito da qual depositou em juízo os valores correspondentes ao pagamento do ônus de 2% sobre a receita dos planos de SMP vencidas nos anos de 2012. Nesse sentido, requereu o processamento do Recurso interposto na forma então requerida. Em 30 de maio de 2012, a TIM Celular impetrou Mandado de Segurança com Pedido de Concessão de Liminar a fim de atribuir efeito suspensivo ao Recurso interposto no âmbito do Processo n.º 53500.008519/2012, todavia, a Liminar não foi concedida.

Em 30 de maio de 2012, a TIM Celular apresentou Pedido de Reconsideração, nos autos do Processo n.º 53500.007487/2011, em face da decisão proferida pela Anatel negando provimento ao Recurso interposto. Em 31 de maio de 2012, a TIM Celular impetrou Mandado de Segurança com Pedido de Concessão Liminar a fim de atribuir efeito suspensivo ao Pedido de Reconsideração apresentado, todavia, a Liminar não foi concedida e, por meio do Despacho n.º 5.458/2012-CD, publicado no Diário Oficial da União em 03 de setembro de 2012, a Anatel decidiu conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado pela TIM Celular nos autos do referido Processo, para, no mérito, negar-lhe provimento. A TIM Celular adotará as medidas judiciais cabíveis a fim de garantir a suspensão da exigibilidade deste débito.

Ademais, em face dessas prorrogações de autorizações de uso das radiofrequências associadas à prestação do SMP, objeto dos referidos Termos de Autorização, expedidos em consequência dos respectivos atos, a Companhia recebeu da ANATEL exigências, indevidas no entender da Companhia, de recolhimento de nova Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) com relação a todas as suas estações móveis em operação na área de prestação do serviço, embora tais estações já se encontrem licenciadas nos montantes conforme quadro abaixo:

Estado	Termo de autorização	Data de expiração	Ato	Montante
Paraná (exceto os municípios de Londrina e Tamarana)	002/2006/PVCP/SPV	03/09/2022	57.551 de 13/04/2006	R\$80.066
Santa Catarina	074/2008/PVCP/SPV	30/09/2023	5.520 de 18/09/2008	R\$54.026
Município e região de Pelotas no Rio Grande do Sul	001/2009/PVCP/SPV	14/04/2024	1.848 de 13/04/2009	R\$333
Ceará	089/2008/PVCP/SPV	28/11/2023	7.385 de 27/11/2008	R\$41.728
Alagoas	045/2008/PVCP/SPV	15/12/2023	7.383 de 27/11/2008	R\$20.038
Rio Grande do Norte	050/2008/PVCP/SPV	31/12/2023	7.390 de 27/11/2008	R\$15.021
Paraíba	047/2008/PVCP/SPV	31/12/2023	7.386 de 27/11/2008	R\$19.844
Piauí	049/2008/PVCP/SPV	27/03/2024	7.389 de 27/11/2008	R\$13.497
Pernambuco	089/2008/PVCP/SPV	15/05/2024	7.388 de 27/11/2008	R\$54.000

A exigência de novo recolhimento de TFI resulta do entendimento da Anatel de que seria aplicável o disposto no art. 9º, inciso III, do Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações FISTEL, aprovado pela Resolução n.º. 255, que prevê a incidência de TFI sobre a estação na ocorrência da renovação da validade de licença que acarrete na expedição de nova licença. Contudo, esta não parece ser, no entendimento da Companhia, a correta aplicação das disposições da legislação à hipótese em questão, motivo pelo qual a referida cobrança foi objeto de tempestiva impugnação administrativa refutada pela ANATEL que, após o esgotamento da via administrativa, está sendo tratada pela via judicial, onde foi possível a obtenção de Liminar favorável que suspende a exigibilidade da cobrança até o julgamento definitivo da ação.

De acordo com os Termos de Autorização para exploração do SMP, a TIM Celular se comprometeu e cumpriu, em etapas, a implantação de cobertura do SMP com relação às suas respectivas regiões, no âmbito das áreas adjudicadas. Também conforme os referidos Termos de Autorização, as controladas estão obrigadas a operar dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela Anatel e aderente às obrigações previstas pela regulamentação.

Notas Explicativas

No caso de inadimplemento das obrigações previstas nos Termos de Autorização ou nos editais referentes ao leilão das radiofrequências de 3G, a TIM Celular está sujeita à abertura de PADO que podem resultar em eventuais sanções pecuniárias subsequentes. Há o risco de que a Anatel ateste o cumprimento intempestivo das obrigações estabelecidas para o ano de 2010, para 17 municípios, fato do qual é provável a aplicação de sanção pecuniária.

A Anatel instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização ou dos Editais de radiofrequências de 3G e; (iii) da regulamentação do SMP e do STFC.

As controladas submeteram as devidas Defesas Administrativas, Recursos Administrativos e Pedidos de Reconsideração à Anatel, esclarecendo que a não-conformidade se deu em virtude de diversos fatores, muitos deles alheios à vontade e não relacionados às ações e atividades desempenhadas pelas empresas. A provisão para contingências regulatórias reconhecida no balanço patrimonial retrata o valor das perdas esperadas, quais sejam aquelas classificadas como prováveis, conforme expectativa da Administração.

Em maio de 2012, a Anatel publicou a Resolução n.º 590 estabelecendo novas regras e preços de referencia para a Exploração Industrial de Linhas Dedicadas – EILD, definindo um novo marco de uma importante revisão e evolução do mercado de Atacado brasileiro, essencial para a prestação de serviços de telecomunicações.

Em vigor desde o mês novembro de 2011, o Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME), Resolução n.º 576/2011, regulamentou o mecanismo de reajuste das chamadas fixo-móvel, impondo ao mercado uma redução gradual no valor da terminação móvel (VU-M) de aproximadamente 27% ao longo de três anos, a partir do mês de fevereiro de 2012, em vista da implementação do modelo otimizado de custos no ano de 2014. A primeira redução ocorreu em 24 de fevereiro de 2012, gerando uma redução média em torno de 14% sobre o VU-M das Prestadoras de SMP.

Em agosto de 2012, a Anatel conduziu Consulta Pública, para comentários e sugestões da sociedade, sobre proposta de alteração pontual no Regulamento de Serviço Móvel Pessoal a qual determina que, caso haja chamadas sucessivas (efetuadas entre o mesmo código de acesso de origem e de destino e o tempo compreendido entre o final de uma chamada e o início da seguinte for inferior ou igual a 120 segundos), a prestadora deve considerá-las como sendo uma única chamada para efeito de precificação. O processo está sob análise da Procuradoria da Anatel e ainda precisa ser aprovado pelo Conselho Diretor para entrar em vigor.

26 Provisão para futura desmobilização de ativos

As movimentações nas obrigações decorrentes de futura desmobilização de ativos encontram-se resumidas a seguir:

	Consolidado	
	09/2012	12/2011
	(9 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	261.918	255.737
Adições ao longo do período, líquidas de baixas	27.183	6.181
Saldo final	<u>289.101</u>	<u>261.918</u>

Notas Explicativas

A provisão é realizada com base nos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados descontada a valor presente à taxa média de 7,70% a.a (10% a.a. em 31 de dezembro de 2011) de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

27 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 (quatro bilhões e quatrocentos e cinquenta milhões) ações ordinárias.

O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>09/2012</u>	<u>12/2011</u>
Quantidade de ações ordinárias	2.417.632.647	2.417.632.647

No terceiro trimestre de 2011, a Companhia passou a fazer parte do “Novo Mercado” da BM&F/BOVESPA. Com a migração para este segmento, a Companhia passa a não mais possuir ações preferenciais. As antigas ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias na proporção de 0,8406 ações ordinárias para cada ação preferencial.

Em 04 de outubro de 2011, a Companhia encerrou o processo de oferta pública de distribuição primária de 190.796.858 ações ordinárias. A oferta foi encerrada ao preço de R\$8,60 (oito reais e sessenta centavos) por ação. Conseqüentemente, foram captados R\$1.640.854 pela TIM Participações. Tais recursos foram registrados pela Companhia em outubro de 2011, na conta de capital social.

Adicionalmente, a Companhia outorgou aos bancos Morgan Stanley S.A. e Morgan Stanley & Co. LLC a opção de distribuição pública de lote suplementar de 9.461.510 ações ordinárias. Esta outorga teve como finalidade exclusiva atender ao excesso de demanda constatado na oferta pública mencionada no parágrafo anterior. As opções foram exercidas em outubro de 2011, ao preço de R\$8,60 (oito reais e sessenta centavos) por ação, resultando em um novo aumento de capital na Companhia de R\$81.368.

Os custos diretamente atrelados a estes processos de captação, no montante de R\$47.117, foram registrados em conta redutora do capital social, conforme disposto no IAS 39.

O encerramento da oferta pública não trouxe alterações relevantes (acima de 5% sobre o total do capital social) nos percentuais de participação dos acionistas do Grupo.

b. Reserva de capital

A reserva de capital é composta da seguinte forma:

	<u>09/2012</u>	<u>12/2011</u>
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Reserva de capital – Opções de compra de ações	6.594	3.929
	<u>387.154</u>	<u>384.489</u>

Notas Explicativas

Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

(i) *Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários*

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul e na TIM Nordeste Telecomunicações. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

(ii) *Aquisição das ações da Holdco – compra da Intelig*

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembléia Geral Extraordinária da TIM Participações aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da Intelig, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

Com base no antigo BRGAAP, a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

Opções de compra de ações

Os saldos relativos às despesas da Companhia e de suas controladas com opções de compra de ações, concedidas aos empregados, são registradas na conta de reservas de capital.

c. Ações em tesouraria

No dia 26 de julho de 2011, encerrou-se o prazo para que os acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia manifestassem sua dissidência com relação à entrada no “Novo Mercado” da BM&F / Bovespa. Apenas um acionista, titular de 84.300 ações preferenciais, exerceu o direito de recesso. Em agosto de 2011, suas ações foram adquiridas pela Companhia com base no valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2010, calculado com quatro casas decimais (R\$ 4,1628 por ação).

Notas Explicativas

Adicionalmente, conforme deliberado em Assembléia Geral Extraordinária, datada de 22 de junho de 2011, apenas quantidades inteiras de ações ordinárias de emissão da Companhia foram entregues aos detentores de ações preferenciais não dissidentes. As frações de ações ordinárias decorrentes da conversão foram pagas também em agosto de 2011, pelo mesmo preço de reembolso dos acionistas dissidentes. Ao todo, a soma das frações de ações ordinárias representou um total de 725.026 ações.

d. Reservas de lucros

Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às Reservas de Capital, exceder 30% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

Reserva para expansão

A formação da reserva para expansão tem previsão no parágrafo 2º do Art. 46 do estatuto social e no Art. 194 da Lei nº. 6.404/76 e tem como finalidade a realização de projetos de investimentos e expansão da planta, sendo suportada por orçamento de capital.

Segundo o estatuto social da Companhia, a reserva para expansão não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembléia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

e. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Em 11 de abril de 2012, a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da TIM Participações S.A. aprovou o pagamento de dividendos complementares (acima do mínimo obrigatório) no valor de R\$229.159.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 22 de junho de 2011, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

28 Opções de compra de ações

Primeira outorga

Em 5 de agosto de 2011, foi aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. o plano de incentivo de longo prazo, concedido a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em suas controladas.

Notas Explicativas

Na data de outorga (05/08/2011), o valor de exercício das opções concedidas foi calculado através da média ponderada do preço das ações da TIM Participações S.A.. Tal média considerou o volume negociado e preço de negociação das ações da Companhia no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da Companhia aprovou o benefício).

O exercício das opções está condicionado ao atingimento de 2 metas de performance simultaneamente: (1) crescimento do valor da ação ordinária da Companhia e (2) performance do valor das ações da Companhia em relação a um índice de *benchmark*, definido pela Administração da TIM e composto basicamente por ações de outras empresas de telecomunicações, tecnologia e mídia. As condições de performance são medidas no triênio 2011 a 2013, sendo a mensuração em julho de cada ano.

O prazo de vigência das opções é de 6 anos, sendo que um terço delas pode ser exercida ao final do mês de julho de 2012, outro terço ao fim do primeiro semestre de 2013 e a parte restante ao fim do primeiro semestre de 2014. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

Em 05/08/2011, foram outorgadas opções correspondentes ao direito de compra de 2.833.596 ações. Em 30 de setembro de 2012, 944.520 opções podem ser consideradas “vested”. No entanto, nenhum dos participantes exerceu a opção de compra no período estabelecido.

Utilizando-se o princípio de competência contábil, as despesas atreladas ao plano de benefícios de longo prazo vêm sendo apropriadas mensalmente e, em 30 de setembro de 2012, totalizaram R\$2.665. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$8,31 na data da concessão, preço de exercício de R\$8,84, volatilidade de 51,73%, a.a., uma vida esperada da opção correspondente a 6 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 11,94% a.a. A volatilidade foi mensurada com base nas cotações de ações ordinárias da TIM em um período de 6 anos.

Notas Explicativas**29 Receita operacional líquida**

	Consolidado	
	09/2012	09/2011
Receita de serviços		
Assinatura e utilização	8.210.719	7.451.272
Uso de rede	2.912.883	2.815.143
Longa distância	2.377.399	2.339.801
VAS – Serviços adicionais	3.151.892	2.208.394
Outros	163.062	154.657
	<u>16.815.955</u>	<u>14.969.267</u>
Receita de serviços - Fixa	1.168.465	1.127.137
Receita de serviços	<u>17.984.420</u>	<u>16.096.404</u>
Venda de mercadorias	2.429.695	1.876.273
Receita operacional bruta	<u>20.414.115</u>	<u>17.972.677</u>
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes	(4.429.534)	(3.977.922)
Descontos concedidos	(2.052.979)	(1.474.616)
Devoluções e outros	(193.568)	(144.730)
	<u>(6.676.081)</u>	<u>(5.597.268)</u>
Total da receita líquida	<u>13.738.034</u>	<u>12.375.409</u>

30 Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas

	Consolidado	
	09/2012	09/2011
Pessoal	(48.848)	(26.318)
Serviços de terceiros	(287.621)	(258.223)
Interconexão / Interligação	(3.451.398)	(2.998.927)
Depreciação e amortização	(1.334.040)	(1.277.034)
Taxas ANATEL	(8.826)	(7.225)
Aluguéis e seguros	(201.374)	(164.871)
Outros	(12.555)	(12.398)
Custo dos serviços prestados	<u>(5.344.662)</u>	<u>(4.744.996)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(1.855.321)	(1.517.879)
	<u>(7.199.983)</u>	<u>(6.262.875)</u>

Notas Explicativas**31 Despesas de comercialização**

	Consolidado	
	09/2012	09/2011
Pessoal	(363.241)	(331.851)
Serviços de terceiros	(1.596.984)	(1.664.225)
Publicidade e propaganda	(406.330)	(396.168)
Perda e provisão para créditos de liquidação duvidosa	(198.699)	(169.078)
Taxas ANATEL	(789.808)	(734.095)
Depreciação e amortização	(137.089)	(176.188)
Aluguéis e seguros	(40.291)	(28.434)
Outras	(45.033)	(31.132)
	<u>(3.577.475)</u>	<u>(3.531.171)</u>

32 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	09/2012	09/2011	09/2012	09/2011
Pessoal	(2.093)	(731)	(120.487)	(110.007)
Serviços de terceiros	(4.450)	(5.031)	(331.774)	(306.161)
Depreciação e amortização	-	-	(255.141)	(249.209)
Aluguéis e seguros	(128)	(96)	(54.640)	(41.569)
Outras	(457)	(302)	(24.558)	(21.165)
	<u>(7.128)</u>	<u>(6.160)</u>	<u>(786.600)</u>	<u>(728.111)</u>

33 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	09/2012	09/2011	09/2012	09/2011
Receitas				
Receita de subvenção líquida	-	-	5.606	1.635
Multas sobre serviços de telecomunicações	-	-	26.949	24.338
Outras receitas operacionais	-	-	(11.864)	7.526
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.691</u>	<u>33.499</u>
Despesas				
FUST/FUNTEL	-	-	(134.689)	(110.468)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2.339)	364
Provisão para contingências, líquida de reversão	(559)	(711)	(170.480)	(124.527)
Outras despesas operacionais	(6)	(319)	(28.438)	(13.602)
	<u>(565)</u>	<u>(1.030)</u>	<u>(335.946)</u>	<u>(248.233)</u>
Amortização de concessão	-	-	(251.478)	(246.515)
	<u>(565)</u>	<u>(1.030)</u>	<u>(587.424)</u>	<u>(494.748)</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>(565)</u>	<u>(1.030)</u>	<u>(566.733)</u>	<u>(461.249)</u>

Notas Explicativas**34 Receitas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	09/2012	09/2011	09/2012	09/2011
Juros sobre aplicações financeiras	1.459	1.915	112.033	127.921
Juros de clientes	-	-	50.529	35.639
Atualização monetária	12.141	731	68.063	38.085
Variação cambial	7	3	581.974	338.968
Outras receitas	-	-	1.971	1.279
	<u>13.607</u>	<u>2.649</u>	<u>814.570</u>	<u>541.892</u>

35 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	09/2012	09/2011	09/2012	09/2011
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(177.653)	(187.436)
Juros sobre fornecedores	-	-	(17.533)	(8.233)
Juros sobre impostos e taxas	(4)	(21)	(12.528)	(21.462)
Atualização monetária	8	(159)	(62.978)	(8.204)
Descontos concedidos	-	-	(45.024)	(37.647)
Variação cambial	(17)	(5)	(624.837)	(395.079)
Outras despesas	8.090	(44)	(8.713)	(21.871)
	<u>8.077</u>	<u>(229)</u>	<u>(949.266)</u>	<u>(679.932)</u>

36 Despesas de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	09/2012	09/2011
Imposto corrente		
Imposto de renda do período	(277.461)	(209.548)
Contribuição social do período	(101.797)	(80.520)
Incentivo fiscal - ADENE	56.475	94.423
	<u>(322.783)</u>	<u>(195.645)</u>
Imposto de renda diferido		
Imposto de renda diferido	(153.296)	(140.048)
Contribuição social diferida	(55.211)	(38.201)
	<u>(208.507)</u>	<u>(178.249)</u>
	<u>(531.290)</u>	<u>(373.894)</u>

A TIM Celular, no ano de 2010, pleiteou à SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a transferência dos Laudos Constitutivos da TIM Nordeste, incorporada em 2009, e, dessa forma, foi reconhecida como beneficiária de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, nos estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia, cujos efeitos retroagem a data da incorporação. A Companhia também é beneficiária deste incentivo fiscal na região norte, referente à área de abrangência da SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, nos estados do Pará, Roraima, Mato Grosso, Amapá, Tocantins, Rondônia, Acre e Maranhão.

Notas Explicativas

A Companhia, no ano de 2011 foi reconhecida, pela SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, como beneficiária de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização de sua capacidade instalada para prestação de serviços de telecomunicações nos estados de Pernambuco e Bahia.

A Companhia, no ano de 2012, foi reconhecida pela SUDENE como beneficiária de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração, decorrente da modernização de sua capacidade instalada para prestação de serviços de telecomunicações nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	09/2012	09/2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.472.548	1.253.963
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(500.666)	(426.347)
(Adições)/exclusões:		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(55.568)	(16.694)
Provisão (reversão) para contingências de imposto de renda e contribuição social	(1.617)	10.373
Efeito IR e CSLL diferido	(40.377)	(32.046)
Adições permanentes	(16.064)	(6.338)
Incentivo fiscal – ADENE	56.475	94.423
Outros valores	26.527	2.735
	<u>(30.624)</u>	<u>52.453</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	<u>(531.290)</u>	<u>(373.894)</u>

37 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	09/2012	09/2011
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	941.257	879.464
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.416.837	2.217.374
Lucro básico por ação	0,3895	0,3968

Notas Explicativas

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	<u>09/2012</u>	<u>09/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	941.257	879.464
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.417.230	2.217.374
Lucro diluído por ação	0,3894	0,3968

38 Transações com Grupo Telecom Itália

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	<u>Ativo</u>	
	<u>09/2012</u>	<u>12/2011</u>
Telecom Personal Argentina (1)	3.010	1.868
Telecom Italia Sparkle (1)	28.273	22.254
Telecom Italia S.p.A. (2)	-	10.315
Lan Group (4)	11.021	-
Outros	4.553	3.141
Total	<u>46.857</u>	<u>37.578</u>

	<u>Passivo</u>	
	<u>09/2012</u>	<u>12/2011</u>
Telecom Italia S.p.A. (2)	12.841	31.879
Telecom Personal Argentina (1)	3.090	2.676
Telecom Italia Sparkle (1)	10.927	6.672
Italtel (3)	30.646	22.257
Outros	5.723	10.343
Total	<u>63.227</u>	<u>73.827</u>

	<u>Receita</u>	
	<u>09/2012</u>	<u>09/2011</u>
Telecom Italia S.p.A. (2)	2.923	12.117
Telecom Personal Argentina (1)	4.278	2.963
Telecom Italia Sparkle (1)	40.344	22.703
Outras	1.258	1.082
Total	<u>48.803</u>	<u>38.865</u>

	<u>Custo/Despesa</u>	
	<u>09/2012</u>	<u>09/2011</u>
Telecom Italia S.p.A. (2)	3.679	11.572
Telecom Italia Sparkle (1)	22.086	15.415
Telecom Personal Argentina (1)	5.643	5.225
Lan Group (4)	18.376	12.360
Outros	8.266	1.328
Total	<u>58.050</u>	<u>45.900</u>

Notas Explicativas

- (1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS e cessão de meios.
- (2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.
- (3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.
- (4) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD e serviço de sinalização.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado.

39 Transações com Grupo Telefônica

Em 28 de abril de 2007, Assicurazioni Generali SpA, Intesa San Paolo S.p.A, Mediobanca S.p.A, Sintonia S.p.A e a Telefónica S.A. assinaram um acordo para adquirir o capital total da Olímpia S.p.A., empresa que, por sua vez, detinha à época aproximadamente 18% do capital votante da Telecom Italia S.p.A., controladora indireta da Companhia. Tal aquisição se deu através de uma Companhia chamada Telco S.p.A (“Telco”). Com a implementação da operação em outubro de 2007, a Telco passou a deter 23,6% do capital votante da Telecom Itália S.p.A., controladora indireta da TIM Participações.

A ANATEL, por meio do Ato nº. 68.276/2007, publicado no Diário Oficial da União em 05 de novembro de 2007, aprovou a operação impondo determinadas restrições para garantir a segregação dos negócios e operações de ambos os grupos, Telefónica e TIM no Brasil. Para fins de implementação das determinações da ANATEL, a TIM Brasil e a TIM Celular apresentaram à ANATEL as medidas necessárias para assegurar tal segregação, de fato e de direito, no Brasil, de modo que a participação detida pela Telefónica na Telco S.p.A. não possa gerar ou ser considerada como influência sobre as decisões financeiras, operacionais e estratégicas das operadoras brasileiras do grupo TIM. A TIM, portanto, continua atuando no mercado brasileiro com a mesma independência e autonomia de antes da operação.

Em 30 de setembro de 2012 entre as operadoras do grupo TIM, controladas pela TIM Participações, e as operadoras do grupo Telefónica no Brasil, estavam em vigor, exclusivamente, contratos relacionados à prestação de serviços de telecomunicações, abrangendo interconexão, *roaming*, compartilhamento de sites e acordos de cofaturamento, assim como contratos relacionados ao uso de CSP (código de seleção de prestadora), realizados a preços e condições normais, na forma da legislação em vigor. Os valores a receber e a pagar, decorrentes destes contratos, em 30 de setembro de 2012, são de R\$173.036 e R\$154.068 (R\$163.913 e R\$132.863 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente. Os valores registrados no resultado da Companhia após a aprovação da transação estão representados por receitas e despesas operacionais de R\$1.041.643 e R\$813.651 (R\$1.011.477 e R\$740.395 em 30 de setembro de 2011), respectivamente.

Notas Explicativas

40 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia, através de suas controladas, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de reduzir riscos relacionados à variação cambial e parcialmente à variação de taxas de juros, representados em sua totalidade por contratos de swap, não possuindo, portanto, derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de suas controladas, em atendimento ao IAS 32.

Desta forma, os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade das controladas computarem prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes. Para que esses tipos de riscos sejam extintos, as controladas estabelecem contratos de swap com instituições financeiras.

Em 30 de setembro de 2012, os financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de suas controladas.

Além dos financiamentos obtidos pelas controladas, objeto dos contratos de swap, não existem outros ativos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela TIM Celular à taxas de juros pré-fixadas, quando tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Para que esse tipo de risco seja reduzido, a TIM Celular realiza contratos de swap com instituições financeiras, transformando para um percentual do CDI as taxas de juros pré-fixadas incidentes em parte dos financiamentos contraídos. Os ganhos ou perdas auferidos por esses contratos de swap são registrados no resultado da sua controlada TIM Celular.

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada TIM Celular indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Para que esse tipo de risco seja reduzido, a controlada TIM Celular realiza contratos de swap com instituições financeiras, transformando para um percentual do CDI a TJLP incidente em parte dos financiamentos contraídos. Os ganhos ou perdas auferidos com esses contratos de swap são registrados no resultado da sua controlada TIM Celular.

Notas Explicativas

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, o que causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas em que as controladas se encontram nos contratos de swap atreladas a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de setembro de 2012, as controladas mantêm seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem prejuízos derivados de dificuldades em cobrar os valores faturados aos assinantes. Para que esse tipo de risco seja reduzido, as controladas realizam análises de crédito auxiliando a gerência de risco quanto a problemas de cobrança e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de serviços prestados em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 ou das receitas de serviços prestados durante os períodos findos naquelas datas.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política das controladas para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 ou das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos naquelas datas.

(v) Risco de crédito financeiro

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de swap, em razão de eventual insolvência das contrapartes. As controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	09/2012			12/2011		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	188.340	(103.770)	84.570	121.204	(166.133)	(44.929)
Parcela circulante	110.919	(48.401)	62.518	55.889	(77.055)	(21.166)
Parcela não circulante	77.421	(55.369)	22.052	65.315	(89.078)	(23.763)

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 30 de setembro de 2012 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
2013	-	(7.178)
2014	-	(10.289)
2015	-	(4.491)
2016	61.427	(24.883)
2017 em diante	15.994	(8.528)
	<u>77.421</u>	<u>(55.369)</u>

Ativos e passivos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

<u>30 de setembro de 2012</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos para negociação	1.860.426		1.860.426
Derivativos usados para <i>hedge</i>		188.340	188.340
Total do ativo	1.860.426	188.340	2.048.766
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>		103.770	103.770
Total do passivo		103.770	103.770

<u>31 de dezembro de 2011</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos para negociação	3.180.369	-	3.180.369
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	121.204	121.204
Total do ativo	3.180.369	121.204	3.301.573
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	166.133	166.133
Total do passivo	-	166.133	166.133

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários classificados como títulos para negociação.

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

	<u>Consolidado</u>		
	<u>Recebíveis</u>	<u>Ativos ao valor justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>
30 de setembro de 2012			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos		188.340	188.340
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	4.033.050		4.033.050
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		1.860.426	1.860.426
Caixa e equivalentes de caixa	108.725		108.725
	<u>4.141.775</u>	<u>2.048.766</u>	<u>6.190.541</u>

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
30 de setembro de 2012			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos		3.580.901	3.580.901
Instrumentos financeiros derivativos	103.770		103.770
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		3.461.999	3.461.999
	103.770	7.042.900	7.146.670
31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos		121.204	121.204
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.345.494		3.345.494
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		3.180.369	3.180.369
Caixa e equivalentes de caixa	110.231		110.231
	3.455.725	3.301.573	6.757.298
31 de dezembro de 2011			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos		3.660.583	3.660.583
Instrumentos financeiros derivativos	166.133		166.133
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		3.709.301	3.709.301
	166.133	7.369.884	7.536.017

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas Explicativas

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais e na taxa de juros.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Na exposição a fatores de risco em moeda nacional, contraídos por meio de financiamentos atrelados a taxas de juros pré-fixadas ou TJLP, pelo fato das disponibilidades de suas controladas serem remuneradas pelo CDI, as controladas têm como estratégia transformar parte destes riscos em exposição ao CDI.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados pelas controladas e vigentes em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão demonstradas no quadro a seguir:

30 de setembro de 2012

MOEDA	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa Accrual)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		DIVIDA	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
R\$	PRE X DI	BNB	Santander	46.260	9.567	21%	10,54%	69,80% do CDI
R\$	TJLP X DI	BNDES	Santander, Itaú	1.144.312	76.434	7%	TJLP + 4,2%	94,78% do CDI
USD	LIBOR X DI	BEI	MS e BOFA	829.913	829.913	100%	LIBOR 6M + 0,79%	95,02% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, BES	269.660	269.660	100%	LIBOR 6M + 2,53%	95,01% do CDI
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	243.390	243.411	100%	(LIBOR 3M + 1,25%) x 1,18	92,00% do CDI
USD	PRE X DI	JP Morgan	JP Morgan	203.157	203.174	100%	1,84%	92,50% do CDI

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2011

MOEDA	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa Accrual)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		DIVIDA	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
R\$	PRE X DI	BNB	Santander + ITAÚ	73.735	28.992	39%	10,96%	72,02% do CDI
R\$	TJLP X DI	BNDES	Santander + ITAÚ	1.575.385	139.140	9%	TJLP + 4,2%	91,43% do CDI
USD	LIBOR X DI	BEI	Santander+ CITI + MS	532.124	532.124	100%	LIBOR 6M + 0,62%	95,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI + BES	267.774	267.768	100%	LIBOR 6M + 2,53%	95,01% do CDI
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	223.382	223.401	100%	(LIBOR 3M + 1,25%) x 1,18	92,00% do CDI
USD	PRE X DI	JP Morgan	JP Morgan	187.196	187.347	100%	1,84%	92,50% do CDI

Objeto	Moeda	Valor de Referência (Nocional)		Valor Justo	
		09/2012	12/2011	09/2012	12/2011
Risco dos juros pré-fixados contra CDI					
Parte dos financiamentos obtidos junto ao BNB	BRL	4.589	14.443		
Posição ativa				9.646	29.080
Posição passiva				(8.185)	(25.185)
Saldo líquido				1.461	3.895
Risco da TJLP contra CDI					
Parte dos financiamentos obtidos junto ao BNDES	BRL	75.697	137.631		
Posição ativa				77.393	141.036
Posição passiva				(75.668)	(137.287)
Saldo líquido				1.725	3.749
Risco cambial USD contra CDI					
Proteção integral do risco de variação cambial, obtidas junto aos Bancos, BNP Paribas , BEI, BOFA e JP Morgan.	USD	1.433.952	1.213.820		
Posição ativa				1.509.897	1.160.165
Posição passiva				(1.428.513)	(1.212.738)
Saldo líquido				81.384	(52.573)
TOTAL		1.514.238	1.365.894	84.570	(44.929)

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Notas Explicativas

Descrição	09/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida pré-fixada (valor parcial)	9.646	9.646	9.601	9.558
Valor justo da ponta ativa do swap	9.646	9.646	9.601	9.558
Valor justo da ponta passiva do swap	(8.185)	(8.185)	(8.174)	(8.163)
Exposição líquida no swap	1.461	1.461	1.428	1.395
Dívida em TJLP (valor parcial)	77.393	77.393	76.820	76.261
Valor justo da ponta ativa do swap	77.393	77.393	76.820	76.261
Valor justo da ponta passiva do swap	(75.668)	(75.668)	(75.662)	(75.657)
Exposição líquida no swap	1.725	1.725	1.157	604
Dívida em USD (BNP Paribas, BEI, BOFA e JP Morgan)	1.509.897	1.509.897	1.899.753	2.294.562
Valor justo da ponta ativa do swap	1.509.897	1.509.897	1.899.753	2.294.562
Valor justo da ponta passiva do swap	(1.428.513)	(1.428.513)	(1.428.146)	(1.428.089)
Exposição líquida no swap	81.384	81.384	471.607	866.473

Como as controladas possuem apenas instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salientamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

Nossas análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de setembro de 2012 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado, incluindo a TJLP e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas em nossas análises se deve exclusivamente às características de nossos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito da redução dos principais índices atrelados às operações de swap (CDI e TJLP) e variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	7,36%	9,20%	11,04%
TJLP	5,50%	6,88%	8,25%
USD	2,0306	2,5383	3,0459

Notas Explicativas

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	09/2012
Risco dos juros pré-fixados contra CDI	298
Risco dos TJLP contra CDI	(154)
Risco cambial USD contra CDI	72.164
Ganhos (Perdas) líquidos	72.308

41 Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	Consolidado	
	09/2012	12/2011
PAMEC/apólice de ativos	318	318

Plano de Previdência Complementar

Em 07 de agosto de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a implantação de Plano de Previdência Complementar nas modalidades PGBL e VGBL da Companhia e da TIM Celular e TIM Nordeste incorporada pela TIM Celular junto ao Itaú Vida e Previdência S.A. Foram elegíveis ao Plano de Previdência Complementar todos os funcionários que ainda não possuíam benefício previdenciário patrocinado pela Companhia e suas controladas.

Termo de Relação Contratual Atípico

Até 31 de dezembro de 2010, era entendimento da Companhia ser patrocinadora, por sucessão do processo de cisão parcial da Telecomunicações do Paraná S.A - Telepar, de planos de complementação de aposentadoria instituídos em 1970, por Termo de Acordo Coletivo e ratificados pelo Termo de Relação Contratual Atípico. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía provisão para 4 indivíduos para os quais entendia-se que a Companhia era responsável por honrar o passivo do plano.

Baseada em trabalho de advogados internos e externos, na posição de renomados especialistas do setor e em jurisprudências obtidas para casos relacionados ao TRCA em outras empresas, a Companhia revisou seu posicionamento e atualmente entende não ser responsável por este plano. Como resultado deste novo posicionamento, foram revertidos em 31 de dezembro de 2011 os saldos passivos registrados em 2010 (R\$4.362).

SISTEL e TIMPREV

A Companhia, a TIM Nordeste incorporada pela TIM Celular e a TIM Celular vêm patrocinando plano de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, como consequência dos dispositivos legais relacionados ao processo de privatização destas empresas em julho de 1998.

Notas Explicativas

Considerando que em 1999 e em 2000 as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL já haviam negociado condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos na data de 31 de janeiro de 2000, a Companhia e suas controladas, ao longo de 2002 e a exemplo de outras empresas oriundas do antigo Sistema TELEBRÁS, iniciaram gestões para a formatação de um Plano de Contribuição Definida que atendesse aos mais modernos padrões de seguridade social praticados na iniciativa privada e que permitisse ao grupo de empregados vinculados ao SISTEL a possibilidade de migração.

Em 13 de novembro de 2002 a Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício 1917 CGAJ/SPC aprovou o regulamento do novo plano previdenciário, doravante denominado Regulamento do Plano de Benefícios TIMPREV, na modalidade contribuição definida, dispondo novas condições de concessão e de manutenção de benefícios, bem como os direitos e obrigações da Entidade Administradora do Plano, das Patrocinadoras, dos Participantes e de seus respectivos beneficiários.

Na nova modalidade, a contribuição normal da patrocinadora corresponderá a 100% do valor da contribuição básica do participante, enquanto que a entidade administradora do TIMPREV assegurará, nos termos e condições do regulamento aprovado, os benefícios abaixo elencados, não se obrigando a conceder qualquer outro, mesmo que a Previdência Social os conceda aos seus beneficiários:

- Aposentadoria Normal
- Aposentadoria Antecipada
- Aposentadoria por Invalidez
- Benefício Proporcional Diferido
- Pensão por Morte

Como não houve uma migração integral dos funcionários da Companhia e suas controladas para o plano TIMPREV, os planos de pensão e os planos médicos oriundos do sistema TELEBRÁS continuam existindo e estão resumidamente explicados abaixo:

PBS: plano de benefícios da SISTEL, o qual tem característica de benefício definido e inclui os empregados ativos que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS Assistidos: plano de pensão para empregados inativos, sendo tal plano de benefícios multi-patrocinado;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas, para os aposentados das predecessoras das Companhias controladas;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica ao complementado, para os aposentados das predecessoras das Companhias controladas;

Da mesma forma que para o TRCA, a Companhia, até 31 de dezembro de 2010, entendia ser responsável pelos participantes relacionados à Companhia e suas controladas do plano de assistência médica para os empregados aposentados e seus dependentes, a custo compartilhado ("PAMA"). Baseada em trabalho de advogados internos e externos, a Companhia revisou seu posicionamento e atualmente entende não ser responsável por este plano. Como resultado deste novo posicionamento, foram revertidos em 31 de dezembro de 2011 os saldos passivos registrados em 2010 (R\$4.486).

Notas Explicativas

De acordo com as regras estabelecidas pela NPC-26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação CVM nº 371, os planos que apresentam um superávit não são registrados pela Companhia, em virtude da impossibilidade de reembolso do mesmo, além de que as contribuições não serão reduzidas para o patrocinador no futuro.

Em 29 de janeiro de 2007 e 09 de abril de 2007 o Ministério da Previdência Social, através da SPC - Secretaria da Previdência Complementar, aprovou a transferência de gerenciamento dos planos de benefícios PBS–Tele Celular Sul, TIM Prev Sul, PBT–TIM, Convênio de Administração, PBS–Telenordeste Celular e TIM Prev Nordeste, conforme Ofícios SPC/DETEC/CGAT, respectivamente números, 169, 167, 168, 912, 171 e 170, da SISTEL, para o HSBC – Fundo de Pensão.

No que tange plano PBS – Assistidos, o mesmo continua sendo gerenciados pela SISTEL, exceto o Plano PAMEC, que foi extinto, permanecendo a empresa como responsável pela cobertura do referido benefício, que passa a ser denominado PAMEC/Apólice de Ativos.

Considerando a aprovação da proposta de migração pelo Conselho de Administração em janeiro de 2006, e as aprovações do Ministério da Previdência Social, a transferência dos Fundos mencionados da SISTEL, para o HSBC – Fundo de Pensão foram efetivados em abril de 2007.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, as contribuições para os planos de pensão e outros benefícios pós-emprego totalizaram R\$179.800 (R\$229 no mesmo período de 2011).

42 Honorários da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços no período findo em 30 de setembro de 2012 foi de R\$9.359 (R\$6.141 no mesmo período de 2011).

43 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia e de suas controladas entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$ 25.588.935
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$53.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	100% Tabela Fipe. R\$ 1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$ 100 para Danos Morais.
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

Notas Explicativas

44 Compromissos

Aluguéis

A Companhia e suas controladas alugam equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Segue abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2013	411.641
2014	432.635
2015	453.402
2016	474.712
2017	497.023
	2.269.413

45 Despesas por natureza

	09/2012	09/2011
Despesas por natureza		
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(7.199.983)	(6.262.875)
Comercialização	(3.577.475)	(3.531.171)
Gerais e administrativas	(786.600)	(728.111)
Outras receitas/despesas operacionais	(566.733)	(461.249)
	(12.130.791)	(10.983.406)
Classificados como:		
Pessoal	(532.576)	(468.176)
Publicidade e propaganda	(406.330)	(396.168)
Serviços de terceiros	(2.216.379)	(2.228.609)
Interconexão	(3.451.398)	(2.998.927)
Custo das mercadorias vendidas	(1.855.321)	(1.517.879)
Depreciação e amortização	(1.977.749)	(1.948.945)
Provisão para devedores duvidosos	(198.699)	(169.078)
Impostos, taxas e contribuições	(935.662)	(851.424)
Aluguéis e seguros	(296.305)	(234.874)
Provisão para contingências	(170.480)	(124.527)
Outros	(89.892)	(44.799)
	(12.130.791)	(10.983.406)

46 Combinações de negócios

Conforme mencionado na nota explicativa 1, em 31 de outubro de 2011, a controlada integral TIM Celular adquiriu, junto à Companhia Brasileira de Energia e à AES Elpa S.A.(empresas do Grupo AES Brasil), 100% da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e 98,3% da AES Communications Rio de Janeiro S.A. Os valores desembolsados foram, respectivamente, R\$1.074.179 e R\$447.471. Como resultado desta aquisição, a Companhia passa a possuir uma grande oportunidade de incremento de negócios através do desenvolvimento da prestação de serviços aos clientes corporativos e lançamento do serviço de banda larga residencial. Adicionalmente, vislumbra uma significativa economia de custos nas áreas de interconexão e aluguel de meios.

Notas Explicativas

A tabela abaixo sumariza o montante pago para aquisição do controle das Companhias acima mencionadas, bem como os montantes provisoriamente apurados dos ativos identificados e dos passivos assumidos na data de aquisição, assim como o valor justo da aquisição de participação de não controladores na data de aquisição:

	Valores provisórios	
	Eletropaulo Telecomunicações Ltda.	AES Communications Rio de Janeiro S.A.
Em 31 de outubro de 2011		
Caixa	1.074.179	447.471
Valor justo da participação de não controladores		7.938
Total da contraprestação	1.074.179	455.409

Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa	15.477	3.496
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.170	
Contas a Receber	19.868	18.156
Impostos a recuperar	22.064	18.227
Depósitos judiciais	501	63
Outros ativos	374	334
Imobilizado	164.198	120.639
Intangível	9.196	2.941
Empréstimos e financiamentos	(67.619)	(22.024)
Fornecedores	(6.779)	(6.063)
Obrigações trabalhistas	(5.514)	(3.391)
Impostos a recolher	(21.671)	(18.336)
Outros passivos	(5.973)	(1.933)
Provisão para contingências	(11)	(472)
Total de ativos líquidos identificáveis	125.281	111.637
Ágio	948.898	343.772

O processo de *purchase price allocation* encontra-se em sua fase final e eventuais ajustes nas informações trimestrais da Companhia serão registrados retroativamente, conforme requerido pela IFRS 3. A conclusão destas avaliações, com a eventual identificação e valorização de novos ativos e passivos que possam ser alocados no processo de *business combination*, ocorrerá em 31 de outubro de 2012. As divulgações relacionadas à conclusão deste processo serão realizadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Uma vez que trata-se de uma avaliação complexa, a Companhia focou seus esforços na identificação dos principais fatores que a motivaram a adquirir o controle das referidas entidades e, conforme acima mencionado, os principais fatores foram a possibilidade de incremento do segmento corporativo e o lançamento do serviço de banda larga residencial, os quais, em sua essência, representam a capacidade de a Companhia obter um retorno sobre os ativos adquiridos superiores ao atualmente auferido pelas Companhias e, conseqüentemente não são alocados a nenhum ativo e passivo específico, permanecendo contabilizados como ágio (“*goodwill*”). Desta forma, no entendimento da Administração, os valores dos ágios são substancialmente compostos por sinergias, reduções de custos e expectativa de rentabilidade futura.

Notas Explicativas

Em relação ao ágio (“*goodwill*”) registrado, apesar dos processos de contabilização das combinações de negócios e da determinação do ágio ainda não terem sido concluídas, a TIM Celular efetuou a análise geral destes valores provisoriamente determinados em 31 de dezembro de 2011 com base no plano de negócios que suportou a aquisição e concluiu que não há necessidade de reconhecer perda por *impairment*.

Conforme mencionado na nota 1, em 29 de agosto de 2012, TIM Fiber RJ e TIM Fiber SP apresentaram renúncia de suas outorgas de SCM à Anatel. No mesmo dia, foram realizadas (i) Reunião dos Sócios da TIM Fiber SP e (ii) Assembléia Geral da TIM Fiber RJ e da TIM Celular, deliberando sobre a incorporação das duas primeiras na estrutura dessa última. Em decorrência dessa operação, toda a base de clientes da TIM Fiber RJ e da TIM Fiber SP migraram para a TIM Celular.

A incorporação da TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ na TIM Celular alteram as base fiscal do goodwill registrado. Em 30 de setembro de 2012, a controlada TIM Celular ainda avaliava as consequências fiscais de tais incorporações.

47 Divulgações suplementares sobre informações do fluxo de caixa consolidado

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Juros pagos	225.307	181.201
Imposto de renda e contribuição social pagos	193.956	202.961

48 Eventos subsequentes

Em 16 de outubro de 2012 a TIM Celular, juntamente com as demais proponentes vencedoras do leilão da telefonia celular de 4ª geração - 4G, realizado no mês de junho deste ano, assinou os Termos de Autorização associados ao uso de radiofrequência na faixa de 2,5GHz para exploração dos serviços SMP e SCM. A Companhia pagou o equivalente a 10% do valor atribuído ao Termo de Autorização no leilão 4G, desembolsando R\$36.478. Os 90% restantes devem ser liquidados até 5 de junho de 2013.

Também em 16 de outubro de 2012, a Intelig foi autorizada a utilizar a radiofrequência na faixa de 450MHz, para atender os compromissos com a telefonia rural, decorrentes do 4G.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
TIM Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da TIM Participações S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Sergio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" RJ

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL ("CF")
EM 29 DE OUTUBRO DE 2012

Os membros do Conselho Fiscal da TIM Participações S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam a revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativos ao período findo em 30 de setembro de 2012 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para a submissão ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 29 de outubro de 2012.

ALBERTO EMMANUEL WHITAKER
Presidente do Conselho Fiscal

OSWALDO ORSOLIN
Membro do Conselho Fiscal

CARLOS ALBERTO CASER
Membro do Conselho Fiscal

SAMUEL DE PAULA MATOS
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Andrea Mangoni (Diretor Presidente), Claudio Zezza (Chief Financial Officer), Lorenzo Federico Zanotti Lindner (Chief Operations Officer), Daniel Junqueira Pinto Hermeto (Purchasing & Supply Chain Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Roger Sole Rafols (Chief Marketing Officer), Rogério Tostes Lima (Diretor de Relações com Investidores) e Jaques Horn (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2012.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2012.

ANDREA MANGONI
Diretor Presidente

CLAUDIO ZEZZA
Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LORENZO FEDERICO ZANOTTI LINDNER
Chief Operations Officer

ROGER SOLE RAFOLS
Chief Marketing Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO
Purchasing & Supply Chain Officer

ROGÉRIO TOSTES LIMA
Diretor de Relações com Investidores

JAQUES HORN
Diretor Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Andrea Mangoni (Diretor Presidente), Claudio Zezza (Chief Financial Officer), Lorenzo Federico Zanotti Lindner (Chief Operations Officer), Daniel Junqueira Pinto Hermeto (Purchasing & Supply Chain Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Roger Sole Rafols (Chief Marketing Officer), Rogério Tostes Lima (Diretor de Relações com Investidores) e Jaques Horn (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2012.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2012.

ANDREA MANGONI
Diretor Presidente

CLAUDIO ZEZZA
Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LORENZO FEDERICO ZANOTTI LINDNER
Chief Operations Officer

ROGER SOLE RAFOLS
Chief Marketing Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO
Purchasing & Supply Chain Officer

ROGÉRIO TOSTES LIMA
Diretor de Relações com Investidores

JAQUES HORN
Diretor Jurídico